

**Exercício
2012**

**Relatório
de
Gestão**



**Conab
Sureg-MT**



CUIABÁ 2013



Ministério da
Agricultura, Pecuária
e Abastecimento



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Antônio Eustáquio Andrade Ferreira - MAPA
Ministro

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – Conab

Diretoria Colegiada
RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor Administrativo
JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Financeiro
MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento
SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO

OVÍDIO COSTA MIRANDA
Superintendente

ELIEZER TRAJANO DE OLIVEIRA
Gerente Financeiro e Administrativo

PETRÔNIO DE AQUINO SOBRINHO
Gerente de Operações

JACIR LOPES DA SILVEIRA
Gerente de Desenvolvimento e Gestão de Estoques

Elaboração:

SUZANE CORREA T. BRITO BUENO
CLAUDIA APARECIDA RODRIGUES DINERO COELHO
ELIEZER TRAJANO DE OLIVEIRA
PETRÔNIO DE AQUINO SOBRINHO
JACIR LOPES DA SILVEIRA

Colaboração:

ANA PAULA ALVES CORDEIRO
ADIBERTO PEDRO DA COSTA
CHARLES CORDOVA NICOLAU
DIOGO NEIA EBERHARDT
FRANCIELLE TONIETTI CAPILÉ GUEDES
HERBERT RAMOS DA SILVA
LUZIA OLIVEIRA BARBOSA
ODIRLEY DIAS DE SOUSA
OSCASIR SOARES DE O JUNIOR
SOLANGE FERREIRA DE MORAES

Superintendência Regional de Mato Grosso

Rua Padre Jerônimo Botelho, 510 – Edifício Everest – Bairro Dom Aquino
Cuiabá-MT – CEP 78.015.115

mt.sureg@Conab.gov.br

Fax. (65) 3624-5280

Fone: (65) 3616-3800 / 3616-3803

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento – Conab
SUREG - MT

RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63 de 1º de setembro de 2010, das DN TCU nº 119 de 18 de janeiro de 2012 e nº 121 de 13 de junho de 2012, da Portaria TCU nº 150 de 3 de julho de 2012 e Portaria CGU nº 133 de 18 de janeiro de 2013.

SUREG - MT

CUIABÁ - 2013

Sumário

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS.....	4
LISTA DE QUADROS, TABELAS, ILUSTRAÇÕES E GRÁFICOS	8
Introdução.....	11
1. INFORMAÇÕES BÁSICAS.....	13
1.1. Informações gerais sobre a UJ.....	13
1.2. Planejamento Estratégico e seus principais Macroprocessos.....	17
2. ANÁLISE GERAL DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS E DE GESTÃO.....	22
2.1. Análise sobre o Ambiente de Gestão.....	22
2.2. Análise sobre o Ambiente de Negócios.....	26
3. SUSTENTAÇÃO DE RENDA.....	28
3.1. Análise das principais ações ligadas à compra e a subvenção.....	28
3.2. Análises dos Programas de Sustentação de Renda.....	28
3.2.1. Programa de Aquisições do Governo Federal – AGF.....	28
3.2.2. Contratos de Opção de venda.....	28
3.2.3. Prêmio para o Escoamento de Produto – PEP (compra).....	28
3.2.4. Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa – PEPRO.....	28
3.2.5. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.....	29
3.3. Principais indicadores de desempenho.....	34
4. PROMOÇÃO DO ABASTECIMENTO.....	35
4.1. Análise das principais ações ligadas à venda.....	35
4.2. Análises das ações de Venda Direta de Produtos com subvenção e sem subvenção.....	36
4.2.1. Venda em Leilão Público.....	36
4.2.2. Venda em Balcão.....	37
4.2.3. Valor para Escoamento do Produto – VEP.....	37
4.3. Principais indicadores de desempenho.....	40
5. ARTICULAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO.....	41
5.1. Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro – Prohort.....	41
5.2. Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos – Refap.....	41
6. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	41
6.1. Armazenagem de Produtos Agrícolas.....	41
6.2. Leilões de Terceiros	42
6.3. Classificação de Produtos Agrícolas	42
6.4. Principais indicadores de desempenho.....	42
7. ADMINISTRAÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS – ARMAZENAGEM, FISCALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO.....	43
7.1. Análise sobre a situação dos armazéns utilizados pela Conab.....	43
7.1.1 - Estoques em armazéns próprios.....	43
7.1.2 - Estoques em armazéns contratados.....	53
7.2. Análise das ações de fiscalização de estoques públicos.....	55
7.2.1 - Perda e Desvios de Armazenagem.....	56
7.2.2 - Quantidade de armazéns descredenciados no exercício.....	57
7.3. Análise das ações de movimentação de estoques públicos.....	57
7.4. Principais indicadores de desempenho.....	59
8. GESTÃO TECNOLÓGICA.....	60
8.1. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ.....	60
9. GESTÃO ESTRATÉGICA.....	61
9.1. Análise da implantação do Plano de Gestão Estratégica da Empresa.....	61
10. GERAÇÃO E DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES.....	62
11. GESTÃO DE PESSOAS.....	62

11.1. Alocação de Servidores.....	62
11.2. Comunicação na Instituição.....	63
11.3. Clima Organizacional e Ambiente de Trabalho.....	64
11.4. Ações de Conhecimento e Aprendizagem.....	64
11.5. Informações sobre Recursos Humanos	66
11.6. Acúmulo de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	76
11.7. Previdência Complementar (Cibrius).....	76
12. PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO, PATRIMONIAL, FINANCEIRO E CONTÁBIL.....	81
12.1. Programas e Ações do PPA.....	81
12.2. Restos a Pagar.....	99
12.3. Demonstrativo de Transferências recebidas e realizadas no exercício.....	100
12.4. Transferências mediante Convênio.....	101
12.5. Demonstrações Contábeis.....	101
12.6. Composição dos Investimentos da Empresa	101
12.7. Gestão do Patrimônio Imobiliário.....	101
12.8. Parecer da Auditoria Independente	101
13. GOVERNANÇA E CONTROLES	102
13.1. Controle Interno da UJ	102
13.2. Deliberações do TCU e CGU.....	104
13.3. Auditoria Interna.....	106
Resultados e Conclusões.....	107
ANEXO I - Demonstrações Contábeis.....	110
ANEXO II – Parecer da Auditoria Interna.....	131

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

AAD – Auxiliar Administrativo
AGF – Aquisição do Governo Federal
ASG – Auxiliar de Serviços Gerais
ATA – Assistente Técnico Administrativo
ATO – Assistente Técnico Operacional
AUDIN - Auditoria Interna
BCANET – Boletim de Cadastramento de Armazém
BSC – Balanced Scorecard
CAAF - Compra Antecipada da Agricultura Familiar
CADIN - Cadastro Informativo dos Créditos Não Quitados do Setor Público Federal
CAEAF – Compra Especial da Agricultura Familiar
CBO - Classificação Brasileira de Ocupações
CDAF – Compra Direta da Agricultura Familiar
CEAGESP - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo
CED – Coeficiente Específico de Demanda
CEPPIR – Conselho Estadual de Política de Promoção da Igualdade Racial
CFP - Companhia de Financiamento da Produção
CGINP - Coordenação-Geral de Informação e Previdência Complementar
CGPAR - Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União
CGU – Controladoria Geral da União
CIBRIUS – Instituto Conab de Seguridade Social
CLT – Consolidação da Lei Trabalhista
CMN -Conselho Monetário Nacional
CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNPB - Código Nacional de Plano de Benefícios
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
COBAL - Companhia Brasileira de Alimentos
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CONAD – Conselho de Administração da Conab
CONFAZ – Conselho Nacional de Política Fazendária
CPC – Comitê de Pronunciamento Contábil
CPR – Cédula de Produto Rural
CSLL – Contribuição Sobre o Lucro Líquido
CVM – Comissão de Valores Mobiliários
DEST - Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
DIPAI - Diretoria de Política Agrícola e Informações
DIGEP – Diretoria de Gestão de Pessoal
DIRAB – Diretoria de Operações e Abastecimento
DIRHU - Diretoria de Recursos Humanos

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

DN/TCU – Decisão Normativa do Tribunal de Contas da União
DOU – Diário Oficial da União
EFPC – Entidade Fechada de Previdência Complementar
EVTEA- Estudo de Viabilidade Técnica , Econômico, Ambiental e Social
FCP - Fundação Cultural Palmares
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
FUNASA – Fundação Nacional de Assistência a Saúde
GEASA – Gerência de Avaliação de Safras
GEAUD – Gerência de Auditoria
GEBEM – Gerência de Benefícios, Segurança e medicina do Trabalho
GECAP – Gerência de Capacitação e Desenvolvimento
GEDES – Gerência de Desenvolvimento e Suporte Estratégico
GEDOP – Gerência de Desenvolvimento Técnico Operacional
GEFAD – Gerência Financeira e Administrativa
GEJUR – Gerência Jurídica Regional
GENOP – Gerência de Avaliação Operacional
GEOPE – Gerência de Operações
GEPAS – Gerência de Patrimônio (substituída pela GEMAP)
IASB - Internacional Accounting Standards Board
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IFC – Instituto Federal Catarinense
IN – Instrução Normativa
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor
IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica
LALUR - Livro de Apuração do Lucro Real
LOA – Lei Orçamentária Anual
MAB – Movimentos dos Atingidos por Barragem
MAI – Manual de Auditoria Interna
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
MF – Ministério da Fazenda
MOC – Manual de Operações da Conab
MPA - Ministério da Pesca e Aquicultura
NOC – Normas da Organização da Conab
NPC/IBRACON - NPC - Norma e Procedimento de Contabilidade/Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
OAN – Ouvidoria Agrária Nacional

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

OCI – Orientação de Controle Interno
PA/IPPF – International Planned Parenthood Federation
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PAINT – Plano Anual de Atividade de Auditoria Interna
PCCS – Plano de Cargos, Carreira e Salários
PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional
PCS – Plano de Cargos e Salários
PEP – Prêmio de Escoamento de Produto
PEPRO – Prêmio Equalizador Pago ao Produtor
PGPM – Política de garantia de preços Mínimos
PMTI - Projeto de modernização da Tecnologia da Informação da Conab
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA – Plano Plurianual
PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar
PRODEA - Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos
PROGE – Procuradoria Geral
Prohort - Programa de Modernização do Mercado Hortigranjeiro
PRONAF – Programa Nacional de Agricultura Familiar
PROP – Prêmio de Risco de Opção Privada
PUC -Crédito Unitário Projetado
RAINT – Relatório Anual de Atividade da Auditoria Interna
REFAP – Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos
RTA – Responsável Técnico de Agronomia
RTE - Responsável Técnico de Engenharia Civil
SAFRASNET – Sistema de Avaliação de Safras
SAS - Serviço de Assistência a Saúde
SECOF – Setor Contábil e Financeiro
SECOM – Setor de Operações Comerciais
SEDEM – Setor de Desenvolvimento Empresarial
SEFIT – Setor Fiscal e Tributário
SEGEO – Setor de Apoio à Logística e Gestão da Oferta
SEOPE – Setor de Operações de Estoques
SEPAB – Setor de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento
SEPPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SEREH – Setor de Recursos Humanos
SESC – Servido Social do Comércio
SETAD – Setor Administrativo
SFC - Secretaria Federal de Controle Interno
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

SIAGRO – Sistemas de Informações Agropecuárias e de Abastecimento
SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIAUDI – Sistema de Auditoria Interna
SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores
SICARM - Sistema de Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SISCOT – Sistema de Controle de Contratos
SPA – Secretaria de Política Agrícola
SPIUnet - Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SRB - Sociedade Rural Catarinense
STN - Secretaria do Tesouro Nacional
SUARM – Superintendência de Armazenagem
SUCON – Superintendência de Contabilidade
SUFIN – Superintendência de Finanças
SUFIS – Superintendência de Fiscalização de Estoques
SUINF – Superintendência de Informação do Agronegócio
SUMOC – Superintendência de Modernização e Capacitação
SUOPE – Superintendência de Operações
SUREG- Superintendência Regional
TCU - Tribunal de Contas da União
TI – Tecnologia da Informação
TNS - Técnico de Nível Superior
TR - Taxa Referencial
TVN – Termo de Vistoria e Notificação
UA – Unidade Armazenadora
UC – Unidade de Comercialização
UFABC – Universidade Federal do ABC
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UJ – Unidade Jurisdicionada
VEP – Valor de Escoamento de Produto
XFAC – Sistema de Faturamento e Controle de Estoques Públicos

LISTA DE QUADROS, TABELAS, ILUSTRAÇÕES E GRÁFICOS			
TIPO	nº	TÍTULO	Pag.
Quadro	01	Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	13
Figura	01	Organograma Atual	16
Quadro	2.1	Principais clientes do Setor Privado – Comercialização	27
Quadro	2.2	Principais clientes do Setor Privado – Armazenagem	27
Quadro	3.1	Comparativo de CPR Doação e CPR Estoque 2011/2012	31
Quadro	3.2	Quantidades e recursos dispendidos por instrumento	32
Quadro	3.3	Dez maiores operações na CPR-Doação	32
Quadro	3.4	Dez maiores operações na CPR-Estoque	32
Quadro	3.5	Doação de Produtos Alimentícios	34
Quadro	3.6	Indicadores do PAA	34
Quadro	4.1	Demonstrativo de Vendas dos Estoques Públicos	36
Quadro	4.2	Demonstrativo da Comercialização de Vendas em Leilão Público	37
Quadro	4.3	Dez maiores operações de Vendas em Leilão Público	37
Quadro	4.4	Demonstrativo de Comercialização de VEP	38
Quadro	4.5	Relação de Leilões de VEP	39
Quadro	4.6	Maiores Arrematantes nos Leilões de VEP/2012	40
Quadro	4.7	Demonstrativo Geral das Vendas dos Estoques	40
Quadro	4.8	Indicadores de Desempenho	40
Quadro	6.1	Estoque de Terceiros Armazenados nas Unidades Próprias	41
Quadro	6.2	Resultado dos Serviços de Armazenagem	42
Quadro	6.3	Indicador de Desempenho	42
Quadro	7.1	Capacidade Estática da Rede Própria de Armazéns	43
Quadro	7.2	Posição dos Estoques Públicos Armazenados em Unidades Próprias	43
Quadro	7.3	Obras realizadas nas Unidades Armazenadoras	45
Quadro	7.4	Necessidades de Serviços/Obras UA Alta Floresta	46
Quadro	7.5	Necessidades de Serviços/Obras UA Diamantino	47
Quadro	7.6	Necessidades de Serviços/Obras UA Rondon	48
Quadro	7.7	Necessidades de Serviços/Obras UA Sorriso	49
Quadro	7.8	Necessidades de Serviços/Obras UA Sinop	50
Quadro	7.9	Diagnóstico de obra/serviço -UAs PRÓPRIAS	52
Quadro	7.10	Produtos Agrícolas Armazenados em Armazéns Contratados	53
Quadro	7.11	Capacidade Estática de Armazenagem x Demanda	54
Quadro	7.12	Situação Cadastral das Unidades Armazenadoras	54
Quadro	7.13	Empregados lotados na Sureg-MT habilitados para fiscalização	56
Quadro	7.14	Valores ajuizados relativos a desvios de produtos	56

Quadro	7.15	Perda e Desvios de Armazenagem	57
Quadro	7.16	Demonstrativo das Remoções Contratadas	58
Quadro	7.17	Indicadores de Desempenho	59
Quadro	11.1	Incorporação de Gratificação de Função X Transferências Internas	62
Quadro	11.2	Transferências Internas	63
Quadro	11.3	Eventos de Treinamento	64
Quadro	11.4	Treinamento por área de conhecimento	65
Quadro	11.5	Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12	66
Quadro	11.6	Força de Trabalho da UJ – Por tipo de Contratação -Situação apurada em 31/12	66
Quadro	11.7	Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12	67
Quadro	11.8	Pensionista (pensões vitalícias)	67
Quadro	11.9	Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ	68
Quadro	11.10	Quantidade de servidores da UJ por faixa etária	68
Quadro	11.11	Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade	68
Quadro	11.12	Composição do Quadro de Estagiários	69
Quadro	11.13	Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores	70
Gráfico	1	Distribuição dos Empregados Aposentados	71
Quadro	11.14	Perspectiva de Aposentadoria de 2013 a 2017	71
Quadro	11.15	Distribuição de Empregados por Faixa Etária	72
Quadro	11.16	Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	74
Quadro	11.17	Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	75
Quadro	11.18	Indicadores gerenciais sobre recursos humanos	76
Quadro	11.19	Identificação da Unidade (Entidade)	76
Quadro	11.20	Rentabilidade por Segmento e Carteira Geral	78
Quadro	12.1	Ações orçamentárias da UJ	81
Quadro	12.2	Formação de Estoques Públicos (2130)	82
Quadro	12.3	Demonstrativo de Despesas na Formação de Estoques Públicos	82
Quadro	12.4	Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns	83
Quadro	12.5	Fiscalização de Estoques Públicos	84
Quadro	12.6	Cadastro de Armazéns	85
Quadro	12.7	Pesquisa de Acompanhamento e Avaliação de Safra	86
Quadro	12.8	Demonstrativo da Área Plantada e da Produção Agrícola – Safras 2011/12 e 2012/13	87
Quadro	12.9	Cana-de-Açúcar – Comparativo de Área, Produção e Produtividade	87
Quadro	12.10	Estimativa de Produção e Destinação – Safra 2011/2012 e Safra 2012/2013	88
Quadro	12.11	Administração da Unidade	89
Quadro	12.12	Demonstrativo Despesas de Custeio - Administração da Unidade	89
Quadro	12.13	Demonstrativo de Pregões Eletrônicos realizados no exercício de 2012	90

Gráfico	2	Economia de Licitações - Valor de referência X Valor contratado	91
Quadro	12.14	Demonstrativo de Cotações Eletrônicas realizadas no exercício de 2012	92
Gráfico	3	Economia de Cotação Eletrônica (valor de referência X valor contratado)	92
Quadro	12.15	Contratos Administrativos	93
Quadro	12.16	Assistência Médica	94
Quadro	12.17	Auxílio Transporte	95
Quadro	12.18	Auxílio Alimentação	96
Quadro	12.19	Capacitação de Servidores	96
Quadro	12.20	Comparativo - Cumprimento de Sentenças (022)	97
Quadro	12.21	Pagamento de Depósito Recursais	97
Quadro	12.22	Comparativo - Pagamento de Depósito Recursais	98
Quadro	12.23	Ações de outros órgãos, executadas pela UJ	99
Quadro	12.24	Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	99
Quadro	12.25	Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores -Detalhado Ano 2011	100
Quadro	12.26	Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores -Detalhado Ano 2010	100
Quadro	12.27	RP Não Processados a Pagar Ano 2011	100
Quadro	12.28	Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	101
Quadro	12.29	Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	101
Quadro	13.1	Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	102
Quadro	13.2	Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	104
Quadro	13.3	Recomendações do OCI pendentes no exercício	105
Quadro	13.4	Recomendações do OCI pendentes no exercício	106

Introdução

Este Relatório contempla os atos de gestão praticados pela Superintendência Regional do Mato Grosso, da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, durante o exercício de 2012.

O documento foi elaborado de acordo com a Decisão Normativa do Tribunal de Contas da União – DN TCU nº 119/2012, de 18/01/2012. A Conab atenderá aos itens da Parte C – Informações Customizadas da Conab.

As atividades desenvolvidas durante o exercício sob exame estão inseridas nas diversas Ações que compõem os Programas do Governo inscritos no PPA 2012-2015 e nos Planos Internos da Conab. Também foram executadas ações decorrentes de parcerias ou convênios firmados com diversos órgãos pela Matriz, estando todas as atividades condizentes com o Estatuto Social da Companhia, cujo desenvolvimento das Ações e os resultados alcançados estão explicitados no presente documento

As principais dificuldades encontradas para a realização dos objetivos traçados pela Sureg-MT para o exercício de 2012, decorreram da escassez crônica de recursos humanos ocasionada pela perda de servidores e da reposição insuficiente e, também, da restrição orçamentária para investimentos, que no exercício foi considerada um fator mais agravante, pois nos anos anteriores alguns orçamentos, mesmo que tardio (final do ano), eram disponibilizados.

Este Relatório procura enfocar, além do detalhamento das atividades, todos os esforços desenvolvidos pela Conab, no âmbito da Sureg-MT, para cumprir sua missão institucional que é contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento.

A seguir estão indicados os itens não houve ocorrências no período ou que classificados na condição “Não se aplica”, na Conab/SUREG-MT, como a correspondente justificativa, conforme requerido na Parte C da Decisão Normativa TCU nº 119/2012 e no Art. 4º da Decisão Normativa nº 121/2012. Porém, a fim de manter a sequência proposta, foram mantidos os itens no índice e no corpo do relatório.

Descrição		Justificativa
1. Informações Básicas		
1.1	Nome do auditor independente	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
	Descrição e composição da estrutura de governança corporativa	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
	Membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Colegiada, Presidente, Diretor de Operações e Abastecimento, Diretor de Política Agrícola, Diretor Administrativo, Diretor Financeiro, Auditor interno e Ouvidor	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
3. Sustentação de Renda		
3.1.	Análise das principais ações ligadas à compra e a subvenção	Não houve, em 2012, no Estado, intervenção governamental ligada a essa ação.
3.2.1	Programa de Aquisições do Governo Federal –	No exercício de 2012, neste Estado, não houve

	AGF	necessidade de intervenção com o instrumento de AGF de Produto.
3.2.2.	Contratos de Opção de venda	Com esse instrumento, não houve, no exercício de 2012, necessidade de intervenção Estatal.
3.2.3	Prêmio para o Escoamento de Produto – PEP (compra)	Com esse instrumento, não houve, no exercício de 2012, necessidade de intervenção Estatal.
3.2.4	Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa – PEPRO	Com esse instrumento, não houve, no exercício de 2012, necessidade de intervenção Estatal.
4. Promoção do Abastecimento		
4.1	Prêmio para o Escoamento de Produto – PEP (venda)	A Conab não realiza operações de PEP para venda de produtos
4.2.2	Venda Balcão	Esta modalidade não foi realizada pela Conab/SUREG-MT no Exercício de 2012
5. Articulação e Organização do Abastecimento		
5.1	Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro – Prohort	Não houve desenvolvimento dessa atividade.
5.2	Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos – Refap	A SUREG/MT não foi inserida nessa ação
6. Prestação de Serviços		
6.2	Leilões de Terceiros	A informação será apresentada somente no Relatório da Matriz
6.3	Análise sobre os principais resultados da prestação de serviços de classificação de produtos agrícolas	A Sureg-MT não realiza esses serviços
10- Geração e Difusão De Informações		
10.1	Análise dos principais resultados do Sigabrasil	A Sureg-MT não desenvolve ações no sistema
11. Gestão de Pessoas		
11.5	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
12. Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil		
12.3	Demonstrativo de Transferências recebidas e realizadas no exercício	Não houve transferências no exercício
12.4	Transferências mediante Convênio	Não houve celebração de convênio no âmbito da UJ
12.6	Composição dos Investimentos da Empresa	Informação centralizada na UJ 135100 (Matriz), será apresentada somente no Relatório da Matriz
13. Governança e Controles		
13.3	Auditoria Interna	Não se aplica – Auditoria centralizada na Matriz

INFORMAÇÕES CUSTOMIZADAS DA Conab
1 – INFORMAÇÕES BÁSICAS
1.1 – Informações Gerais sobre a UJ
Quadro 1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento -MAPA			Código SIORG: 14
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Companhia Nacional de Abastecimento - Conab (2114) - Superintendência Regional do Mato Grosso (87159)			
Denominação abreviada: Conab/Sureg-MT			
Código SIORG: 87159	Código LOA: não se aplica		Código SIAFI: 22211
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Empresa Pública Federal – CNPJ: 26.461.699/0001/-80			
Principal Atividade: Abastecimento Agroalimentar (Administração Pública em Geral)			Código CNAE: 8411-6
Telefones/Fax de contato:	(65) 3616-3803	(65) 3616-3838	(65) 3624-5280
Endereço eletrônico: mt.sureg@Conab.gov.br			
Página da Internet: http://www.Conab.gov.br			
Endereço Postal: Rua Padre Jerônimo Botelho, 510 – Ed. Everest – Dom Aquino-Cuiabá - MT CEP: 78015-115			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
A Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, constituída nos termos do art. 19, inciso II, da Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990 é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O seu Estatuto Social foi aprovado pelo Decreto 99.994, em 26/12/1990, com alterações nas seguintes datas.			
Versão	Decreto	Data do Decreto	Data de Publicação no DOU
1.ª Versão	99.944	26/12/90	31/12/90
2.ª Versão	369	19/12/91	20/12/91
3.ª Versão	s.n.º	03/07/95	04/07/95
4.ª Versão	1.816	09/02/96	09/02/96
5.ª Versão	s/n.º	19/12/96	20/12/96
6.ª Versão	2.390	19/11/97	21/11/97
7.ª Versão	3.336	13/01/00	14/01/00
8.ª Versão	4.514	13/12/02	16/12/02
9.ª Versão	6.407	24/03/08	25/03/08
As atividades tiveram início em 1º de janeiro de 1991.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			

<p>A Superintendência Regional de Mato Grosso – Sureg-MT é parte integrante da estrutura organizacional da Conab, tendo sido criada pela Resolução CONAD nº 05 de 11 de maio de 1998, mediante deliberação do Conselho de Administração da Conab, em sua 62.^a Reunião Ordinária realizada em 8/5/1998, no uso da competência que lhe confere o Art. 16, Inciso IX, do Estatuto Social (versão 24/03/2008) e o Art. 2º Inciso IX do Regimento Interno da Companhia (versão aprovada 19/12/2012).</p>	
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada	
<p>Manual de Operações – MOC, Disposições Preliminares COMUNICADO Conab/MOC N.º 014, 15/06/2007 Normas da Organização – NOC Código de Ética da Conab</p>	
Nome e Período de Gestão dos Principais Responsáveis	
<p>Superintendência Regional - MT Superintendente: Ovídio Costa Miranda (01/01/2012 a 31/12/2012)</p> <p>Gerentes de Área GERÊNCIA DE OPERAÇÕES - GEOPE Gerente: Charllles Cordova Nicolau (01/01/2012 a 31/12/2012) GERÊNCIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO - GEFAD Gerente: Eliezer Trajano de Oliveira (01/01/2012 a 31/12/2012) GERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO E SUPORTE ESTRATÉGICO – GEDES Gerente: Jacir Lopes da Silveira (01/01/2012 a 31/12/2012)</p> <p>Gerentes das Unidades Armazenadoras UA RONDONÓPOLIS Gerente: Humberto Clóvis Kothe (01/01/2012 a 31/12/2012) UA SORRISO Gerente: Ricardo Alexandre Lourenconi Cardoso (01/01/2012 a 31/12/2012) UA SINOP Gerente: Hércules Borges Guimarães (01/01/2012 a 31/12/2012) UADIAMANTINO Gerente: Rubens Benedito da Silva (01/01/2012 a 31/12/2012) UA ALTA FLORESTA Gerente: José Júlio Pereira (01/01/2012 a 31/12/2012)</p>	
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
135209	Conab Sede Sureg MT
135210	Unid. Estoque Estratégico/ MT
135211	Núcleo Estoque Regulador/ MT - PGPM
135214	UA-Cuiabá
135215	UA-Diamantino
135216	UA-Rondonópolis
135218	UA-Sorriso
135224	UA-Sinop
135446	UA-Alta Floresta
135539	Unidade Conab PAA Mato Grosso
135043	Mercado de Opções-MT
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome

22211	Companhia Nacional de Abastecimento - Conab
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
135209	22211
135210	
135211	
135214	
135215	
135216	
135218	
135224	
135446	
135539	
135043	

Com sede em Cuiabá, a Sureg-MT está subordinada hierarquicamente à Presidência da Conab e funcionalmente às respectivas Diretorias. No âmbito de sua jurisdição, tem as seguintes competências regimentais:

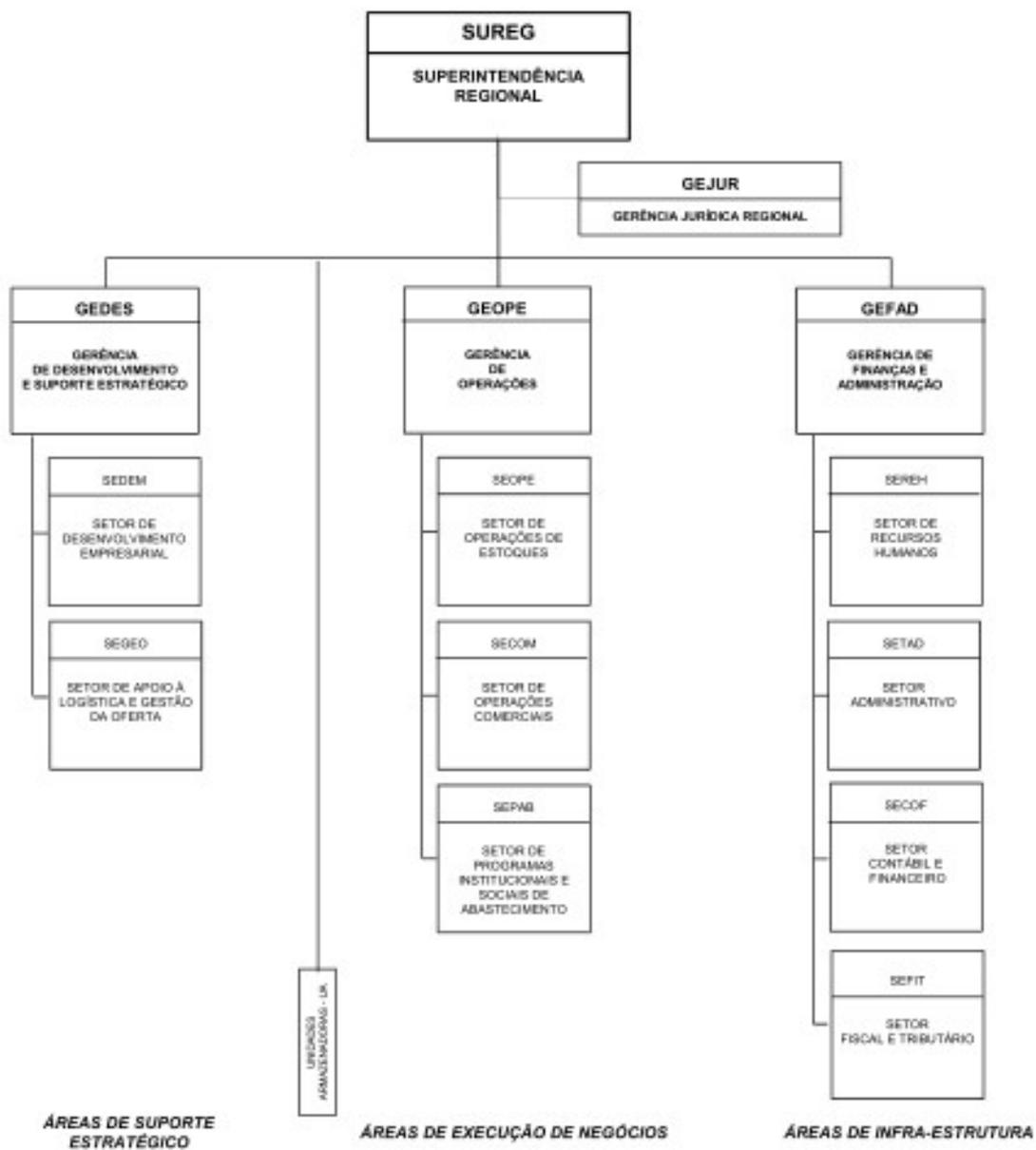
- I. Representar a Companhia perante os órgãos federais, estaduais e municipais;
- II. Manter estreita e ativa interação com entidades públicas e privadas ligadas ao agronegócio, objetivando antever soluções para questões regionais, divulgar as ações da Companhia e buscar novos negócios;
- III. Divulgar, cumprir e fazer cumprir as diretrizes governamentais estratégicas da Companhia, as disposições legais e os atos normativos em vigor;
- IV. Coordenar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelas áreas subordinadas;
- V. Constituir grupos de trabalho, comissões de licitação, de sindicância, de inventário de mercadorias e outros similares de interesse da Companhia.

Sua estrutura orgânica, composta por unidades administrativas e operacionais, está disciplinada no Estatuto Social e regulamentada no Regimento Interno aprovado pelo Conselho de Administração, a saber:

- I – Gerência Jurídica Regional - GEJUR
- II – Gerência de Desenvolvimento e Suporte Estratégico - GEDES
 - a) Setor de Desenvolvimento Empresarial - SEDEM
 - b) Setor de Apoio à Logística e Gestão da Oferta - SEGEO
- III – Gerência de Operações - GEOPE
 - a) Setor de Operações de Estoques - SEOPE
 - b) Setor de Operações Comerciais – SECOM
 - c) Setor de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento – SEPAB
- IV – Gerência de Finanças e Administração - GEFAD
 - a) Setor de Recursos Humanos - SEREH
 - b) Setor Administrativo – SETAD
 - c) Setor Contábil e Financeiro – SECOF
- V – Unidades Operacionais
 - a) Unidade de Comercialização – UC
 - b) Unidade Armazenadora – UA

1.1.1 – Estrutura Organizacional

Figura 1 - Organograma Atual



1.2 – Planejamento Estratégico e seus principais Macroprocessos

1.2.1 – Planejamento Estratégico

O Planejamento Estratégico da Conab, concebido em 2003, objetivou capacitar a Companhia para novos desafios, no sentido de atender as demandas do governo federal à época. Foi utilizada a metodologia do Balanced Scorecard-BSC para o seu desenvolvimento, que ocorreu de forma compartilhada, envolvendo equipes de líderes da Matriz (Diretoria Colegiada, Superintendentes e Coordenadores de áreas da Presidência) e das Regionais (10 Superintendentes Regionais), além de alguns gerentes, assessores e técnicos, que compuseram as equipes de Desenvolvimento e Multiplicadores durante o processo de implantação.

Os principais produtos gerados foram o Mapa Estratégico Corporativo, a nova declaração de missão e visão e a proposta de valor aos diferentes públicos-alvo da Companhia.

Estruturado em cinco perspectivas – excelência organizacional interna, integração, financeira, processos internos e sociedade, as quais englobam um conjunto de objetivos estratégicos que retratam os principais desafios a serem enfrentados pela organização no alcance de sua visão de futuro e no cumprimento de sua missão institucional, esse Mapa buscou traduzir a estratégia organizacional, assim como criar um referencial comum e de fácil compreensão para unidades e servidores.

Aprovado o planejamento em 2004, nos dois anos subsequentes houve um esforço para implementação das estratégias definidas para o horizonte de cinco anos (2004 a 2008), com a definição de metas, apuração de indicadores, monitoramento de resultados, designação de responsáveis por projetos e reuniões de análises estratégicas com as lideranças da Conab.

No entanto, a partir de 2007, com a mudança na alta direção, o planejamento estratégico foi descontinuado, assim como foram desconstituídos os grupos formados para seu acompanhamento.

Por força do Acórdão da 2.^a Câmara do TCU, n.º835/2011, alertando a Companhia sobre a necessidade de retomada do planejamento estratégico, em virtude dos riscos de gestão decorrentes da falta de utilização desse instrumento, foi criado, em 2011, grupo de trabalho com a finalidade de resgatar o processo de planejamento. Dentre as recomendações apresentadas pelo grupo, foi proposta a criação de uma unidade orgânica específica para a elaboração e execução do planejamento estratégico, vinculada administrativamente à Presidência e hierarquicamente ao Conad, além da contratação de uma consultoria visando auxiliar a Conab na retomada e sistematização de processos internos ao planejamento estratégico.

Novo grupo de trabalho foi constituído em 2012, o qual ficou encarregado de validar os objetivos estratégicos, metas e projetos que permitiriam alinhar a gestão ao cumprimento da missão institucional. Como resultado, foram atualizados os objetivos e indicadores constantes do Mapa Estratégico. No entanto, embora avaliados pela Diretoria, os indicadores não chegaram a ser apurados nesse exercício, por necessitarem de ferramenta específica para seu monitoramento, não disponível em versão atualizada, e dependente de aprimoramento a ser efetuado com os produtos decorrentes da licitação a ser encaminhada.

Paralelamente, deu-se início à elaboração do Termo de Referência para contratação de empresa especializada no tema. A vencedora do certame responderá pela implantação e operação assistida da unidade de apoio à gestão integrada da estratégia. Além dos produtos previstos, espera-se que, com o apoio de consultoria especializada, haja a transferência de conhecimento, por meio de

capacitações e operações realizadas no próprio ambiente de trabalho, de forma a elevar o nível de maturidade em gestão e governança na Conab e facilitar o seu desdobramento para as Superintendências Regionais.

Macroprocesso de Sustentação de Renda

Este universo institucional e operacional é constituído por duas vertentes retratando o atendimento aos segmentos produtores da chamada agricultura empresarial ou de mercado e a denominada agricultura familiar. Em ambos os casos, o início de cada uma é demarcado pela identificação da necessidade de intervenção no processo de comercialização, conforme o comportamento dos preços de mercado, ou para assegurar de forma intervencionista direta a compra da produção provinda da agricultura familiar, neste caso, com o objetivo de propiciar o início de arrecadação e a consequente manutenção da renda. Para os dois universos podem ser utilizados os instrumentos efetivos definidos no âmbito da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM e de subvenção, ou do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA no tocante a agricultura familiar.

Os procedimentos adotados pela SUREG são aqueles que estão codificados nas instruções normativas pertinentes relacionadas com a execução de cada instrumento. Estes procedimentos englobam: a análise prévia de mercado com indicação das prováveis necessidades de intervenções; a apresentação das demandas, à Matriz, com as pertinentes justificativas; e, a análise/conferência da documentação exigida e que acoberta a implementação dos instrumentos institucionais de apoio e amparo governamental ao processo de comercialização agrícola.

Com relação aos instrumentos que são disponibilizados para a agricultura empresarial ou de mercado deve-se manter inalterado o AGF na sua essência e aprimorar os demais tornando-os mais ágeis e em compatibilidade com a prática de mercado.

Macroprocesso de Promoção do Abastecimento

Este tópico caracteriza-se pelo atendimento a diversos segmentos consumidores, como comerciantes, agroindústrias ou pequenos criadores. Assim como no macroprocesso anterior, seu início também é deflagrado pela constatação da necessidade de uma intervenção governamental no processo interno de abastecimento, via a execução de vendas e/ou remoção dos estoques reguladores ou pela concessão de subvenção econômica. Essas ações objetivam o escoamento de produtos para regiões desabastecidas. Os produtos podem ser vinculados aos estoques privados e também públicos, depositados nas zonas de produção ou em locais de melhor logística de estocagem e transporte. Essas fases mantêm interface com o macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimento, buscando identificar, de acordo com a dinâmica do mercado, o momento e a intensidade das intervenções.

Este universo institucional e operacional contempla instrumentos e serviços ligados à venda para o mercado interno, com ou sem subvenção e mercado externo. Em geral, os instrumentos mais utilizados são: Venda em Balcão, Leilões Públicos de Venda, VEP, PEP e PEPRO. Em 2012 foram empregados Leilões de Venda normal e de VEP e as REMOÇÕES para escoar milho de Mato Grosso para alguns Estados das regiões Norte, Nordeste, Sul e Sudeste.

A instrumentalização administrativa das operações obedecem/obedeceram os Normativos Internos pertinentes.

Macroprocesso de Atendimento a Parceiros

É um macroprocesso de atendimento às parcerias celebradas com outros órgãos públicos. Tem seu início demarcado pela demanda externa específica e que envolve principalmente ações de complementação alimentar e nutricional, incluindo a Ajuda Humanitária Internacional. Sua execução envolve a celebração de acordos com parceiros devido à necessidade de dotação orçamentária/financeira.

Na Regional o atendimento a parceiros para CPR especial com Doação Simultânea, inicia-se com a previsão de demanda orçamentária para aquisição de produtos da agricultura familiar por meio do instrumento de comercialização do PAA denominado Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea – CPR Doação e Formação de Estoque Pela Agricultura Familiar - CPR-Estoque, para subsidiar a Matriz na negociação de recursos junto aos parceiros (MDS e MDA). Após definição do montante total de recursos a ser liberado pelos parceiros, a Matriz disponibiliza periodicamente os recursos necessários para atendimento das demandas apresentadas pela SUREG-MT, visando o atendimento às organizações de agricultores familiares.

Já para a entrega de cestas a UJ, a partir da aceitabilidade dos produtos (recebimento/armazenamento/controle de qualidade), e mediante liberação da Conab/Matriz, inicia a distribuição aos grupos populacionais específicos, conforme determinado em plano de trabalho. Nesse processo a SUREG-MT tem como parceiros os seguintes órgãos: INCRA (conduz distribuição aos acampados), FUNAI (conduz a distribuição aos índios), MAB (conduz a distribuição aos barragistas), FCP (conduz a distribuição aos remanescentes de Quilombolas, através das Comunidades) e o CEPPIR (conduz a distribuição as Comunidades de Terreiros).

A formação dos estoques destinados às cestas a serem distribuídas no âmbito deste Estado é feita por compras através de leilões públicos e/ou por transferências de produtos adquiridos da Agricultura Familiar, e disponibilizados pelas Regionais que os detêm para aquelas que necessitam de suplementações das cestas. Essas transferências são feitas com transporte próprio ou de terceiros, neste último caso contratados também por meio de licitação pública.

Macroprocesso de Prestação de Serviços

Envolve os serviços de armazenagem de produtos governamentais e prestados a terceiros (setor privado); a realização de leilões de bens públicos e privados. Tem seu início demarcado a partir de demandas externas. A participação da SUREG, como se vê, neste particular, é restrita, abrangendo apenas os serviços de armazenagem.

Resta, portanto, reiterar que neste tópico a participação da SUREG não vai além dos serviços de armazenagem. É preciso, portanto, deixar claro que a Conab/Sureg-MT, no que diz respeito a classificação de produtos agrícolas é apenas demandante e/ou receptora de tais serviços.

Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos

A formação de Estoques Públicos é realizada a partir da aquisição de produtos agrícolas por meio de operações de AGF ou de operações resultantes dos leilões públicos, via Bolsa, de Contrato de Opção de Venda, ambos instrumentos previstos na PGPM, ações preliminarmente conduzidas pela SUREG.

Os estoques públicos podem ser mantidos em armazéns próprios ou em armazéns de terceiros que atendem aos requisitos para credenciamento, mediante a assinatura de CONTRATO DE DEPÓSITO (guarda e conservação) de produtos e/ou embalagens de propriedade da União ou

da Conab e/ou vinculados a programas governamentais de abastecimento sociais.

As aquisições são obrigatoriamente precedidas de vistorias técnico-operacionais da Conab, por meio do “TERMO DE VISTORIA E NOTIFICAÇÃO – TVN”, para caracterizar as condições quantificativas do produto e o cumprimento das demais exigências normativas para o devido armazenamento, de acordo com os TÍTULOS 08 e 12 do MOC.

Após a aquisição e entrada contábil do produto no Sistema de Controle de Estoques – xFAC, periodicamente, conforme calendário previamente estipulado, são realizadas fiscalizações em todas as unidades armazenadoras que detêm estoques públicos para verificação quantitativa dos produtos. Para os armazéns de terceiros, os pagamentos dos serviços de armazenagem e conservação são realizados quinzenalmente, conforme os valores publicados no site da Conab – na página [PRODUTOS E SERVIÇOS/ARMAZENAGEM](#).

Os produtos dos estoques públicos podem ser objetos de venda e remoção para outras Unidades da Federação ou para atendimento de programas sociais específicos (doação) e especiais.

A Administração dos Estoques Públicos recebeu várias melhorias materializadas pela criação de sistemas de execução e controle, geração eletrônica de notas fiscais e emissão de relatórios gerenciais, necessitando porém de contínuo acompanhamento e revisão, face, sobretudo, às alterações na legislação tributária que rege as atividades de movimentação dos estoques.

O conjunto de empregados que trabalha na execução das tarefas inerentes às operações necessita de contínuo treinamento e aprimoramento.

Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos

É o principal macroprocesso de sustentação da estratégia de propiciar a Conab a oportunidade de ampliar seu processo de geração e difusão de conhecimento, retratando a atuação conjunta de toda a Companhia. É um macroprocesso que tem interfaces com todas as atividades desenvolvidas e que impacta fortemente na estratégia e no alcance da visão de futuro da Companhia, necessitando, portanto, de contínua análise no sentido de identificar possíveis mudanças no ambiente de atuação da Companhia.

A Sureg-MT cabe desenvolver, precipuamente, trabalhos de campo relacionados com levantamento e avaliação de safra, conjuntura agropecuária regional, levantamento de preços de insumos, máquinas e equipamentos, cadastro da rede armazenadora, levantamento e informações de estoques privados, fiscalização das operações dos Programas de Subvenção e acompanhamento de remoção.

Nesse tópico existe também a necessidade de ampliação do contingente de pessoal, realização de treinamento e abrangente capacitação, e introdução de ferramentas de condução, uso e apoio da área de informática setorial.

Principais resultados estratégicos da Conab previstos para os próximos 5 exercícios

A Conab, como agente oficial encarregado de cuidar do abastecimento público de alimentos e matérias-primas agropecuárias, está diretamente envolvida na formulação e execução das políticas de sustentação da renda dos produtores a fim de assegurar sua capacidade de expansão, atuando, ainda, na complementação da oferta da capacidade de armazenamento; portanto, necessita estar atenta ao crescimento da produção e do comércio agrícola e programar suas atividades futuras de acordo com as perspectivas dos mercados. Ademais, procura definir políticas específicas de apoio ao pequeno agricultor familiar, de modo a assegurar que o comércio de sua produção seja

rentável e que também seja preservada a continuidade de suas atividades.

Nesse sentido, as ações da Companhia, planejadas e organizadas, podem contribuir com a geração de renda e emprego, no campo e nas cidades; regularizar o abastecimento dos principais alimentos em todo o território nacional, minimizando possíveis impactos sobre a inflação; contribuir para o acesso à alimentação de uma parcela significativa da população que se encontra em situação de insegurança alimentar e nutricional; promover o uso da agrobiodiversidade, além de valorizar e resgatar hábitos alimentares regionais.

Entretanto, como decorrência de deficiências de gestão acumuladas nos últimos anos, a Companhia, hoje, apresenta problemas conjunturais e estruturais que demandam ações de reordenamento, com vistas a resgatar sua capacidade técnica e administrativa, restaurar sua imagem e proporcionar o alcance de seu pleno potencial, devendo, para tanto, priorizar 24 projetos estratégicos nas áreas de pessoal, planejamento, estrutura organizacional, armazenagem, abastecimento e geração de informação e conhecimentos.

Entre os projetos voltados para a gestão de pessoas estão a elaboração de um novo plano de cargos, carreira e salários; a criação da Universidade Corporativa da Conab; e um plano de estímulo à participação de todos os empregados no Instituto de Seguridade Social-Cibrius. No âmbito da estratégia e estrutura organizacional, deverão ser retomadas as atividades do planejamento estratégico e realizados estudos para a modernização da organização, bem como implementada a gestão participativa na Companhia. Assim como deverá elaborar uma política para sua rede armazenadora, a Conab deverá participar da construção do Plano Nacional de Armazenagem. Os resultados almejados para a geração e disseminação de Informação e Conhecimento contarão com projetos como: definição de coeficientes acerca da capacidade de trabalho e eficiência de campo das máquinas e implementos agrícolas; elaboração de metodologia de custos de produção para a atividade integrada agricultura-pecuária; aperfeiçoamento da metodologia de previsão da safra agrícola com uso da geotecnologia; desenvolvimento de cálculo da receita bruta dos produtores rurais brasileiros. O abastecimento social estará contemplado mediante projetos que fortaleçam a parceria nas ações voltadas à complementação alimentar, ao apoio à organização de pequenos varejistas e modernização dos mercados hortícola e frutícola, complementados com a a implantação de programa de sustentabilidade nos terminais hidroviários da Amazônia.

Entende-se que os resultados desses projetos serão oportunos para efetivar as necessárias transformações na gestão e na imagem institucional da Companhia.

2. ANÁLISE GERAL DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS E DE GESTÃO

2.1. Análise sobre o Ambiente de Gestão

Mato Grosso ainda é um Estado eminentemente agropecuário com efetivo e consagrado potencial agrícola. Dentro deste positivo contexto produtivo, as culturas mais destacadas são: soja, milho (2ª safra), feijão (2ª safra), girassol, sorgo, algodão e arroz em casca. Nas culturas de soja, milho (2ª safra), girassol e algodão o Estado mantém a liderança nacional da produção. É nesse ambiente de agricultura empresarial que a Conab, por sua Superintendência Regional, atua no sentido de cumprir suas atribuições institucionais e operacionais, notadamente quando o mercado agrícola vivenciando conjuntura desfavorável requer a sua atuação no sentido de assegurar preço mínimo e sustentação de renda para o universo de produtores do setor agrícola.

2.1.1 – SOJA

Em Mato Grosso, referência nacional na produção do grão, a safra alcançou 21.849,0 mil toneladas numa área plantada de 6.980,5 hectares, registrando um incremento de 10,30% na área cultivada e acréscimo de 3,90% na produção em relação a safra imediatamente anterior (2010/2011). O resultado obtido na produção estadual poderia ser ainda melhor não fosse uma redução de 1,88% na produtividade média, ou seja, saindo de 3.190 kg/ha na safra 2010/2011 para 3.130 kg/ha na safra 2011/2012. A queda foi ocasionada pela ocorrência de pragas e doenças e redução de luminosidade em algumas regiões produtoras.

A comercialização da soja mato-grossense aconteceu com mercado dinâmico e preços firmes e ascendentes, situação favorecida pela queda na produção norte-americana e argentina. A boa performance da comercialização da safra estadual foi afetada pela problemática logística de armazenamento e de transporte, fatores que acabam interferindo no resultado econômico da cultura e reduzindo a possibilidade de maiores ganhos financeiros e na lucratividade de toda a cadeia produtiva. Os preços médios da oleaginosa pautaram-se de R\$38,57/60 kg (cotação mínima) a R\$67,37/60 kg (cotação máxima).

2.1.2 – MILHO

O Brasil produziu na safra 2011/2012 um total recorde de 72,98 milhões de toneladas, marcando um incremento de 26,8% em relação à safra 2010/11. A área cultivada que chegou a 15,18 milhões de hectares, superior em 9,94% aos 13,80 mil hectares plantados na safra 2010/2011, fruto de um rendimento médio de 4.481 kg/ha na produção de 1ª safra e de 5.133 kg/ha na 2ª safra, o que permite apontar que a produtividade média da lavoura brasileira do cereal foi de 4.807 kg/ha.

As seguidas reduções na safra de milho dos Estados sulinos também ocasionaram a diminuição dos estoques finais em nível de Brasil, notadamente nos anos de 2011 e 2012. O comportamento descendente da produção de milho nos Estados da região Sul e consequente redução na oferta global concorreu de forma significativa para a ampliação da área plantada em Mato Grosso, posto que os preços praticados pelo mercado sinalizavam boa remuneração.

O plantio de milho em Mato Grosso ocorre no ciclo denominado de 2ª safra, logo após a colheita da soja. Na safra 2011/2012, a de maior peso comercial, foram cultivados 2.645,4 mil hectares, proporcionando uma produção de 15.025,9 mil toneladas, fruto de uma produtividade média da ordem de 5.680 kg/ha.

A situação do mercado, face a redução da oferta interna, motivou a prática de preços com boa remuneração aos produtores mato-grossenses, panorama também influenciado pela quebra de safra norte-americana e da Argentina, devido ao expressivo aumento da demanda mundial. Em

2012, só Mato Grosso exportou 9,1 milhões de toneladas, correspondente a 46% das exportações brasileiras no período. Os preços médios no Estado flutuaram de R\$12,98/60 kg (cotação mínima) a R\$23,13/60 kg (cotação máxima), evitando, assim, a necessidade da intervenção governamental no processo de comercialização da produção estadual.

2.1.3 – ALGODÃO

A produção nacional da fibra, que tem na pluma a matéria-prima mais valorizada e comercializada no mercado interno e externo, na safra de 2011/2012, chegou a 1,87 milhão de toneladas com uma área plantada de 1,39 milhão de hectares, decorrente de um rendimento médio de 1.347 kg/ha (89,8 @/ha).

O Estado de Mato Grosso lidera a produção brasileira de algodão em caroço/pluma. A produção de pluma obtida na safra 2011/2012 foi 1,05 milhão de toneladas com uma área plantada de 725,7 mil hectares (1ª e 2ª safras). A produtividade média alcançada foi de 1.442 kg/ha, equivalente a 96,13 @/ha. A produção mato-grossense de algodão em pluma, considerando os dois ciclos produtivos, correspondeu a 56,15% da produção brasileira.

Embora o Algodão, historicamente, seja uma cultura de boa rentabilidade ao produtor, a mercadoria mato-grossense sofreu pressão baixista provocada pela existência de um elevado estoque mundial de passagem, retração das compras pela União Europeia e até mesmo pelo incremento da produção estadual (12,42%). Além do que, os preços pagos também foram pressionados pela carente logística de transporte.

2.1.4 – ARROZ EM CASCA

A safra 2011/12 de arroz em casca no Brasil alcançou um total de 11,6 milhões de toneladas, com o cultivo de 2,42 milhões de hectares, resultado produtivo proveniente de um rendimento médio de 4.780 kg/ha.

Em Mato Grosso a cultura de arroz em casca apresenta configuração marginal com relação ao contexto nacional, participando apenas com 3,97% da produção brasileira. Assim, a produção foi da ordem de 461,30 mil toneladas. A área plantada, toda ela de sequeiro, foi de 143,40 mil hectares. O rendimento médio obtido foi de 3.217 kg/ha.

Os preços praticados para o produtor, praticamente em todo o decorrer da safra, mantiveram-se acima do preço mínimo não havendo necessidade de intervenção governamental.

2.1.5 – ARMAZENAMENTO

A capacidade estática do Estado é de 28,5 milhões de toneladas, segundo o Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras mantido e operado pela Conab. Deste montante apenas pequena parte está em condições técnicas e administrativas de operar com o Governo Federal, consoante as exigências normativas pertinentes. O cenário de ampla defasagem poderá ser agravado, ainda mais, em virtude da Instrução Normativa nº 041/2010 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA que prevê um processo de escalonamento para as certificações das unidades armazenadoras privadas e públicas a partir de 31/12/2012, requisito que, portanto, será exigido para todo o credenciamento de armazéns para operar com a Conab.

Assim, conforme o especificado, é possível verificar que a capacidade estática estadual mostra-se aquém da produção agrícola estadual, fatos convergentes que poderão acarretar, no

decorrer do próximo ano, principalmente nas regiões de Sinop, Sorriso, Nova Mutum e Lucas do Rio Verde, a ocorrência de armazenamento emergencial “a céu aberto”, visto tratar-se de pólos de alta concentração de produção agrícola, com destaque particular para milho – 2ª safra, com demanda maciça por estocagem no 2º semestre do ano. O descompasso entre as grandezas enfocadas (capacidade de armazenamento/armazéns credenciados/produção agrícola regional) acontece, em parte, também pela baixa rotatividade dos estoques abrigados, uma vez que considerável parcela da soja em grãos ainda permanece estocada nos armazéns coletores.

A Conab conta, hoje, no Estado com 05 (cinco) unidades armazenadoras com capacidade estática total de 199.393 toneladas. Todavia, por uma série de entraves de variados matizes, parte dessa quantidade não têm condição operativa absoluta (Sorriso, Sinop e Diamantino), excetuando-se desse emperramento operacional as unidades armazenadoras situadas em Rondonópolis e Alta Floresta, que, mesmo distante das condições ideais, continuam operando em situação de reconhecida precariedade. É preciso ressaltar, no entanto, o repetido empenho da gestão desta Regional em buscar junto a alçada competente da Companhia os meios e os recursos necessários no sentido de implementar a devida reestruturação física e técnico-operacional e o consequente, necessário e pleno funcionamento da rede armazenadora.

Estratégia de atuação da empresa

A Conab na condição de empresa pública de direito privado, vinculada ao MAPA, tem sua estratégia de atuação atrelada aos ditames da política agrícola e de abastecimento, desenvolvendo assim serviços atinentes a garantia de preços mínimos, sustentação de renda, formação e gestão de estoques estratégicos e reguladores. Para cumprimento dessas missões, no exercício de 2012, foram implementadas sob a gestão desta Superintendência Regional operações de armazenamento, fiscalização, remoção e venda de produto.

Ao mesmo tempo, a Superintendência também colabora na execução dos serviços de levantamento e avaliação de safra, apuração de custo de produção e acompanhamento de preços de mercado. No contexto social e de alimentação dos segmentos carentes e em insegurança alimentar, a empresa atua na compra, estocagem e distribuição dos produtos que compõem a cesta de alimentos, conforme orientação do Programa Fome Zero. Do lado da produção da agricultura familiar a SUREG-MT executa e dinamiza o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, adquirindo e simultaneamente realizando a doação dos produtos comprados a entidades sociais, hospitalares e escolares.

Observa-se, portanto, que a atuação da Superintendência Regional da Conab é marcada por um extenso leque de serviços, nem sempre realizados em conformidade com as melhores condições laborais, que se mostram relevantes sob a ótica socioeconômica do Estado, produzindo, inegavelmente, impacto positivo perante a sociedade como um todo, prestadores de serviços, produtores e/ou suas cooperativas, com especial ênfase no tocante a agricultura familiar e parcelas mais carentes no contexto alimentar.

Contratação de bens e serviços

Os contratos administrativos são firmados, na Sureg-MT, basicamente para a prestação dos serviços de: vigilância armada, limpeza, braçagem, advocatício, de arquitetura e urbanismo, agente de integração/estagiários e de medicina e segurança do trabalho, locação de veículos automotores, locação de máquinas fotocopiadoras, locação de imóvel, manutenção de aparelhos de ar condicionados, aquisição de passagem aérea e aquisição de combustíveis.

A contratação desses serviços é realizada por uma Comissão Permanente de Licitação

nomeada com empregados de diversas áreas, que atuam sempre que há procedimentos licitatórios nas modalidades trazidas pela Lei 8.666/93. Já em relação aos procedimentos relativos a Lei 10.520/2002 (pregões) existe um Ato de Superintendência que indica os pregoeiros que irão atuar em cada exercício, estabelecendo, ainda, a equipe de apoio.

As atividades de compra de material e serviços estão inseridas no Setor Administrativo (SETAD) que, embora observando todas as normas legais, não dispõe de um instrumento formal (consolidado) que trate de licitação (regulamento específico). Para realização dos certames utiliza-se da Lei de Licitação (Lei 8.666/93), demais legislações pertinentes, Normas de Organização, Orientações Superiores emanadas da Matriz (resoluções, Comunicação Interna e etc).

Todo procedimento licitatório, com exceção da dispensa com fulcro no artigo 24, Incisos I e II, da lei 8.666/93 são submetidos a área jurídica da Regional, que utiliza entre outras orientações de um check-list para cumprimento das condicionantes legais.

Os prazos dos Contratos Administrativos são acompanhados mediante um controle sistemático elaborado pelo Setad (Quadro de Acompanhamento dos Contratos). Além do SISCOT (Sistema de controle de contratos), disponível na Intranet <https://intranet.Conab.gov.br>, que envia aos Gestores dos contratos mensagens (via email) sobre o vencimento dos contratos.

Para a contratação dos serviços privados para armazenagem de produtos é necessário que a empresa de armazenagem seja Credenciada, com habilitação técnica junto a Conab, atendendo as Normas Internas.

Temos ainda que a partir de 31/12/2012 as empresas Credenciadas devem estar aptas, atendendo ao Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras normatizada pelas Instrução Normativa/MAPA nº 03, de 01/2010, Instrução Normativa/MAPA nº 41, de 12/2010 e Instrução Normativa/MAPA nº 29, de 06/2011, após atendimento, concretizando-se a contratação de serviços com a formalização do **Contrato de Depósito** constante no TÍTULO 08 – ARMAZENAMENTO - Documento 1.

O fundamento legal deste contrato de depósito consta do Decreto nº 1.102, de 21/11/1903; Lei nº 9.173, de 29/05/2000 e o Decreto nº 3.885 de 03/07/2001 e para o ato de contratação a dispensa de licitação está amparada na lei nº. 8.171 de 17/01/1991 e no Art. 24, Inciso VI da lei 8.666/93.

Fatores de risco e sua gestão no exercício em análise e para os próximos dois exercícios

Como acontece em toda atividade de caráter comercial, a atuação da Sureg-MT também está passível de riscos em vários sentidos e amplitudes. Em 2012, no entanto, praticamente não aconteceram eventos que podem ser considerados como de elevado risco operacional e de abastecimento, exceto com relação a drástica redução dos estoques de milho, produto retirado do Estado, via VEP e remoção, para assegurar o abastecimento nos Estados sulinos, e, sobretudo, nas Unidades Federativas do nordeste brasileiro. Depreende-se, portanto, ficar clara a necessidade da recomposição dos estoques do produto no Estado, tendo em vista o grande excedente da produção estadual e o quase certo desabastecimento do produto no Nordeste, em decorrência da persistência de seca severa naquela região. O cenário para os exercícios imediatamente futuros (2013 e 2014), presume-se não deverá mudar de forma radical ao verificado em 2012.

2.2. Análise sobre o Ambiente de Negócios

a) Demanda por serviços de armazenagem e apoio à comercialização

A Conab em Mato Grosso é uma grande demandante dos serviços de armazenagem, especialmente para a estocagem de milho, junto a rede armazenadora privada, haja vista as aquisições acontecidas em safras anteriores, operações verificadas no universo do médio e grande produtor e cooperativa, atividades desenvolvidas em apoio à comercialização do produto, com o emprego dos instrumentos de aquisição e de subvenção econômica. Ainda no campo da comercialização agrícola foram efetuadas aquisições de produtos provenientes da agricultura familiar pelo Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Em geral, essa produção não requereu armazenagem no seu conceito tradicional, já que os produtos comprados são objeto de doação simultânea.

Com relação a armazenagem da produção oriunda da agricultura empresarial (médio/grande produtor/cooperativa), quando verificada, aconteceu, por ocasião da intervenção da Conab no processo de comercialização, logo após a colheita e durante o período comercial subsequente, em face da inoperância do mercado. O tempo de armazenamento, em síntese, depende das diretrizes emanadas pelas autoridades gestoras das políticas de abastecimento. A formação de estoque, independente do produto, demanda ainda, conforme o caso (venda/remoção), por serviços de classificação vegetal.

A demanda requerida para apoiar e sustentar a comercialização está, sobremaneira, vinculada ao excesso de oferta, preços praticados no mercado e até mesmo pelo refluxo de demanda pelos agentes atuantes no mercado consumidor. É este cenário de abundância e de retração de compra que reclama a intervenção da Conab, situação que não aconteceu em 2012 em Mato Grosso.

b) Mapeamento das principais empresas do setor privado que prestam serviços análogos aos da Conab

A Sureg-MT, no que se refere a serviços análogos aqueles praticados pela Conab, continua entendendo, como no Relatório de 2011, que esse é inexistente, pois como empresa pública seu papel principal é atuar no mercado sem visar lucro, com ações para sustentação de preços dos principais produtos produzidos e comercializados, ou seja, seu objetivo é a regulação de mercado, mediante intervenções próprias de Governo. Assim, a Conab não participa/intervem, no âmbito de sua área de atuação, em condições competitivas com o mercado. Tanto não é análoga sua atuação que o mercado privado para sobreviver precisa atuar a todo tempo e onde lhe é conveniente (lucrativo), já a Estatal tem que atuar de forma supletiva (mesmo com prejuízos), amparando Regiões onde a iniciativa privada não tem interesse, logo de forma única, a Conab, realiza trabalho com finalidade diversa daquela preterida pela iniciativa privada.

Produtos e serviços oferecidos que geram receitas próprias

A única receita obtida pela UJ, no exercício de 2012, foi decorrente dos serviços de Armazenagem de Produtos Agrícolas, no valor de R\$127.482,32.

Principais clientes por produtos e serviços dos setores público e privado

No exercício de 2012 a clientela da UJ foi apenas do setor privado, no que se refere a comercialização e armazenagem, a saber:

a) Principais clientes do setor privado – comercialização

Quadro 2.1 – Principais clientes do setor privado - comercialização

CNPJ	Razão Social	Produto	Quantidade(t)	Valor (R\$)
20.730.099/0113-90	SADIA S/A	Milho em Grãos	68.995	21.547.561,11
10.693.132/0001-08	J.A.F. FERREIRA – ALIMENTOS LTDA	Milho em Grãos	16.144	4.934.338,12
09.085.264.820	PAULO GIANNETTA	Milho em Grãos	15.646	4.785.508,20
01.838.723/0093-45	BRF – BRASIL FOODS S.A.	Milho em Grãos	10.749	3.482.820,50
03.950.587/0001-98	ANHAMBI ALIMENTOS OESTE LTDA	Milho em Grãos	11.196	3.313.191,70
07.054.279/0001-35	MOINHO REGIO ALIMENOS S/A	Milho em Grãos	9.892	2.948.205,00
05.989.681/0001-86	SOMA PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA	Milho em Grãos	8.077	2.303.851,15
11.067.047-115	GREGÓRIO RODRIGUES ANACLETO	Milho em Grãos	5.406	1.636.537,45

b) Principais clientes do setor privado – armazenagem
Quadro 2.2 – Principais clientes do setor privado - armazenagem

CNPJ	Razão Social	Produto	Quantidade(Kg)	Valor (R\$)
003.613.054-00	Sílvio M. Tavares	MILHO	225000	1.208,12
004.860.946-34	Antônio A. Aguiar	MILHO	300.000	2.591,74
011.486.771-27	Afrânio S. Oliveira	MILHO	30.000	149,70
01.368.688.0001-20	Zootec Ind. Com	MILHO	355.040	3.173,77
025.431.594-10	Marcelo V. Oliveira	MILHO	53.000	265,34
03.136.782.0001-89	Granja Azevém Ltda	MILHO	675.000	5.420,18
04.861.283.0001-17	Avícola Azevem Ltda	MILHO	1.000.000	6.980,54
04.885.819.0001-34	Nutripura N. Animal	MILHO	1.602.320	15.317,12
049.268.388-34	Geraldo A. de Vitto	C. SOJA	556.010	11.686,61
04.955.487.0001-17	Rações Vb Ind e Com.	MILHO	850.000	5.559,01
076.146.831-53	Nelson S. Carvalho	MILHO	15.000	74,85
081.071.901-06	Elcio Brunelli	MILHO	170.000	862,75
081.496.584-91	José A. Cordeiro	MILHO	1.000.000	6.251,59
10.744.587.0001-05	Granja Almeida	MILHO	150.000	925,03
11.037.441.0001-84	Coopleite	MILHO	642.500	829,99
168.052.328-72	Antonio F. Franco	MILHO	120.000	3.055,55
205.085.908-25	Nei Neves da Silva	MILHO	120.000	598,80
223.758.648-91	Joaõ A. Beltrame	MILHO	40.000	221,87
224.021.793-68	Carla B. Quintão	MILHO	500.000	2.489,88
234.187.294-87	Antonio C. de Araujo	MILHO	212.500	1.512,33
302.283.286-91	Hamilton de Resende	MILHO	240.000	1.709,06
384.815.021-20	Nilvanei I. Carneiro	MILHO	15.000	74,85
441.780.501-68	Rinaldo P. Araujo	MILHO	100.000	530,18
472.509.684-91	Ivalto T. Holanda	MILHO	150.000	1.067,09
522.581.141-87	Marcos R. Nogueira	MILHO	15.000	74,85
531.891.241-91	Alberto Torremocha	MILHO	45.120	405,53
616.665.211-91	Waldemir M. Santos	MILHO	150.000	748,50
781.622.541-53	Gilberto de Vitto	C. SOJA	183.040	4.999,40
115.529.809-87	Antonio Massao Yamashita e Outros	ARROZ	361.120	163.767,94
353.302.441-53	Roberto Grandini	ARROZ	19.580	8.879,54
281.788.589-91	Edno Lotti.	ARROZ	143.890	65.254,12
006.346.501-90	Elaine Cristina Lotti Cardoso	ARROZ	65.590	29.745,07
TOTAL			10.104.710	346.430,90

3. SUSTENTAÇÃO DE RENDA

3.1. Análise das principais ações ligadas à compra e a subvenção

Não houve, em 2012, no Estado, intervenção governamental ligada a essa ação.

3.2. Análises dos Programas de Sustentação de Renda

Em que pese não ter sido necessária a execução da PGPM no Estado de Mato Grosso, em 2012, esta Política tem sido objeto de atenção especial, ao lado do Programa de Aquisição da Agricultura Familiar. Ambos objetivam a redução das flutuações dos preços recebidos pelos produtores, de maneira a incrementar e garantir a oferta de alimentos e matérias-primas e a manutenção da renda do setor rural, pela intervenção do Governo Federal, via aquisição de produtos ou utilização de outros instrumentos que incentivem a comercialização agrícola.

No caso da Sureg-MT, houve uma compra de sacaria com o instrumento AGF, mas no que se refere as intervenções visando à sustentação de renda do produto em 2012, se deram apenas no âmbito do Programa de Aquisição da Agricultura Familiar, a saber:

3.2.1. Programa de Aquisições do Governo Federal – AGF

No âmbito da Sureg-MT, no ano de 2012, em que pese não ter sido realizada nenhuma intervenção com utilização de AGF-PRODUTO, houve uma compra de sacaria, para atendimento à demanda da Conab visando o ensacamento de milho depositado na UA/Rondonópolis com vista a remoção e oferta do produto ensacado no nordeste, via venda balcão. O ensacamento objetivou facilitar a entrega do produto aos beneficiários-consumidores, em razão da falta de estrutura das UAs de destino, no bojo das ações de socorro às vítimas da seca. Na oportunidade, foram adquiridas 590.000 unidades de sacarias de polipropileno nova (100 gramas), com capacidade para acondicionar 60 kg, fornecidas pela empresa Brasrafia Indústria e Comércio de Embalagens Ltda, CNPJ 08.672.803/0001-02, no valor total de R\$ 528.651,00.

3.2.2. Contratos de Opção de venda

Não ocorreram leilões de Contrato de Opção no exercício de 2012 com operações que envolvessem a Sureg-MT.

3.2.3 Prêmio para o Escoamento de Produto – PEP (compra)

Não ocorreram leilões de PEP no exercício de 2012 com operações que envolvessem a Sureg-MT.

3.2.4 Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa – PEPRO

Não ocorreram leilões de PEPRO no exercício de 2012 com operações que envolvessem a Sureg-MT.

3.2.5. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

Integrando um conjunto mais abrangente de políticas desenvolvidas pelo Governo Federal, tem se mostrado de grande relevância a operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos -PAA, pela Conab, em parceria com organizações públicas e da sociedade civil, voltadas ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do país.

Como apoio à Agricultura Familiar o Programa de Aquisição de Alimentos-PAA é executado mediante a compra da produção de pequenos agricultores, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar, e à formação de estoques estratégicos.

As atividades desenvolvidas pela Companhia, referentes à operacionalização do Programa, estão em sintonia com outras ações implementadas pela Conab e relacionadas ao Fome Zero, quais sejam: estruturação de logística de recebimento, armazenagem e distribuição de donativos, e leilão eletrônico de compra de alimentos visando ao atendimento emergencial de comunidades indígenas, quilombolas e acampados da reforma agrária, em situação de risco alimentar.

O Grupo Gestor do PAA, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS e composto ainda pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Fazenda e Ministério da Educação, é responsável pela implementação do Programa, cujas diretrizes são estabelecidas e publicadas em Resoluções. Os recursos são providos pelos Ministérios de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Desenvolvimento Agrário (MDA), sendo executado pelos governos estaduais e municipais e, em âmbito federal, pela Conab, por meio dos seguintes instrumentos:

– Formação de Estoque pela Agricultura Familiar – CPR-Estoque tem por finalidade a formação de estoques pelas organizações de agricultores familiares, por meio da aquisição de produtos alimentícios oriundos de agricultores enquadrados nos grupos A ao E do Pronaf, visando a sustentação de preços e agregação de valor. Atende o mesmo público alvo do instrumento anterior, devendo os agricultores estarem organizados em cooperativas, associações, agroindústrias familiares, condomínios e consórcios. São amparados os produtos alimentícios da safra vigente, próprios para o consumo humano, cujo prazo de entrega é de até 12 meses, a contar da data de assinatura da Cédula de Produto Rural - CPR, podendo ser prorrogado a critério da Conab, após análise de pedido formal da organização dos participantes, justificando o pleito.

– Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea – CPR-Doação objetiva o atendimento às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional por meio da doação de alimentos adquiridos de agricultores familiares, em todo o território nacional, voltado para o mesmo público alvo dos instrumentos anteriores, que também devem estar organizados em grupos formais (cooperativas e associações).

São amparados produtos alimentícios próprios para o consumo humano, observando-se:

- a) produtos *in natura* da safra vigente;
- b) produtos industrializados/beneficiados cujo prazo de validade não seja inferior ao da execução do projeto;
- c) produtos orgânicos, que observem a regulamentação contida no Decreto n.º 6.323, de 27 de dezembro de 2007; e
- d) a substituição do produto *in natura* por industrializados/processados/beneficiados poderá ser aceita, desde que sejam próprios para o consumo humano, de acordo com a conversão estabelecida

pela Conab.

– Compra Direta da Agricultura Familiar- CDAF, tem como finalidade garantir, com base nos preços de referência, a compra de produtos agropecuários, em todo o território nacional, de agricultores enquadrados no PRONAF, inclusive Povos e Comunidades Tradicionais qualificados de acordo com o Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 – extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra, acampados (definidos de acordo com a Portaria MDA n.º 111, de 20 de novembro de 2003), comunidades indígenas e agricultores familiares em condições especiais (autorizados pela Conab). Os participantes deverão estar organizados preferencialmente em grupos formais (cooperativas e associações) ou informais. Os produtos amparados são: arroz, castanha de caju, castanha do brasil, farinha de mandioca, feijão, milho, sorgo, trigo, leite em pó integral e farinha de trigo. A Conab, a seu critério, poderá adquirir outros produtos processados/beneficiados, próprios para o consumo humano.

Merece destacar que por meio do PAA são adquiridos alimentos por preços de referência correspondentes aos praticados nos mercados regionais, que mediante o Decreto 7.775, de 04/07/2012 passaram a vigorar os seguintes limites:

- a) Até R\$4.800,00 ao ano por agricultor familiar que se enquadre no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, na modalidade Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea-CPR Doação;
- b) Até R\$ 8.000,00 por agricultor/ano para a Formação de Estoque pela Agricultura Familiar-CPR Estoque e para a Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF.

A Sureg-MT, em busca de melhores resultados, divulga nos eventos (palestras e reuniões) todos os procedimentos para adesão ao programa. Além desta divulgação os interessados (associações e cooperativas de agricultores) têm à disposição o PAANet, via Internet, pelo qual as propostas de participação são encaminhadas à Conab para aprovação.

Para garantir maior segurança e celeridade na execução dos projetos de CPR Doação e Estoque, a partir de 2012 a Sureg-MT participa como projeto piloto da avaliação de um aplicativo criado pela matriz (PAANet Entrega). Com a disponibilização do aplicativo a UJ, simultaneamente, ministrou um treinamento aos usuários, possibilitando o lançamento *on line* da prestação de contas, a qual é posteriormente analisada para validação da Sureg-MT.

Com essas ações a UJ tem aumentado a cada ano o número de agricultores familiares atendidos e o volume de recursos aplicados. Essa situação favorável é evidenciada quando se compara os períodos de 2012 em relação a 2011, na qual há um acréscimo de 49,38% de agricultores (CPR Doação) e um acréscimo de beneficiados de 97,01 % (CPR Estoque).

Quadro 3.1 – Comparativo de CPR Doação e CPR Estoque 2011/2012

Compra Agricultura Familiar com Doação Simultânea – CPR Doação			
ITENS AVALIADOS	2011	2012	Variação (%)
Nº de municípios atendidos	45	51	13,33
Nº de Projetos	69	90	30,43
Nº Agricultores	2.762	4.126	49,38
Nº Consumidores	418.507	461.835	10,35
Nº Entidades	750	882	17,60
Qtde Produtos (Kg)	6.514.421	8.822.028	35,42
Valor Projetos (R\$)	11.349.325,27	17.413.312,35	53,43

Formação de Estoque pela Agricultura Familiar - CPR ESTOQUE			
ITENS AVALIADOS	2011	2012	Variação (%)
Nº de municípios atendidos	4	6	50,00
Nº de Projetos	9	11	22,22
Beneficiários (Agricultores)	234	461	97,01
Nº Entidades (Assoc./Coop.)	6	11	83,33
Qtde Produtos (Kg)	803.778	1.630.322	102,83
Valor Projetos (R\$)	1.012.236,00	2.083.444,65	105,83

Fonte: Gedes/Segeo

No exercício de 2012, foram adquiridos 8.822.028 quilos de produtos através da CPR-doação, com recursos do MDS, totalizando uma despesa de R\$17.413.312,35, com atendimento a 4.126 produtores, de 51 Municípios do Estado de Mato Grosso.

Para CPR- Estoque, com recursos do MDA foram adquiridos dos 461 produtores 1.630.322 quilos de produtos, com uma despesa no valor de R\$2.083.444,65.

Como foi demonstrado houve no exercício um aumento considerável de todas as variantes que podem mensurar que a ação governamental vem proporcionando melhores resultados, porém esta Regional não dispõe de dados suficientes que comprovem a efetividade do programa uma vez que sua atuação se limita na execução operacional. No entanto, pode-se afirmar que o Programa de Aquisição de Alimentos no Estado de Mato Grosso fortalece a Agricultura Familiar, na medida que se comprova um aumento na sua participação, no que se refere aos números de municípios atendidos, projetos, agricultores, consumidores, entidades, produtos e valores envolvidos, evidenciando que a produção dos pequenos agricultores vem sendo comercializada (escoamento da produção).

Como prejudicial a operacionalização do programa, podemos destacar a restrição de recursos orçamentários, logística para transporte da produção e a dificuldade dos agricultores em se organizarem em forma de associações ou cooperativas.

Resultado financeiro geral

O PAA que objetiva, ainda, promover a inclusão social de grande número de pequenos agricultores familiares que, em virtude da pequena escala de produção, não conseguem facilidades e preços remuneradores na comercialização de seus produtos, no ano de 2012, não houve necessidade da Sureg-MT operacionalizar o instrumento denominado Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF), já que no período os preços de mercado se encontravam favoráveis, ou seja, acima do preço de referência para a aquisição de produtos, logo a venda de produtos ao Governo Federal (intervenção estatal), por meio deste instrumento, não se revelou atrativa para os agricultores

familiares.

Já para as operações de Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea – CPR Doação e Formação de Estoque pela Agricultura Familiar – CPR Estoque, a SUREG-MT aplicou o valor financeiro de R\$ 17.413.312,25 e R\$ 2.083.444,65, respectivamente, atendendo 100% da demanda, daquelas organizações que preencheram as exigências legais para a formalização das CPRs.

Quadro 3.2 – Quantidades e recursos dispendidos por instrumento

Órgão	UF	Instrumento	Valor (R\$)
MDS	MT	Compra da Agricultura familiar com Doação Simultânea – CPR-Doação	17.413.312,35
MDA	MT	Formação de Estoque pela Agricultura Familiar – CPR-Estoque	2.083.444,65
MDA	MT	Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF	0,00
Total		-	19.496.757,00

Fonte: Dipai/Supaf

Quadro 3.3 – Dez maiores operações na CPR-Doação

ORIGEM DO RECURSO	CNPJ	PROPONENTE	VALOR TOTAL PROPOSTA (R\$)
MDS	10.757.281/0001-85	COOPERATIVA DOS AGRICULTORES DO VALE DO AMANHECER	599.688,00
MDS	11.381.578/0001-51	ASSOCIAÇÃO DE MULHERES CANTINHO DA AMAZONIA - AMCA	599.664,00
MDS	00.643.388/0001-49	COOP. MISTA PROD. RURAIS POCONÉ	597.636,00
MDS	05.026.520/0001-97	APRAS - ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES DA REGIÃO ALTO SANT'ANA	544.379,00
MDS	05.026.520/0001-97	APRAS - ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES DA REGIÃO ALTO SANT'ANA	540.000,00
MDS	36.926.301/0001-98	ASSOC. RURAL JUINENSES ORGANIZADA PARA AJUDA M	517.061,95
MDS	11.941.896/0001-20	ASSOC. DANDO AS MÃOS, ORGANIZAÇÃO SOLIDÁRIA DOS ASSENTADOS E EMPR. EM GERAL	511.000,00
MDS	07.509.331/0001-09	ASSOC. DOS PROD. DO ASSENTAMENTO PAI HERÓI, PROJETO NOSSA TERRA NOSSA GENTE	468.000,00

Fonte: Dipai/Supaf

Quadro 3.4 - Dez maiores operações na CPR-Estoque

ORIGEM DO RECURSO	CNPJ	PROPONENTE	PRODUTO	VALOR TOTAL PROPOSTA (R\$)
MDA	10.757.281/0001-85	COOPERATIVA DOS AGRICULTORES DO VALE DO AMANHECER	CASTANHA DO BRASIL	999.000,00
MDA	02.355.900/0001-87	ASSOCIAÇÃO REGIONAL DE APICULTORES DA AMAZÔNIA APIACAENSE	CASTANHA DO BRASIL	252.000,00
MDA	11.381.578/0001-51	ASSOCIAÇÃO DE MULHERES CANTINHO DA AMAZONIA - AMCA	CASTANHA DO BRASIL	202.440,00
MDA	00.643.388/0001-49	COMPRUP - COOPERATIVA MISTA DOS PRODUTORES RURAIS DE POCONÉ	CASTANHA DE CUMBARU	153.600,00
MDA	12.791.432/0001-47	ASSOC. DOS MORADORES AGROEXT DA RESEX GUARIBA ROOSEVELT RIO GUARIBA	CASTANHA DO BRASIL	117.004,65
MDA	10.563.560/0001-08	COOP. JUINENSE DA AGRICULTURA FAMILIAR AGROECOLÓGICA	PALMITO DE PUPUNHA	99.000,00
MDA	10.889.051/0001-70	ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DA COMUNIDADE IMBE	RAPADURA	63.000,00
MDA	07.375.812/0001-60	COAFRO - COOP. AGRO INDUSTRIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR DA COMUNIDADE RODEIO	CASTANHA DE CUMBARU	63.000,00
MDA	24.671.786/0001-37	ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DE VARZEARIA	RAPADURA	62.400,00
MDA	05.278.579/0001-72	ASSOC. DE PRODUTORES RURAIS DE COMUNIDADE DE NOSSA SENHORA DE LURDES	RAPADURA	54.000,00

Fonte: Dipai/Supaf

3.2.5.1 - Doação de Produtos Alimentícios a Grupos ou famílias em insegurança alimentar e nutricional – MDS

Com a Celebração do Termo de Cooperação no ano de 2010, complementado pelo Termo Aditivo nº003 de 12/09/2012, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome –

MDS estabeleceu o repasse de recursos orçamentários/financeiros no valor total de R\$69.000.000,00, objetivando a aquisição de gêneros alimentícios e a operacionalização da distribuição de cestas de alimentos.

A aquisição de alimentos é realizada pela Matriz por meio de leilão eletrônico e a entrega é realizada nos locais estabelecidos no Aviso de Leilão. Para a composição das cestas de produtos pode, ainda, a Conab, de comum acordo com o MDS, utilizar os estoques oriundos do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA.

A retirada dos alimentos bem como a sua distribuição às famílias beneficiárias é de responsabilidade dos representantes do INCRA/OAN, Funai/Funasa, Fundação Cultural Palmares, MAB e MPA.

No exercício de 2012, a Conab firmou o Termo de Cooperação nº 004/2012, em Agosto de 2012, com a SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – PR, que viabiliza a aquisição de embalagens e transporte para formação e distribuição gratuita de cestas de alimentos. No Estado de Mato Grosso cada cesta é composta de 08 itens (arroz, feijão, açúcar, óleo, farinha de mandioca, leite em pó, fubá de milho e macarrão) destinada às comunidades tradicionais de matriz africana em todo território nacional, que no caso deste Estado são 100 famílias cadastradas e atendidas em 08 (oito) etapas totalizando o quantitativo de 19.900 quilos de alimentos.

Na área de atuação da Superintendência Regional de Mato Grosso são atendidas as famílias acampadas a espera de reforma agrária, as remanescentes de quilombos, as indígenas e as dos Movimento dos Atingidos por Barragens, sendo realizados também, de forma eventual, atendimentos especiais.

No exercício de 2012, foram suspensas, até 31/07/2012, as entregas por falta de cadastramento das famílias pertencentes a cada segmento. A grande maioria de beneficiários se organizou e atualizou seus dados cadastrais junto ao MDS, com a exceção do INCRA/OAN, que contava com benefício a 9.767 famílias e apresentou dados cadastrais para apenas 972 famílias.

Em 2012 foi realizado um atendimento especial ao SESC Mesa Brasil de Cuiabá MT, com doação de 10.204 quilos de Fubá de Milho e 4.583 kg Macarrão Espaguete Comum, para consumo imediato.

As aquisições dos alimentos se deram a partir do mês de setembro, em face da liberação tardia de recursos e assinatura de convênios, ocasião em que foram recebidos alimentos provenientes de aquisição com recursos do MDS, vinculados ao Estoque Estratégico, que se somaram a itens provenientes de transferência de outras regionais, de produtos vinculados à Agricultura Familiar a exemplo do Leite em Pó (Rio Grande do Sul), da Farinha de Mandioca (São Paulo) e Arroz Beneficiado e Feijão Preto (Paraná).

Quadro 3.5 - Doação de Produtos Alimentícios

Posição: 31/12/12

ATENDIMENTOS EFETUADOS		
Acampados	Número de Famílias	9.767
	Número de atendidos	20.690
	Alimentos entregues (Kg)	515.402
Quilombolas	Número de Famílias	2.086
	Número de atendidos	10.634
	Alimentos entregues (Kg)	262.875
Comunidade de terreiro	Número de Famílias	100
	Número de atendidos	800
	Alimentos entregues (Kg)	19.900
Atendimentos especiais	Número de Famílias	
	Número de atendidos	
	Alimentos entregues (Kg)	14.787
Movimento Atingido por barragem	Número de Famílias	500
	Número de atendidos	1.500
	Alimentos entregues (Kg)	40.500
Indígenas	Número de Famílias	1.151
	Número de atendidos	3.388
	Alimentos entregues (Kg)	80.956
Pesca artesanal	Número de Famílias	
	Número de atendidos	
	Alimentos entregues (Kg)	
Total geral	Número de Famílias	13.604
	Número de atendidos	37.012
	Alimentos entregues (Kg)	934.420

FONTE: SUREGs/GEPAB - CONAB/MATRIZ

3.3. Principais indicadores de desempenho

Quadro 3.6 - Indicadores do PAA

Nome do Indicador: Percentual de projetos do PAA com valores elevados (acima de R\$300 mil)	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Monitorar a aprovação de projetos do PAA com valores mais elevados	20,00%	17,40%	6,70%
Fórmula de cálculo e método de medição: $(Pve/Pa) \times 100$ onde: Pve=Projetos com valores elevados e Pa=Projetos aprovados.			
Análise do Resultado: Verifica-se que no período de 2010 a 2012 houve uma evolução no percentual de projetos com valores elevados (acima de 300 mil reais). Pode-se concluir que essa evolução é resultado da atuação do PAA nos municípios, onde ocorreu um estímulo para produção com a garantia de venda dos produtos, aliado ao aumento da demanda por alimentos, devido a ampla divulgação do Programa e a capacitação técnica produtiva por parte das organizações e dos agricultores.			
Nome do Indicador: Percentual de mulheres produtoras atendidas pelo PAA	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Identificar o quantitativo de mulheres agricultoras contempladas em relação ao total de beneficiários do Programa	22,63%	20,00%	19,00%
Fórmula de cálculo e método de medição: $(Mp/Tp) \times 100$ onde Mp=Mulheres produtoras contempladas e Tp=Total de Produtores atendidos.			
Análise do Resultado: Observa-se que houve uma evolução no quantitativo de mulheres agricultoras contempladas em relação ao total de beneficiários do PAA, esse número justifica-se pelo incentivo e prioridade orçamentário/financeiro para os projetos apresentados por grupos de mulheres.			
Nome do Indicador: Percentual de municípios atendidos pelo PAA em relação ao n.º de municípios do Estado	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Avaliar a abrangência do PAA no Estado	36,20%	31,90%	39,70%
Fórmula de cálculo e método de medição: $(Map/Tme) \times 100$ onde: Map=Municípios atendidos pelo programa e Tme=Total de municípios do Estado			
Análise do Resultado: Verifica-se que no ano de 2010 o percentual do número de municípios atendidos é superior que 2011 e 2012, esse fato justifica-se que no ano de 2009 houve restrição financeira/orçamentária e parte dos projetos apresentados foram pagos em 2010, acumulando com os projetos apresentados no ano de 2010.			

4. PROMOÇÃO DO ABASTECIMENTO

4.1. Análise das principais ações ligadas à venda

Quando há disponibilidade de estoques próprios e/ou necessidade em atuar na estabilidade de preços, o Governo pode lançar mão de operações de venda de produto, que podem ocorrer com ou sem subvenção. Antes de definir a intervenção, baseado na conjuntura de mercado e na logística para distribuição dos estoques, em muitas situações é necessário o reposicionamento do produto a ser comercializado, motivo pelo qual ocorrem operações de remoção para outras regiões consumidoras.

As operações de venda podem ocorrer nas seguintes modalidades:

- Vendas em Leilão Público
- Vendas em Balcão
- Valor de Escoamento do Produto (VEP)

É de responsabilidade da SPA/MAPA a decisão sobre os instrumentos e o momento em que serão utilizados, a intensidade da intervenção, os produtos beneficiados, assim como a origem e o destino dos produtos.

No que se refere as modalidades de Vendas em leilão Público e Valor de Escoamento do Produto- VEP cabe à Conab sua operacionalização, ou seja, a elaboração dos editais, a realização dos leilões, a conferência da documentação que comprova a efetivação da operação e, quando for o caso, o pagamento da respectiva subvenção, com recursos oriundos do Tesouro Nacional.

Na Sureg-MT, mais especificamente, são realizadas as atividades operacionais (recebimento da documentação, conferência e emissão de Nota Fiscal de Venda).

Relação de produtos agrícolas que foram objeto de intervenção no mercado

Vale ressaltar que para o instrumento de Venda com subvenção -VEP, no ano de 2012, assim como nos exercícios anteriores, não houve na Sureg-MT pagamento de prêmio, uma vez que o produto milho tem origem neste Estado e o pagamento da subvenção cabe ao Estado de destino, conforme demonstrado no subitem 4.2.3.

No ano de 2012 a Sureg-MT interveio apenas no mercado de Milho em Grãos, com Venda de produto com e sem subvenção (item 4.2), pois para outros produtos não houve foco de desabastecimento, além de não ocorrer a formação de excedente de oferta por ampliação da produção que requeresse a intervenção governamental com o emprego de produção matogrossense.

A participação da Sureg-MT, no que se refere a intervenção no mercado de milho, mediante as modalidades de Leilão Público com e sem subvenção, acentuou-se em razão da estiagem na região Sul e Nordeste do Brasil, acarretando a diminuição da oferta de milho em várias regiões do Brasil. Em conjunto, houve nos EUA uma quebra de safra, também devido a problemas climáticos, que contribuiu para elevar os preços no mercado externo e interno, este último, em virtude do aumento das exportações brasileiras. Deste modo, os Estados demandantes de milho, principal componente da ração destinada a aves e suínos, sofreram com a diminuição da oferta e, conseqüente, aumento dos preços de milho, necessitando da intervenção do governo federal.

Como forma de amenizar o impacto sofrido em razão dos problemas climáticos na região semi-árida do país e a conseqüente escassez de milho, foi celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, o Convênio nº 54, de 25 de maio de 2012, isentando do ICMS as operações que destinassem, para aquela região, insumos para fabricação da ração animal.

No exercício 2012 a Sureg-MT interveio apenas no mercado do milho, com oferta de

seus estoques reguladores, por venda normal; por venda subvencionada (VEP); e, por remoções para venda em balcão, notadamente para suprir as necessidades de abastecimentos do Nordeste e parte do sul. Tal intervenção decorreu da necessidade de suprir a escassez do produto, conseqüente da quebra de produção daquelas regiões, em razão do longo período de estiagem (seca) la vivenciada.

4.2. Análises das ações de Venda Direta de Produtos com subvenção e sem subvenção

4.2.1. Venda em Leilão Público

As Vendas em Leilão Público ocorrem quando o Governo dispõe de estoques públicos e quando há a necessidade de intervenção oficial no mercado para regular preços e para abastecer segmentos consumidores. As operações (com ou sem subvenção) obedecem ao Regulamento para Operacionalização da Venda de Produtos Agropecuários dos Estoques Públicos nº 004/04, publicado no Diário Oficial da União na sua edição de 30/12/2004 e aos Avisos específicos. A intervenção do governo na comercialização de produtos agrícolas se dá com a participação das Bolsas de Cereais.

Nas vendas dos Estoques Governamentais, mediante 30 Leilões Público, ao longo do exercício de 2012, em âmbito da Sureg-MT, foram ofertadas 560.006 toneladas de milho em grãos, sendo negociadas 238.584 toneladas alcançando o valor total das operações de R\$ 72.920.065,84, conforme detalhado no quadro seguinte.

Quadro 4.1 – Demonstrativo de Vendas dos Estoques Públicos

LEILÕES/PROCESSOS DE VENDAS EM 2012								
AVISO	Nº Processo	PRODUTO	ORIGEM	DATA	Quantidade			Valor da Operação (R\$)
					Ofertada (kg)	Negociada (kg)	(%)	
7	21212.000060/2012-59	MILHO	PGPM	13/01/12	12.402.588	12.402.588	100,00%	RS 3.700.640,26
8	21212.000061/2012-01	MILHO	OPÇÃO	13/01/12	34.182.327	28.077.312	82,14%	RS 8.038.005,40
21	21212.000093/2012-07	MILHO	PGPM	25/01/12	5.691.110	5.691.110	100,00%	RS 1.573.380,60
22	21212.000094/2012-43	MILHO	OPÇÃO	25/01/12	42.661.807	37.515.877	87,94%	RS 11.308.105,17
37	21212.000192/2012-81	MILHO	PGPM	08/02/12	21.354.656	21.354.656	100,00%	RS 6.060.472,51
38	21212.000193/2012-25	MILHO	OPÇÃO	08/02/12	9.821.970	9.821.970	100,00%	RS 3.143.030,40
45	21212.000217/2012-46	MILHO	PGPM	15/02/12	3.565.271	3.565.271	100,00%	RS 1.118.819,06
46	21212.000218/2012-91	MILHO	OPÇÃO	15/02/12	21.434.729	16.745.714	78,12%	RS 5.031.089,70
60	21212.000375/2012-04	MILHO	PGPM	29/02/12	25.004.996	20.750.981	82,99%	RS 6.626.721,00
69	21212.000727/2012-13	MILHO	OPÇÃO	07/03/12	6.013.340	6.013.340	100,00%	RS 1.899.472,91
70	21212.000728/2012-68	MILHO	PGPM	07/03/12	18.986.660	15.017.645	79,10%	RS 4.908.580,03
86	21212.000731/2012-81	MILHO	OPÇÃO	14/03/12	21.081.446	21.081.446	100,00%	RS 6.830.388,50
93	21212.000961/2012-41	MILHO	PGPM	21/03/12	9.330.000	9.330.000	100,00%	RS 3.022.920,00
94	21212.000962/2012-95	MILHO	OPÇÃO	21/03/12	16.055.290	5.925.000	36,90%	RS 2.005.225,00
106	21212.001046/2012-72	MILHO	PGPM	28/03/12	2.283.060	1.983.060	86,86%	RS 642.511,44
107	21212.001047/2012-17	MILHO	OPÇÃO	28/03/12	32.847.230	9.867.000	30,04%	RS 3.213.969,00
114	21212.001253/2012-27	MILHO	PGPM	04/04/12	300.000	0	0,00%	RS 0,00
115	21212.001254/2012-71	MILHO	OPÇÃO	04/04/12	49.700.000	4.190.976	8,43%	RS 1.391.810,96
125	21212.001350/2012-10	MILHO	PGPM	12/04/12	300.000	0	0,00%	RS 0,00
126	21212.001351/2012-64	MILHO	OPÇÃO	12/04/12	45.509.024	90.000	0,20%	RS 27.405,00
134	21212.001672/2012-69	MILHO	PGPM	20/04/12	300.000	0	0,00%	RS 0,00
135	21212.001673/2012-11	MILHO	OPÇÃO	20/04/12	45.419.024	225.000	0,50%	RS 68.512,20
144	21212.001732/2012-43	MILHO	PGPM	27/04/12	300.000	0	0,00%	RS 0,00
145	21212.001733/2012-98	MILHO	OPÇÃO	27/04/12	45.194.024	1.431.000	3,17%	RS 422.860,50
156	21212.000224/2013-29	MILHO	PGPM	10/05/12	300.000	0	0,00%	RS 0,00
157	21212.002157/2012-04	MILHO	OPÇÃO	10/05/12	43.763.024	5.486.000	12,54%	RS 1.490.546,20
165	21212.002027/2012-63	MILHO	PGPM	17/05/12	300.000	0	0,00%	RS 0,00
166	21212.002028/2012-16	MILHO	OPÇÃO	17/05/12	38.277.024	808.000	2,11%	RS 202.000,00
182	21212.002029/2012-52	MILHO	OPÇÃO	24/05/12	3.983.436	339.000	8,51%	RS 54.240,00
190	21212.002156/2012-51	MILHO	OPÇÃO	31/05/12	3.644.436	871.000	23,90%	RS 139.360,00
TOTAL					560.006.472	238.583.946	42,60%	RS 72.920.065,84

Fonte: Conab/Geope/Secom

Os números referenciados são quantidades publicadas nos respectivos Avisos e Comunicados específicos. Muitas operações são posteriormente canceladas por falta de pagamento dentro do prazo, o que resulta em diferenças entre os valores previstos e efetivamente realizados.

Quadro 4.2 – Demonstrativo da Comercialização de Vendas em Leilão Público

Produto	Vínculo do Produto	Quantidade (ton)		Valor da Operação c/ICMS (R\$)
		Ofertada	Negociada	
Milho em Grãos	AGF	100.418	90.095	27.654.044,90
Milho em Grãos	C Opção	459.588	148.489	45.266.020,94
Total		560.006	238.584	72.920.065,84

Fonte: Dirab/Suope

De todas as operações realizadas nos leilões de venda de milho em grãos, destacam-se como maiores compradores os arrematantes detalhados no quadro seguinte.

Quadro 4.3 – Dez maiores operações de Vendas em Leilão Público

Ordem	Arrematante	Produto	Quantidade negociada (ton)	Total da Operação(R\$)
1	SADIA S/A	Milho em Grãos à Granel	68.995	21.547.561,11
2	J.A.F. FERREIRA - ALIMENTOS LTDA	Milho em Grãos à Granel	16.144	4.934.338,12
3	PAULO GIANNETTA	Milho em Grãos à Granel	15.646	4.785.508,20
4	BRF - BRASIL FOODS S.A.	Milho em Grãos à Granel	10.749	3.482.820,50
5	ANHAMBI ALIMENTOS OESTE LTDA.	Milho em Grãos à Granel	11.196	3.313.191,70
6	MOINHO REGIO ALIMENTOS S/A.	Milho em Grãos à Granel	9.892	2.948.205,00
7	SOMA PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA	Milho em Grãos à Granel	8.077	2.303.851,15
8	GREGÓRIO RODRIGUES ANACLETO	Milho em Grãos à Granel	5.406	1.636.537,45
9	J.A.F FERREIRA - ALIMENTOS LTDA	Milho em Grãos à Granel	4.000	1.296.000,00
10	ANHAMBI ALIMENTOS NORTE LTDA.	Milho em Grãos à Granel	3.815	1.229.260,00
Total			153.920	47.477.273,22

Fonte: Dirab/Suope

4.2.2. Venda Balcão

Esta modalidade não foi realizada pela Conab/SUREG-MT no Exercício de 2012.

4.2.3. Valor para Escoamento do Produto – VEP

A Subvenção econômica paga a um consumidor definido (avicultores, bovinocultores, caprinocultores, indústrias de ração e suinocultores), o qual adquire estoque governamental e se dispõe a escoá-lo para uma região de consumo estabelecida em edital, é realizada pela Conab, mediante o instrumento de Valor de Escoamento do Produto (VEP), portanto, o adquirente arremata o produto em leilão público, efetua o pagamento integral do seu valor (valor do produto mais a subvenção) e, posteriormente, após a comprovação obrigatória do escoamento para a região de consumo, é ressarcido do valor da subvenção definida no leilão. Esse tipo de operação é utilizado quando o Governo Federal tem estoques em locais distantes dos centros de consumo e necessita deslocá-los até as regiões consumidoras.

Quadro 4.4 – Demonstrativo de Comercialização de VEP

Produto	UF Origem	Quantidade (ton)		UF Destino	*Valor da Operação c/ ICMS (R\$)
		Ofertada	Negociada		
Milho em Grãos à Granel	MT	438.315	3.593	AC	164.059,00
			9.375	AL	1.558.438,00
			11.194	AM	890.408,00
			6.175	BA	1.274.363,00
			41.603	CE	8.013.568,00
			11.596	ES	1.419.839,00
			14.910	PB	2.793.797,00
			18.722	PE	3.690.336,00
			370	RJ	42.927,00
			7.000	RN	1.240.539,00
			420	RS	19.866,00
			50	SC	1.685,00
			1.377	SE	247.009,00
Total		438.315	126.384		21.356.834,00

*Valor do prêmio
Fonte: Dirab/Suope

Durante o exercício de 2012 a Conab realizou 43 leilões de VEP com oferta para venda de 438,3 mil toneladas de milho em grãos armazenados no Estado do Mato Grosso, dos quais foram negociadas 126,3 mil toneladas, representando 25,65%, que se comparado ao exercício de 2011 houve um acréscimo nas negociações de mais de 100% e só não atingiu um percentual maior devido ao reduzido estoque regulador do produto e a necessidade de intervenção no Estado do Nordeste que se encontrava em Estado de emergência (problemas climáticos - seca).

Até o mês de outubro os Estados beneficiados com milho do Mato Grosso foram: AC, AL, AM, BA, CE, ES, PB, PE, RJ, RN, RS, SC e SE.

Para atendimento aos Normativos Internos, foram autuados 30 processos para o controle de cada Aviso realizado, conforme detalhado no quadro seguinte.

Quadro 4.5 - Relação de Leilões de VEP

AVISO	Nº Processo	PRODUTO	ORIGEM	DATA	Quantidade			*Valor da Operação (R\$)
					Ofertada (kg)	Negociada (kg)	(%)	
VEP 83	21212.000729/2012-11	MILHO	PGPM	15/03/12	16.763.143	0	0,00%	RS 0,00
VEP 84	21212.000730/2012-37	MILHO	OPÇÃO	15/03/12	37.626.303	0	0,00%	RS 0,00
VEP 183	21212.002155/2012-15	MILHO	OPÇÃO	31/05/12	21.851.848	2.800.000	12,81%	RS 723.520,00
VEP 203	21212.002163/2012-53	MILHO	OPÇÃO	14/06/12	21.777.868	3.850.000	17,68%	RS 930.545,00
VEP 204	21212.002164/2012-06	MILHO	PGPM	14/06/12	420.000	0	0,00%	RS 0,00
VEP 210	21212.002797/2012-14	MILHO	OPÇÃO	21/06/12	17.927.868	200.000	1,12%	RS 45.000,00
VEP 211	21212.002798/2012-51	MILHO	PGPM	21/06/12	420.000	0	0,00%	RS 0,00
VEP 222	21212.002800/2012-91	MILHO	OPÇÃO	28/06/12	17.927.868	380.000	2,12%	RS 88.654,00
VEP 223	21212.002801/2012-36	MILHO	PGPM	28/06/12	420.000	0	0,00%	RS 0,00
VEP 244	21212.002795/2012-17	MILHO	OPÇÃO	11/07/12	25.980.868	2.287.500	8,80%	RS 564.326,25
VEP 245	21212.002796/2012-61	MILHO	PGPM	11/07/12	420.000	0	0,00%	RS 0,00
VEP 257	21212.002162/2012-17	MILHO	OPÇÃO	19/07/12	24.946.611	2.000.000	8,02%	RS 631.800,00
VEP 258	21212.003349/2012-20	MILHO	PGPM	19/07/12	420.000	0	0,00%	RS 0,00
VEP 261	21212.003345/2012-41	MILHO	OPÇÃO	26/07/12	22.946.611	0	0,00%	RS 0,00
VEP 262	21212.003346/2012-96	MILHO	PGPM	26/07/12	420.000	0	0,00%	RS 0,00
VEP 269	21212.003347/2012-31	MILHO	OPÇÃO	02/08/12	22.946.611	2.943.000	12,83%	RS 1.023.087,00
VEP 270	21212.003348/2012-85	MILHO	PGPM	02/08/12	420.000	0	0,00%	RS 0,00
VEP 274	21212.003432/2012-07	MILHO	OPÇÃO	09/08/12	20.003.591	0	0,00%	RS 0,00
VEP 275	21212.003433/2012-43	MILHO	PGPM	09/08/12	420.000	0	0,00%	RS 0,00
VEP 285	21212.003799/2012-12	MILHO	OPÇÃO	16/08/12	12.363.798	2.550.000	20,62%	RS 818.040,00
VEP 286	21212.003562/2012-31	MILHO	PGPM	16/08/12	900.000	0	0,00%	RS 0,00
VEP 294	21212.003563/2012-86	MILHO	OPÇÃO	23/08/12	9.813.798	0	0,00%	RS 0,00
VEP 295	21212.003564/2012-21	MILHO	PGPM	23/08/12	900.000	0	0,00%	RS 0,00
VEP 300	21212.003702/2012-71	MILHO	OPÇÃO	30/08/12	25.480.580	17.079.100	67,03%	RS 5.592.473,86
VEP 301	21212.003703/2012-16	MILHO	PGPM	30/08/12	2.846.920	475.400	16,70%	RS 155.313,18
VEP 317	21212.003808/2012-75	MILHO	OPÇÃO	06/09/12	15.304.798	8.245.000	53,87%	RS 2.693.641,50
VEP 318	21212.003809/2012-10	MILHO	PGPM	06/09/12	7.371.520	2.617.500	35,51%	RS 857.465,25
VEP 326	21212.003825/2012-11	MILHO	OPÇÃO	13/09/12	8.518.137	2.725.000	31,99%	RS 874.180,00
VEP 327	21212.003826/2012-57	MILHO	PGPM	13/09/12	14.481.863	0	0,00%	RS 0,00
VEP 341	21212.003827/2012-00	MILHO	OPÇÃO	20/09/12	12.852.935	8.872.743	69,03%	RS 2.662.086,40
VEP 342	21212.003828/2012-46	MILHO	PGPM	20/09/12	12.582.773	7.285.000	57,90%	RS 2.205.374,00
VEP 354	21212.003862/2012-11	MILHO	OPÇÃO	27/09/12	15.352.594	5.735.000	37,36%	RS 1.568.501,00
VEP 355	21212.003863/2012-65	MILHO	PGPM	27/09/12	5.295.273	1.266.520	23,92%	RS 346.266,57
VEP 366	21212.003901/2012-80	MILHO	OPÇÃO	27/09/12	15.833.183	9.000.000	56,84%	RS 2.532.380,50
VEP 367	21212.003902/2012-24	MILHO	PGPM	27/09/12	8.138.770	2.262.500	27,80%	RS 644.125,00
VEP 370	21212.003912/2012-60	MILHO	OPÇÃO	11/10/12	5.154.403	4.836.137	93,83%	RS 1.370.369,79
VEP 371	21212.003913/2012-12	MILHO	PGPM	11/10/12	18.292.939	10.117.500	55,31%	RS 2.850.099,75
VEP 380	21212.003942/2012-76	MILHO	OPÇÃO	18/10/12	3.591.278	3.410.000	94,95%	RS 999.130,00
VEP 381	21212.003943/2012-11	MILHO	PGPM	18/10/12	19.558.722	10.936.500	55,92%	RS 3.082.544,25
VEP 390	21212.004048/2012-13	MILHO	OPÇÃO	25/10/12	7.697.046	6.931.020	90,05%	RS 1.972.238,97
VEP 391	21212.000044/2013-47	MILHO	PGPM	25/10/12	16.314.340	7.578.176	46,45%	RS 2.149.832,48
VEP 402	21212.003955/2012-45	MILHO	OPÇÃO	01/11/12	cancelado	0		RS 0,00
VEP 403	21212.003956/2012-90	MILHO	PGPM	01/11/12	cancelado	0		RS 0,00
TOTAL					492.704.860	126.383.596	25,65%	RS 37.380.994,75

Fonte: Sureg/MT/Geope/Secom

*Valor do Produto + Prêmio

As quantidades apresentadas nesse quadro, referem-se as quantidades publicadas nos respectivos Avisos e Comunicados específicos, sendo que o valor da operação é composto pelo valor do produto(R\$16.024.160,75) mais o valor do prêmio (R\$37.380.994,75).

No que se refere ao registro dos 10 maiores beneficiários das subvenções pagas após a comprovação, conforme previsto no Regulamento e Aviso de VEP, apenas a Matriz e as respectivas Regionais da Conab dos Estados de destino do produto terão os registros das comprovações e serão informados nos Relatórios de Gestão de cada Unidade.

Quadro 4.6 - Maiores arrematantes nos Leilões de VEP/2012

ORDEM	CNPJ/CPF	ARREMATANTE	PRODUTO	QTDE(t)	TOTAL DA OPERAÇÃO (R\$)
1º	035.453.262-68	FRANCISCO HELDER DE OLIVEIRA PEIXOTO	MILHO EM GRÃOS A GRANEL	3878	1.038.074,00
2º	06.368.718/0001-11	ACREAVES ALIMENTOS LTDA	MILHO EM GRÃOS A GRANEL	2593	722.476,00
3º	003.224.685-40	LUIZ EDUARDO NUNES DE OLIVEIRA FILHO	MILHO EM GRÃOS A GRANEL	4000	681.600,00
4º	24.321.382/0002-02	LUNA - L. NUNES AVÍCOLA LTDA	MILHO EM GRÃOS A GRANEL	4000	677.200,00
5º	41.434.556/0004-16	AVINE COMERCIAL AVICOLA DO NORDESTE LTDA	MILHO EM GRÃOS A GRANEL	2600	449.410,00
6º	140.408.402-91	VALERIA MARIA BORATTO PEIXOTO	MILHO EM GRÃOS A GRANEL	2000	417.610,00
7º	438.408.923-68	NICOLAS ALENCAR VASCONCELOS	MILHO EM GRÃOS A GRANEL	3000	379.400,00
8º	224.068.324-49	MARCONDES ANTÔNIO TAVARES DE FARIAS	MILHO EM GRÃOS A GRANEL	2975	353.915,00
9º	177.076.766-53	JOSÉ QUINTAO DE OLIVEIRA	MILHO EM GRÃOS A GRANEL	2650	326.865,00
10º	09.524.502/0001-96	TIJUCA ALIMENTOS LTDA.	MILHO EM GRÃOS A GRANEL	3000	325.600,00
TOTAL GERAL				30696	5.372.150,10

A decisão de quais intervenções são feitas no mercado, assim como a análise dos resultados dessas intervenções, é de responsabilidade da Secretaria de Política Agrícola SPA/MAPA com participação/subsídios de áreas técnicas da Conab/Matriz.

Resultado financeiro geral

Como resultados das vendas dos estoques de milho em grãos por meio das modalidades de Venda em Leilão Público e VEP, foram, respectivamente, obtidas receitas de R\$72.920.065,84 e R\$21.356.834,00 para um total de 364.967,9 t de milho em grãos.

Quadro 4.7 – Demonstrativo Geral das Vendas dos Estoques

Comercialização	Instrumento	Produto	Quantidade (t)	Valor (R\$)
Venda	Venda em Leilão Público	Milho em Grãos	238.584	72.920.065,84
Subvenção	VEP	Milho em Grãos	126.384	21.356.834,00
Total das Vendas e Subvenção			364.967,9	94.276.899,84

Fonte: Dirab/Suope

4.3. Principais indicadores de desempenho

Quadro – 4.8 – Indicadores de Desempenho

Nome do Indicador: Coeficiente específico de demanda - Venda sem subvenção	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Identificar o interesse do mercado em adquirir produto do estoque governamental	42,60%	50,12%	70,26%
Fórmula de cálculo: $CED = (Qn/Qo) * 100$; onde Qn= Quantidade negociada (kg), Qo=Quantidade ofertada (kg)			
Análise do Resultado: O Coeficiente Específico de Demanda (CED) da Venda em leilão sem subvenção teve um bom desempenho, apesar da redução ao longo dos anos. A principal causa da redução de 2011 em relação a 2010 é a base de cálculo (volume ofertado), que passou de, aproximadamente, 330 mil t (2010) para mais de 2 milhões t (2011). Já para o ano de 2012 a baixa performance do CED em relação ao ano de 2011, provavelmente, se deve ao instrumento, quando ofertado, reduzir ou estabilizar o preço do milho no mercado. Além do mais, ao colocar estoque regulador no mercado, o Governo força os detentores de estoques privados a ofertar seus produtos, configurando-se estes mais atrativos aos compradores, por menos burocracia no processo, comparativamente às ofertas governamentais.			
Nome do Indicador: Coeficiente específico de demanda - Venda com subvenção	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Identificar o interesse do mercado em adquirir produto do estoque governamental	25,65%	11,51%	3,55%
Fórmula de cálculo: $CED = (Qn/Qo) * 100$; onde Qn= Quantidade negociada (kg), Qo=Quantidade ofertada (kg)			
Análise do Resultado: Na Venda com subvenção houve aumento ao longo dos anos do Coeficiente Específico de Demanda (CED). Esse aumento se deve ao maior interesse dos arrematantes, provavelmente, à baixa oferta de milho nos Estados de domicílio dos arrematantes.			

5. Articulação e Organização do Abastecimento

5.1 Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro – Prohort

A SUREG/MT não foi inserida nessa ação.

5.2 Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos – Refap

A SUREG/MT não foi inserida nessa ação.

6. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A Superintendência Regional/MT mantém 05 (cinco) Unidades Armazenadoras, instaladas nas cidades interioranas deste Estado, a saber : Alta Floresta, Sorriso, Sinop, Diamantino e Rondonópolis. Todas essas UAs oferecem a prestação de serviços de recepção, limpeza, secagem, guarda e conservação de produtos agropecuários ou industrializados e a respectiva expedição exercendo o papel de companhia de armazéns gerais, atuando no mercado de forma supletiva e estratégica.

6.1. Armazenagem de Produtos Agrícolas

A receita total de armazenagem de produtos de terceiros no exercício de 2012 (R\$127.482,32) foi 88,41% menor que a verificada no ano de 2011 (R\$1.099.318,21) em razão das condições técnico operacionais das Unidades Armazenadoras sob a jurisdição da Sureg-MT, que a cada exercício vem inviabilizando as atividades de armazéns gerais.

No exercício de 2012 do total de estoque armazenado nas UAs próprias (47.164,70 toneladas) 3,18 % é de produto de terceiro e 96,82 % é de produto Governamental. A Unidade de Rondonópolis mantém o maior estoque armazenado, com 97,28% do citado total.

Apenas as Unidades Armazenadoras de Rondonópolis e Alta Floresta armazenaram produto de terceiros com tempo médio de 910t/mês e 124 t/mês, respectivamente.

Quadro 6.1 – Estoque de Terceiros Armazenados nas Unidades Próprias

Unidade	Produto	Governo	Terceiro	Total(t)	Valor (R\$)
UA Alta Floresta	Arroz Casca	0,000	590,180	590,180	267.646,670
UA Diamantino	NIHL	0,000	0	0	0,000
UA Rondonópolis	Milho	44.460,290	909,73	45.370,020	11.544.782,500
UA Rondonópolis	Diversos	506,120	-	506,120	777.692,810
UA Rondonópolis	Embalagens	7,640	-	7,640	78.284,240
UA Sinop	Arroz Casca	48,389	-	48,389	22.742,830
UA Sorriso	Milho	642,348	-	642,348	158.981,130
Total		45.664,79	1.499,91	47.164,70	12.850.130,18

Fonte: SAAGRA

Das 47.164,70 toneladas de produtos depositados nas Unidades Armazenadoras apenas 0,004 % de produto apresentou alteração quantitativa. Essa perda ocorreu para o Estoque de arroz depositado na UA de Sinop, conforme demonstrado no capítulo 7, item 7.2.

Quadro 6.2 – Resultado dos Serviços de Armazenagem

Discriminação	Valor	%
Receita de Serviços	127.482,32	16,21
-Deduções das Receitas de Vendas e Serviços	(6.597,09)	-0,84
=Receita líquida de vendas e serviços	120.885,23	15,37
-Custo Líquidos das Vendas e Serviços	0,00	0,00
=Lucro bruto operacional	120.885,23	15,37
-Despesas Operacionais	(17.985.261,74)	-2.287,17
Despesas de Pessoal	(11.631.900,74)	-1.479,22
Despesas Financeiras	-	0,00
Despesas Comerciais e Administrativas	(6.353.361,00)	-807,95
Receitas Operacionais Diversas	17.334.872,60	2.204,46
Resultado Não Operacional	1.315.857,13	167,34
Resultado	786.353,22	100,00

Fonte: Diafi/Sucon

6.2 Leilões de Terceiros

O leilões são realizados somente na Matriz por meio do Sistema Eletrônico de Comercialização. A informação será apresentada somente no Relatório da Matriz

6.3 Classificação de produtos agrícolas

A Sureg-MT não está habilitada para prestação de serviços de classificação, conforme relação disponível no MOC - TÍTULO 09 – CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS - Documento 2 – Entidades Prestadoras de Serviços de Classificação.

6.4. Principais indicadores de desempenho

Quadro 6.3 – Indicador de Desempenho

Nome do Indicador: Volume de entregas em que ocorreu reprocessamento	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Verificar a necessidade de reprocessamento do produto entregue no armazém	0	0	0
Fórmula de cálculo: $(Qr/Qe) * 100$ onde: Qr=Quantidade de produto reprocessado e Qe=Quantidade de produto entregue.			
Análise do Resultado: Essa operação de reprocessamento não ocorreu nos estoques de terceiros armazenados nas Unidades da Sureg-MT, uma vez que o percentual de impureza mensurado nos produtos não ultrapassou aos percentuais admitidos nas normas de classificação dos produtos agrícolas.			

7. ADMINISTRAÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS – ARMAZENAGEM, FISCALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO

7.1. Análise sobre a situação dos armazéns utilizados pela Conab

Na Rede Armazenadora Própria da Conab, sob a jurisdição da Sureg-MT, estão em operação cinco unidades armazenadoras, compostas por 21 armazéns, com capacidade estática total 199.393 toneladas, em ambiente natural, destinadas a prestar ao público em geral serviços de armazenamento e correlatos e, também, dar suporte aos programas de abastecimento que a Companhia executa ou dos quais participa.

Nesta capital temos 01 (uma) unidade armazenadora (UA CUIABÁ), com 02 armazéns, tipo convencional, com capacidade estática de 2.398 toneladas cada. Porém, a Unidade encontra-se inativa e com proposta de desativação, assunto que não teve a sequência necessária em razão de se encontrar subjudice. Esses armazéns são utilizados para guarda de documentos, pois na Sede da Sureg-MT, não existe espaço físico disponível para a manutenção dos arquivos.

Os 21 armazéns em operação estão com restrições para novos recebimentos de produtos em virtude das suas condições técnico-operacionais. Parte dos Estoques existentes nas UAs de Sinop e Sorriso, no ano de 2012, foram retirados, via leilões de venda e/ou remoção, restando saldo de estoque das UAs de Sorriso (162,4 toneladas) e Rondonópolis (34.704,5 toneladas).

A UA de Alta Floresta é uma Unidade estratégica na Região para atendimento aos pequenos produtores, exercendo papel fundamental no processamento de arroz (recepção/limpeza/secagem). A armazenagem do produto é por curto período, pois o armazém existente é convencional (armazenamento de produto ensacado). Nesse contexto, a UA só tem ofertado os serviços à terceiros, com o recebimento, em 2012, de 822,9 toneladas de arroz.

Outro fato preponderante para a procura de Armazéns Públicos pelos pequenos agricultores diz respeito ao menor custo dos serviços em relação àqueles praticados pela rede privada. As tarifas de prestação de serviços de armazenagem utilizada pela Conab são divulgadas em seu sítio (www.Conab.gov.br).

Quadro 7.1 – Capacidade Estática da Rede Própria de Armazéns

Unidade Armazenadora	N.º de Armazéns	Capacidade (Em ton)			Total da Capacidade	Média de Ocupação	% de Ocupação
		Convencional	Granel	Frigorificada			
UA- Alta Floresta	01	6.196	-	-	6.196	822,902	13,3
UA- Diamantino	02	-	27.600	-	27.600	0	0,0
UA-Rondonópolis	11	13.097	69.000	-	92.097	51.300	55,7
UA-Sorriso	05	-	45.900	-	45.900	642,349	1,4
UA – Sinop	02	-	27.600	-	27.600	48,389	0,2
Total	21	19.293	170.100	0	199.393	52.814	26,5

Fonte: Sicarm

7.1.1 - Estoques em armazéns próprios

Quadro 7.2 – Posição dos Estoques Públicos Armazenados em Unidades Próprias

Unidade Armazenadora	Vínculo		Produto	Estoque(ton)	Valor (R\$)	Participação(%)
	PGPM/AGF	OPÇÃO				
CONAB- Rondonópolis	7.217,413	27.028,140	Milho	34.245,553	10.762.259,030	95,459
CONAB- Rondonópolis	415,359	43,600	Sacaria	458,959	452.216,470	4,011
CONAB-Sorriso	-	162,420	Milho	162,420	59.775,790	0,530
Total	7.632,772	27.234,160	-	34.866,932	11.274.251,290	100,000

Fonte: Sicarm

Avaliação geral da situação física dos armazéns, considerando o disposto no Decreto nº 3.855/2001

a) Principais problemas

A manutenção e modernização da rede armazenadora própria; aquisição, recuperação e adequação de imóveis, máquinas e equipamentos e a informatização das unidades, observada a legislação vigente e os requisitos e exigências do Sistema Nacional de Certificação das Unidades Armazenadoras, são atividades desenvolvidas dentro do previsto na Ação (2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns.

Durante o exercício, foram autorizadas pequenas manutenções envolvendo atendimento para as cinco Unidades, apesar da existência de uma relação de processos e necessidades superior a R\$ 40 milhões. Entretanto, antes de liberar valores tão elevados para manutenção, entende-se que seria oportuno reavaliar a importância e os objetivos das atuais unidades armazenadoras, bem como, se for o caso, definir um novo planejamento estratégico de reposicionamento das unidades e avaliação de custo/benefício entre a construção de novas estruturas com capacidade estática mais adequada e com tecnologias modernas e a simples manutenção das atuais, que permanecerão ultrapassadas e com altos custos operacionais. Esta reavaliação está contemplada em um projeto para contratação de um Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica, Ambiental e Social (EVTEA), mencionado adiante, na letra “d”

Do valor total de R\$1.240.680,37 registrado como restos a pagar não processados R\$1.529,54 refere-se a aquisição de motores, os quais foram adquiridos com previsão para entrega futura (exercício de 2013) e R\$1.239.150,83 refere-se a complementação da pavimentação asfáltica do pátio da UA Rondonópolis, contratada mediante Tomada de Preços nº 006/2012, com início dos serviços previstos para 19/12/2012. Porém, a contratada (Conserv - Construções e Serviços e Comércio Ltda-EPP) não iniciou os trabalhos até o final do exercício..

Quadro 7.3 – Obras realizadas nas Unidades Armazenadoras

Obra/Serviço/Equipamento	Corrente	Capital	Restos a Pagar não Processado		Total Geral
			Corrente	Capital	
Aquisição cabos elétricos de cobre	1.488,00				1.488,00
Aquisição de cabos elétricos de cobre	659,98				659,98
Manutenção de marquises dos armazéns 22, 23 e 25 e substituição da cobertura da casa de comando	6.950,00				6.950,00
Aquisição de material p/ manutenção na iluminação	250,00				250,00
Aquisição de correia transportadora e laminada p/ elevador de canecas e 5 lonas	5.850,00				5.850,00
Aquisição de correia transportadora de equipamentos	5.300,00				5.300,00
Aquisição de 20 correias industriais	300,00				300,00
Aquisição de 2 motores elétricos		1.529,54			1.529,54
Serviços de manutenção da bomba d'água do poço artesiano	1.380,00				1.380,00
Aquisição de 2 motores elétricos p/ manutenção de equipamentos				1.529,54	1.529,54
Contratação de empresa especializada p/ serviços de engenharia p/ complementação do asfalto				1.239.150,83	1.239.150,83
Aquisição de correia p/ manutenção de empilhadeira	6.779,76				6.779,76
Revisão e manutenção dos equipamentos eletromecânicos da Central de Processamento	15.154,20				15.154,20
Serviços de revisão na balança rodoviária	2.280,00				2.280,00
Aquisição de pulverizador costel motorizado		800,00			800,00
Aquisição de bomba injetora	517,00				517,00
Aquisição de cargas p/ envasar 40 cilindros de extintores	2.530,00				2.530,00
Aquisição de 4 estantes		480,00			480,00
TOTAL	49.438,94	2.809,54	0,00	1.240.680,37	1.292.928,85

Fonte: Siafi

A Sureg-MT representou cerca de 3,94% do total R\$1.324.761,10 executados pela Companhia. Os serviços, aquisições e manutenções executados estão detalhados no quadro acima.

Quanto aos principais problemas técnico-operacionais para Adequação a lei de Armazenagem as ações a serem realizadas estão relacionadas como segue.

b) Demanda por manutenção

Das demandas levantadas junto à unidades próprias para torná-las aptas a Certificação, conforme relatórios periódicos de vistoria realizados pelos RTAs das respectivas unidades e pelo RTE lotado na Sede da Sureg-MT, foram apresentadas e compiladas as necessidades de manutenções e adequações das Unidades Armazenadoras próprias, conforme detalhamento a seguir:

b1) Manutenção e Adequação da UA-Alta Floresta
Quadro 7.4 – Necessidades de Serviços/Obras UA Alta Floresta

DEMANDANTE: UA-ALTA FLORESTA				Orçamento Total Previsto para a UA		RS 1.350.000,00	
DISCRIMINAÇÃO DAS OBRAS, SERVIÇOS, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS	PROCESSO	EXERCÍCIO	STATUS	MODALIDADE		VALOR ORÇADO INVEST.	VALOR ORÇADO CORRENTE
Implantação do sistema de prevenção e combate à incêndio (projeto e execução da obra).	-	2008	solicitado orçamento na programação de 2008 à 2012	TOMADA DE PREÇOS	DE	230.000,00	
Elaboração do projeto e para adequação das instalações eletromecânicas da unidade.	-	2008	solicitado orçamento na programação de 2008 à 2012	CONVITE	DE		90.000,00
Reforma da sala de coleta e pré-classificação.	-	2008	solicitado orçamento na programação de 2008 à 2012	DISPENSA LICITAÇÃO	DE		25.000,00
Projetar e construir um abrigo com coleta seletiva para lavagem de epis	-	2008	solicitado orçamento na programação de 2008 à 2012	DISPENSA LICITAÇÃO	DE	20.000,00	
Revisão dos equipamentos de processamento e movimentação de cereais da unidade..	p12-1017/2011	2011/2	face urgência dos serviços, elaboramos o edital e o enviamos à suarm/gerap p/ deliberação e alocação de recursos junto à diges.	TOMADA DE PREÇOS	DE	600.000,00	
Construção de abrigo de 16,00x25,00m para almoxarifado e guarda de equipamentos utilizando-se as estruturas dos armazéns estruturais existente na ua de diamantino.	-	2008	solicitado orçamento na programação de 2008 à 2012	TOMADA DE PREÇOS	DE	200.000,00	
Projeto e execução da instalação do captador de pó e retenção de partículas para a unidade.	-	2008	solicitado orçamento na programação de 2008 à 2012	TOMADA DE PREÇOS	DE	170.000,00	
Complementação das rampas de concreto armado FCK=25 MPA, da Balança rodoviária da Unidade	-	2012	Solicitado orçamento na programação de 2012	DISPENSA LICITAÇÃO	DE		15000,00
SUB TOTAL						1.220.000,00	130.000,00

Sureg-MT/Geope/Scope

b2) Manutenção e Adequação da UA-Diamantino
Quadro 7.5 – Necessidades de Serviços/Obras UA Diamantino

DEMANDANTE: UA-DIAMANTINO				Orçamento Total Previsto para a UA	RS 3.121.450,00	
DISCRIMINAÇÃO DAS OBRAS, SERVIÇOS, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS	PROCESSO	EXERCÍCIO	STATUS	MODALIDADE	VALOR ORÇADO INVEST.	VALOR ORÇADO CORRENTE
CONTRUÇÃO DE UM NOVO SISTEMA DE INSTALAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E CONTROLE DE ENERGIA CONFORME PROJETO ELABORADO ATRAVÉS DO PROC. Nº12.300/2008.	-	2010	PROJETO EXECUTIVO PRONTO AGUARDANDO LIBERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA LANÇAMENTO DO EDITAL SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO EM 2010/2012 PORÉM NÃO FOMOS ATENDIDOS AINDA.	TOMADA DE PREÇOS	1.450,00	
IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE COMBATE DE INCÊNDIO	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2012	TOMADA DE PREÇOS	300.000,00	
SUBSTITUIÇÃO DAS TELHAS DE AÇO GALVANIZADAS ONDULADAS, COM e=0,5MM DAS COBERTURAS DOS DOIS GRANELEIROS CODRASA, INCLUINDO EXAUSTORES EÓLICOS NA COBERTURA.	P.12-124/2012	2008	TEMOS SOLICITADO ORÇAMENTO PARA A OBRA DESDE 2008. MESMO SEM ORÇAMENTO ESPECÍFICO, EM 2012 ELABORAMOS O EDITAL E O ENVIAMOS À SUARM/GERAP P/ DELIBERAÇÃO E ALOCAÇÃO DE RECURSOS JUNTO À DIGES.	TOMADA DE PREÇOS	900.000,00	
CONSTRUÇÃO DE ABRIGO DE 16,00X30,00M PARA ALMOXARIFADO E GUARDA DE EQUIPAMENTOS, EPIS, ETC., UTILIZANDO-SE AS ESTRUTURAS DOS ARMAZÉNS ESTRUTURAS EXISTENTE NA UA DE DIAMANTINO.	-	2007	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2007 À 2012	TOMADA DE PREÇOS	240.000,00	
REFORMA DO ESCRITÓRIO ADMINISTRATIVO DA UNIDADE INCLUINDO CONSTRUÇÃO DE RAMPAS E SANITÁRIO PARA "PNE", SUBSTITUIÇÕES DE COBERTURA, FORRO ILUMINAÇÃO E PISO, ESQUADRIAS E PORTAS, ASSIM COMO REVISÃO DA INSTALAÇÃO ELÉTRICA E PINTURA DA EDIFICAÇÃO.	-	2007	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2007 À 2012	CONVITE		150.000,00
REVISÃO GERAL DOS EQUIPAMENTOS DE SECAÇÃO E PROCESSAMENTO INCLUINDO LIXAMENTO E PINTURA DOS EQUIPAMENTOS, REFORMA DA COBERTURA DE MÁQUINAS BEM COMO INSTALAÇÃO DO CAPTADOR DE PÓ NO SECADOR KW 25	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2012	TOMADA DE PREÇOS	300.000,00	
REDIMENSIONAMENTO/ SUBSTITUIÇÃO DOS PORTÕES DE ACESSO DOS ARMAZÉNS CODRASA,	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2012	TOMADA DE PREÇOS		280.000,00
REVISAR CERCAS E PORTÕES	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2012	CONVITE		30.000,00
AMPLIAÇÃO DO LABORATÓRIO JUNTO À MOEGA, CONF. P. 12.348/06	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2012	CONVITE		40.000,00
PROJETO E EXECUÇÃO DA AUTOMAÇÃO DOS SISTEMAS DE AERAÇÃO	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2012	TOMADA DE PREÇOS	200.000,00	
PROJETO E EXECUÇÃO DO SISTEMA DE DESCARGA GRAVIMÉTRICA DOS GRANELEIROS	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2012	TOMADA DE PREÇOS	500.000,00	
PROJETO E EXECUÇÃO DA INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE PÓ PARA TODA A UNIDADE.	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2012	TOMADA DE PREÇOS	180.000,00	
SUB TOTAL					2.621.450,00	500.000,00

Fonte: Sureg-MT/Geope/Scope

b3) Manutenção e Adequação da UA-Rondonópolis

Quadro 7.6 – Necessidades de Serviços/Obras UA Rondonópolis

DEMANDANTE: UA-RONDONÓPOLIS				Orçamento Total Previsto para a UA	RS 14.071.200,00	
DISCRIMINAÇÃO DAS OBRAS, SERVIÇOS, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS	PROCESSO	EXERCÍCIO	STATUS	MODALIDADE	VALOR ORÇADO INVEST.	VALOR ORÇADO CORRENTE
SUBSTITUIÇÃO DAS CABLAGENS DE ALIMENTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DAS CENTRAIS DE PROCESSAMENTO, SUBSTITUIÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS QUADROS DE COMANDO E SISTEMAS ELÉTRICOS DE DISTRIBUIÇÃO DE FORÇA PARA OS EQUIPAMENTOS, CONFORME PROC. 12.299/2008	-	2010	PROJETO EXECUTIVO PRONTO AGUARDANDO LIBERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA LANÇAMENTO DO EDITAL SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO EM 2010/2012 PORÉM NÃO FOMOS ATENDIDOS AINDA.	CONCORRÊNCIA PÚBLICA	5.700.000,00	
CONSTRUÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO E COMBATE À INCÊNDIO POR ÁGUA PRESSURIZADA, ASSIM COMO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGA ATMOSFÉRICA- SPDA.	P.12-818/2011	2009	LICITADA A OBRA EM 2009 E SUSPENSA A CONTRATAÇÃO FACE AO REDIRECIONAMENTO DOS RECURSOS POR ORDEM DA DIRETORIA À ÉPOCA. FACE TEMPO DECORRIDO FOI ATUALIZADO O PROJETO BÁSICO E REFEITO O SPDA BEM COMO SUBMETIDO AO CORPO DE BOMBEIROS/MT PARA APROVAÇÃO EM 20	TOMADA DE PREÇOS	650.000,00	
REFORMA DOS OITO SILOS GRANELEIROS COM SUBSTITUIÇÃO TOTAL DAS COBERTURAS E 60% DAS CHAPAS DAS LATERAIS	P.12-285/2008	2007	PROJETO BÁSICO ELABORADO EM 2009 E ENVIADO A MATRIZ. O REFERIDO P.B. RETORNOU PARA REVISÃO PORÉM SEM ORÇAMENTO. SOLICITADO ORÇAMENTO EM PROGRAMAÇÃO DESDE 2010 VISANDO LICITAÇÃO DAS OBRAS E ATÉ O MOMENTO O ORÇAMENTO NÃO FOI LIBERADO.	TOMADA DE PREÇOS	900.000,00	
REVISÃO DOS EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO, MOVIMENTAÇÃO (VERTICAL E HORIZONTAL), AERAÇÃO DA CENTRAL DE PROCESSAMENTO Nº 02	P.12-818/2011	2010	ELABORADO O EDITAL E ENVIADO À SUARM/GERAP P/ DELIBERAÇÃO E ALOCAÇÃO DE RECURSOS JUNTO À DIGES.	TOMADA DE PREÇOS	700.000,00	
PROJETO REFORMA/ADEQUAÇÃO/ MODERNIZAÇÃO DO ESCRITÓRIO ADMINISTRATIVO DA UA DE RONDONÓPOLIS INCLUINDO A SUBSTITUIÇÃO DA COBERTURA E FORRO, CONSTRUÇÃO DE RAMPAS E SANITÁRIO PARA "PNE", ASSIM COMO REVISÃO/AMPLIAÇÃO DA INSTALAÇÃO ELÉTRICA E PINTURA DA EDIFI	P.12-1015/2011	2010	ENVIADO O PROCESSO COM PROPOSTAS À SUARM/GERAP VISANDO DELIBERAÇÃO E ALOCAÇÃO DE RECURSOS JUNTO À DIGES.	DISPENSA DE LICITAÇÃO		400.000,00
SUBSTITUIÇÃO DAS TELHAS DE AÇO GALVANIZADAS ONDULADAS, COM $\epsilon=0,50$ MM DAS COBERTURAS DO GRANELEIRO CODRASA Nº 25, INCLUINDO AS INSTALAÇÕES DE EXAUSTORES EÓLICOS.	-	2010	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO EM 2010. COM REPROGRAMAÇÃO EM 2012	TOMADA DE PREÇOS	450.000,00	
INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE EXAUSTÃO/VENTILAÇÃO FORÇADA DOS POÇOS DOS ELEVADORES	P.12-1015/2011	2011	EM ANDAMENTO EQUACIONAMENTO DOS EQUIPAMENTOS PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO BÁSICO	CONVITE		40.000,00
SERVIÇO DE ASFALTAMENTO (COMPLEMENTAR) DO PÁTIO DA UNIDADE.	P.12-198/2012	2011	EM ANDAMENTO A ELABORAÇÃO DO PROJETO BÁSICO (REVISÃO DOS PROJETOS, ESPECIFICAÇÕES E PLANILHA DE CUSTO) VISANDO O EDITAL SOLICITADO ORÇAMENTO PARA 2012	TOMADA DE PREÇOS	1.400.000,00	
CONSTRUÇÃO DE DUAS GUARITAS	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2012	CONVITE		40.000,00
REVISÃO DAS CERCAS E PORTÕES E SINALIZAÇÃO DO PÁTIO.	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2012	CONVITE		70.000,00
IMPERMEABILIZAÇÃO E REVISÃO DO PISO, PORTÕES E COBERTURAS E DAS TELAS LATERAIS DOS TRÊS ARMAZENS "FLAT STORAGE"	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2012	TOMADA DE PREÇOS	650.000,00	
INSTALAÇÃO DE UM SISTEMA DE COLETA DE AMOSTRAS	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2012	CONVITE		70.000,00
REDIMENSIONAMENTO/SUBSTITUIÇÃO DOS PORTÕES DE ACESSO DOS ARMAZENS CODRASA, BEM COMO REVISÃO DOS RESPECTIVOS PISOS.	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2012	TOMADA DE PREÇOS	800.000,00	
ELABORAÇÃO DE PROJETO ESTRUTURAL PARA CONSTRUÇÃO DE ABRIGO DE 16,00X50,00M PARA ALMOXARIFADO E GUARDA DE EQUIPAMENTOS UTILIZANDO-SE AS ESTRUTURAS DOS ARMAZENS ESTRUTURAIS EXISTENTE NA UA DE DIAMANTINO.	P.12-1014/2011	2011	EM ANDAMENTO A COLETA DE PROPOSTAS.	TOMADA DE PREÇOS		700.000,00
ELABORAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO PARA INSTALAÇÃO DE UM SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE PÓ PARA TODA A UNIDADE.	P.12-821/2011	2011	EM ANDAMENTO A COLETA DE PROPOSTAS NÃO FOI CONSEGUIDO NENHUMA PROPOSTA ATÉ ENTÃO EM QUE PESE INÚMERAS EMPRESAS CONVIDADAS.	TOMADA DE PREÇOS		1.200,00
PROJETO E EXECUÇÃO DO SISTEMA DE DESCARGA GRAVIMÉTRICA DOS GRANELEIROS	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2012	TOMADA DE PREÇOS	1.500.000,00	
PROJETO E EXECUÇÃO DA AUTOMAÇÃO DOS SISTEMAS DE AERAÇÃO DOS GRANELEIROS.	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2012	TOMADA DE PREÇOS	500.000,00	
SUB TOTAL					12.750.000,00	1.321.200,00

Fonte: Sureg-MT/Geope/Scope

b4) Manutenção e Adequação da UA-SorrisoQuadro

7.7 – Necessidades de Serviços/Obras UA Sorriso

DEMANDANTE: UA-SORRISO				Orçamento Total Previsto para a UA	R\$ 14.700.000,00	
DISCRIMINAÇÃO DAS OBRAS, SERVIÇOS, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS	PROCESSO	EXERCÍCIO	STATUS	MODALIDADE	VALOR ORÇADO INVEST.	VALOR ORÇADO CORRENTE
INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO E COMBATE À INCÊNDIO POR ÁGUA PRESSURIZADA, ASSIM COMO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGA ATMOSFÉRICA-SPDA.	P.12-396/2008	2008	LICITADA A OBRA EM 2009 E SUSPENSA A CONTRATAÇÃO EM 2010 FACE A SUSPENSÃO DOS RECURSOS POR ORDEM DA DIRETORIA À ÉPOCA. FACE TEMPO DECORRIDO TERÁ QUE SER ATUALIZADO O PROJETO BÁSICO E REFEITO O SPDA BEM COMO DEVERÁ SER SUBMETIDO AO CORPO DE BOMBEIROSMT	TOMADA DE PREÇOS	450.000,00	
SUBSTITUIÇÃO DAS TELHAS DE AÇO GALVANIZADAS ONDULADAS, COM $\epsilon=0,42$ MM DAS COBERTURAS DOS DOIS GRANELEIRO CODRASA E DAS TELHAS ROLL FOR DOS DOIS ARMAZENS FLAT STORAGE , INCLUINDO AS INSTALAÇÕES DE EXAUSTORES EÓLICOS	P.12-170/2012	2012	TEMOS SOLICITADO ORÇAMENTO PARA A OBRA DESDE 2008. MESMO SEM ORÇAMENTO ESPECÍFICO, EM 2012 ELABORAMOS O EDITAL E O ENVIAMOS À SUARMG/GERAP P/ DELIBERAÇÃO E ALOCAÇÃO DE RECURSOS JUNTO À DIGES.	TOMADA DE PREÇOS	1.400.000,00	
ADEQUAÇÃO/AUMENTO DA CAPACIDADE DE SECAGEM DO SECADOR KW 25 PARA 60T/H	P.12-821/2011	2008	ELABORADO O PROJETO EXECUTIVO, ESPECIFICAÇÕES E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA. SOLICITADO ORÇAMENTO NAS PROGRAMAÇÕES 2008 À 2012 VISANDO ASSINATURA DO EDITAL E LICITAÇÃO DA OBRA PORÉM ATÉ O MOMENTO NÃO FOMOS ATENDIDOS.	CONCORRÊNCIA PÚBLICA	4.500.000,00	
CONSTRUÇÃO DE UM NOVO SISTEMA DE INSTALAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E CONTROLE DE ENERGIA ELÉTRICA .	P.12-396/2008	2008	PROJETO EXECUTIVO PRONTO AGUARDANDO LIBERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA LANÇAMENTO DO EDITAL. SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO EM 2010/2012 PORÉM NÃO FOMOS ATENDIDOS AINDA.	CONCORRÊNCIA PÚBLICA	3.500.000,00	
REVISÃO DAS CERCAS E PORTÕES, INCLUINDO A COLOCAÇÃO DE TELA NA CERCA FRONTAL.	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2012	CONVITE		60.000,00
REVISÃO DA ENCASALHAMENTO DAS VIAS DE TRÂNSITO DO PÁTIO DA UNIDADE	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2012	DISPENSA DE LICITAÇÃO		50.000,00
REFORMA/ADEQUAÇÃO/MODERNIZAÇÃO DO ESCRITÓRIO INCLUINDO SUBSTITUIÇÃO DA COBERTURA, PISO, FORRO, BEM COMO CONTEMPLANDO A CONSTRUÇÃO DO SANITÁRIO PARA PNE E O ARQUIVO DO ESCRITÓRIO ADMINISTRATIVO.	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2012	TOMADA DE PREÇOS		250.000,00
REFORMA DO VESTIÁRIO/SANITÁRIO DOS BRACAGISTAS COM SUBSTITUIÇÃO DA COBERTURA, PISO, REVESTIMENTO INTERNO, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E HIDROSSANITÁRIA.	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2012	CONVITE		50.000,00
CONSTRUÇÃO DE UM ABRIGO FITOSSANITÁRIO	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2012	DISPENSA DE LICITAÇÃO		30.000,00
REVISÃO GERAL DOS PISOS DOS ARMAZENS CODRASA E DAS DUAS MOEGAS	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2012	DISPENSA DE LICITAÇÃO		30.000,00
REFORMA/ADEQUAÇÃO NO ARMAZÉM AUTOPORTANTE	P.12-812/2007	2008	LICITAÇÃO LANÇADA EM 2009 PORÉM FRACASSOU EM FACE DA ÚNICA CONCORRENTE NÃO ATENDER AS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS PARA HABILITAÇÃO. EM 2010 FORA LICITADA NOVAMENTE PORÉM FOI CONSIDERADA "DESERTA". FACE NÃO TER HAVIDO ORÇAMENTO EM 2011 A OBRA NÃO MAIS	TOMADA DE PREÇOS	150.000,00	
CONSTRUÇÃO DA CALÇADA DA FRENTE DA UNIDADE(300,00X3,00M, $\epsilon=7,0$ CM)	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2012	CONVITE		40.000,00
EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DAS VIAS DE ACESSO E MOVIMENTAÇÃO INTERNA DA UNIDADE.	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2012	CONCORRÊNCIA PÚBLICA	2.000.000,00	
SUBSTITUIÇÃO DA ATUAL BALANCA RODOVIÁRIA POR UMA DE 100.000KG(30,00X3,00M), TOTALMENTE AUTOMATIZADA.	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2012	CONVITE	150.000,00	
CONSTRUÇÃO DE UM VESTIÁRIO SANITÁRIO PARA PESSOAL DA CONAB.	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2012	CONVITE	60.000,00	
CONSTRUIR DOIS ABRIGOS DE LENHA PARA OS KW40, MEDINDO 15X30,00M	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2012	TOMADA DE PREÇOS	200.000,00	
PROJETO E EXECUÇÃO DA INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE PÓ	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2012	TOMADA DE PREÇOS	400.000,00	
SISTEMA AUTOMÁTICO DE COLETA DE AMOSTRAS	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2012	CONVITE	80.000,00	
PROJETO E EXECUÇÃO DO SISTEMAS DE TERMOMETRIAS COMPUTADORIZADOS PARA OS DOIS ARMAZENS FLAT STORAGE.	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2012	TOMADA DE PREÇOS	150.000,00	
PROJETO E EXECUÇÃO DA AUTOMAÇÃO DOS SISTEMAS DE AERAÇÃO	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2012	TOMADA DE PREÇOS	300.000,00	
PROJETO E EXECUÇÃO DO SISTEMA DE DESCARGA GRAVIMÉTRICA DOS GRANELEIROS	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2012	TOMADA DE PREÇOS	500.000,00	
ADEQUAR O GALPÃO DE PROCESSAMENTO "MULTI" ATUALMENTE INOPERANTE PARA UTILIZAÇÃO COMO ALMOXARIFADO E GUARDA DE EQUIPAMENTOS.	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2012	CONVITE		100.000,00
REDIMENSIONAMENTO/SUBSTITUIÇÃO DOS PORTÕES DE ACESSO DOS ARMAZENS CODRASA E DOS FLAT STORAGE	-	2012	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2012	CONVITE	250.000,00	
SUB TOTAL					14.090.000,00	610.000,00

Fonte: Sureg-MT/Geope/Scope

b5) Manutenção e Adequação da UA-Sinop
Quadro 7.8 – Necessidades de Serviços/Obras UA Sinop

DEMANDANTE: UA-SINOP				Orçamento Total Previsto para a UA	R\$ 6.850.000,00	
DISCRIMINAÇÃO DAS OBRAS, SERVIÇOS, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS	PROCESSO	EXERCÍCIO	STATUS	MODALIDADE	VALOR ORÇADO INVEST.	VALOR ORÇADO CORRENTE
SUBSTITUIÇÃO DAS TELHAS DE AÇO GALVANIZADAS ONDULADAS, COM $e=0,50$ MM DAS COBERTURAS DOS DOIS GRANELEIRO CODRASA, INCLUINDO AS INSTALAÇÕES DE EXAUSTORES EÓLICOS.	P.12-111/2012	2008	TEMOS SOLICITADO ORÇAMENTO PARA A OBRA DESDE 2008. MESMO SEM ORÇAMENTO ESPECÍFICO, EM 2012 ELABORAMOS O EDITAL E O ENVIAMOS À SUARM/GERAP P/ DELIBERAÇÃO E ALOCAÇÃO DE RECURSOS JUNTO À DIGES.	TOMADA DE PREÇOS	900.000,00	
ADEQUAÇÃO/AUMENTO DA CAPACIDADE DE SECAGEM E REVISÃO DOS EQUIPAMENTOS E CONSTRUÇÃO DE PASSARELAS PARA AS MPs E MPLs.	P.12-364/2008	2008	ELABORADO O PROJETO EXECUTIVO, ESPECIFICAÇÕES E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA. SOLICITADO ORÇAMENTO NAS PROGRAMAÇÕES 2008 À 2011 VISANDO ASSINATURA DO EDITAL E LICITAÇÃO DA OBRA PORÉM ATÉ O MOMENTO NÃO FOMOS ATENDIDOS.	CONCORRÊNCIA PÚBLICA	1.800.000,00	
CONSTRUÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO E COMBATE À INCÊNDIO POR ÁGUA PRESSURIZADA, ASSIM COMO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGA ATMOSFÉRICA-SPDA.	P.12-286/2008		LICITADA A OBRA EM 2009 E SUSPENSA A CONTRATAÇÃO FACE AO REDIRECIONAMENTO DOS RECURSOS POR ORDEM DA DIRETORIA À ÉPOCA. FACE TEMPO DECORRIDO SERÁ ATUALIZADO O PROJETO BÁSICO E REFEITO O SPDA BEM COMO DEVERÁ SER SUBMETIDO AO CORPO DE BOMBEIROS/MT PARA AP	TOMADA DE PREÇOS	350.000,00	
PROJETO E CONTRUÇÃO DE UM NOVO SISTEMA DE INSTALAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E CONTROLE DE ENERGIA.	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2012	CONCORRÊNCIA PÚBLICA	1.600.000,00	
ADEQUAÇÕES DAS DEPENDÊNCIAS SANITÁRIAS PARA ATENDIMENTO AO PÚBLICO E PNE.	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2012	CONVITE		40.000,00
REFORMA DO ESCRITÓRIO.	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2012	CONVITE		50.000,00
CONSTRUÇÃO DE UM ABRIGO FITOSSANITÁRIO	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2012	CONVITE		30.000,00
CONSTRUÇÃO DE NOVOS PORTÕES RODOVIÁRIA DEVIDO À MUDANÇA DA ENTRADA DA UNIDADE.	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2012	CONVITE		30.000,00
CONSTRUÇÃO DE UM LABORATÓRIO	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2012	CONVITE	70.000,00	
RECUPERAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO.	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2012	CONVITE		50.000,00
PROJETO E EXECUÇÃO DO REDIMENSIONAMENTO/ SUBSTITUIÇÃO DOS PORTÕES DE ACESSO DOS ARMAZÉNS CODRASA.	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2012	TOMADA DE PREÇOS	280.000,00	
PROJETO E EXECUÇÃO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE PÓ	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2012	TOMADA DE PREÇOS	200.000,00	
CONSTRUÇÃO DO VESTIÁRIO/SANITÁRIO PARA OS EMPREGADOS DA CONAB	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2012	CONVITE		60.000,00
SISTEMA AUTOMÁTICO DE COLETA DE AMOSTRAS	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2012	CONVITE		50.000,00
CONSTRUÇÃO DE ABRIGO DE 16,00X30,00M PARA ALMOXARIFADO E GUARDA DE EQUIPAMENTOS UTILIZANDO-SE AS ESTRUTURAS DOS ARMAZÉNS ESTRUTURAS EXISTENTE NA UNIDADE.	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2012	TOMADA DE PREÇOS	400.000,00	
REVISÃO GERAL DOS PISOS DOS ARMAZÉNS CODRASA E DA MOEGAS	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2012	CONVITE		30.000,00
AUTOMAÇÃO DOS SISTEMAS DE AERAÇÃO	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2012	TOMADA DE PREÇOS	150.000,00	
PROJETO E EXECUÇÃO DO SISTEMA DE DESCARGA GRAVIMÉTRICA DOS GRANELEIROS	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2012	TOMADA DE PREÇOS	450.000,00	
CONSTRUÇÃO (PROJETAR E EXECUTAR) DE 03 SEPTOS EM CONCRETO ARMADO NO INTERIOR DO ARMAZÉM 12	-	2008	SOLICITADO ORÇAMENTO NA PROGRAMAÇÃO DE 2008 À 2012	TOMADA DE PREÇOS	310.000,00	
SUB TOTAL					6.510.000,00	340.000,00
TOTAL GERAL				40.092.650,00	37.191.450,00	2.901.200,00

Fonte: Sureg-MT/Geope/Scope

c) Valor gasto para manutenção de armazéns próprios

No ano de 2012 foram gastos com Manutenção de Armazéns próprios o valor de R\$52.248,48.

d) Plano de investimentos para colocar os armazéns próprios da Conab em conformidade com os critérios de habilitação descritos na IN Mapa 12/2009

O diagnóstico (auditoria prévia) levantado nas unidades armazenadoras pelos RTAs, deu origem as previsões das obras necessárias para a Certificação da Unidade Armazenadora atendendo ao escalonamento previsto no Art. 1 da Instrução Normativa nº 049/2010, com prazo até o ano de 2015, conforme as previsões da matriz para as cinco unidades armazenadoras demonstradas nos quadros abaixo.

Em que pese estas previsões as suas execuções só deverão ocorrer se verificada a viabilidade técnica de manter as Unidades nas atuais localidades, pois já se verifica que algumas estão estrategicamente inadequadas (localização física, aspectos econômicos etc). Nesse contexto, a Conab a partir do final 2012 já iniciou os procedimentos de um Projeto para contratação de um Estudo de Viabilidade Técnica, Econômico, Ambiental e Social (EVTEA). No âmbito da Sureg-MT o procedimento para a citada contratação esteve em análise, pois entendeu-se que ele deve ocorrer contemplando não só as localidades de Sinop e Sorriso, como apontado pela Matriz/Suarm nos processos 2437/12 e 2440/12, mas também abrangendo todo o Estado de Mato Grosso, subdividindo-o em mesorregiões. Assim, o certame licitatório, para a citada contratação, ficou previsto para acontecer em 2013, após análise desse posicionamento da Sureg-MT pela Matriz/Suarm.

Quadro 7.9 – Diagnóstico de obra/serviço -UAs PRÓPRIAS

CERTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ARMAZENADORAS PRÓPRIAS DIAGNÓSTICO – PREVISÃO 2013			
RONDONÓPOLIS – MT			
Capacidade estática: 92.100	Modalidade: Granel/Conv	Enquadramento: Intermediária	
Obras		Custos	Obrigatoriedades
Aeração		50.000	O4
Local para guarda de Agrotóxico		35.000	O1
Pavimentação		1.400.000	O4
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000	O4
Sinalização de trânsito		3.000	O4
Sistema de captação de material particulado (secador)		790.000	O4
Sistema de combate a incêndio		650.000	O4
Sistema de Movimentação de Produto		100.000	O1
Sistema ventilação ambientes confinados/semiconfinados		20.000	O1
Termometria (sensores a cada 150 m ²)		30.000	O4
TOTAL		3.123.000	
CERTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ARMAZENADORAS PRÓPRIAS DIAGNÓSTICO – PREVISÃO 2014			
ALTA FLORESTA – MT			
Capacidade estática: 6.200	Modalidade: Granel/Conv	Enquadramento: Coletora	
Obras		Custos	Obrigatoriedades
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000	O4
Sinalização de trânsito		3.000	O3
Sistema de captação de material particulado (secador)		205.000	O4
Sistema ventilação ambientes confinados/semiconfinados		5.000	O1
Sistema de combate a incêndio		250.000	O4
Termometria (sensores a cada 150 m ²)		15.000	O4
TOTAL		523.000	
SINOP – MT			
Capacidade estática: 27.600	Modalidade: Granel/Conv	Enquadramento: Coletora	
Obras		Custos	Obrigatoriedades
Local para guarda de Agrotóxico		35.000	O1
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000	O4
Sinalização de trânsito		3.000	O3
Sistema de captação de material particulado (secador)		300.000	O4
Sistema de combate a incêndio		280.000	O4
Sistema de Movimentação de Produto		50.000	O1
Sistema ventilação ambientes confinados/semiconfinados		5.000	O1
Termometria (sensores a cada 150 m ²)		15.000	O4
TOTAL		733.000	
CERTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ARMAZENADORAS PRÓPRIAS DIAGNÓSTICO – PREVISÃO 2015			
DIAMANTINO – MT			
Capacidade estática: 27.600	Modalidade: Granel/Conv	Enquadramento: Coletora	
Obras		Custos	Obrigatoriedades
Aeração		50.000	O4
Local para guarda de Agrotóxico		35.000	O1
Pavimentação		80.000	O3
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000	O4
Sinalização de trânsito		3.000	O3
Sistema de captação de material particulado (secador)		300.000	O4
Sistema de combate a incêndio		250.000	O4
Sistema ventilação ambientes confinados/semiconfinados		5.000	O1
Termometria (sensores a cada 150 m ²)		15.000	O4
TOTAL		783.000	
SORRISO – MT			
Capacidade estática: 45.900	Modalidade: Granel/Conv	Enquadramento: Coletora	
Obras		Custos	Obrigatoriedades
Local para guarda de Agrotóxico		35.000	O1
Pavimentação		150.000	O3
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000	O4
Sinalização de trânsito		3.000	O3
Sistema de captação de material particulado (secador)		630.000	O4
Sistema de combate a incêndio		400.000	O4
Sistema de Movimentação de Produto		50.000	O1
Sistema ventilação ambientes confinados/semiconfinados		15.000	O1
Termometria (sensores a cada 150 m ²)		30.000	O4
TOTAL		1.358.000	

Fonte: Dirab/Suarm

7.1.2 - Estoques em armazéns contratados

Para atendimento das necessidades de armazenagem dos estoques públicos, considerando o grande volume de estoques existentes na área sob jurisdição da Sureg-MT, obrigatória e sistematicamente ocorre a utilização dos serviços de armazenagem da rede privada.

Todos os armazéns Credenciados pela Companhia devem atender aos requisitos definidos TÍTULO 08 – ARMAZENAMENTO - Documento 4 – Cadastramento, Credenciamento, Impedimento, Desimpedimento e Descredenciamento de Unidades Armazenadoras - COMUNICADO Conab/MOC N° 029, DE 28/12/2007, que tem como objetivo inicial identificar e cadastrar as unidades existentes no país, registrando suas características técnico-operacionais e suas capacidades estáticas, na conformidade estabelecida pelo Decreto n.º 3.855/2001 (regulamenta a Lei da Armazenagem).

Os armazéns que prestam serviços de armazenagem para a Companhia, devem obrigatoriamente constar no Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras - Ação (4702), estarem devidamente Credenciados e com Contrato de Depósito vigente. A relação dos armazéns Credenciados e Habilitados para operar com a Conab estão disponíveis para consulta no endereço <http://sisdep.Conab.gov.br/consultaarmazemweb/>.

Quadro 7.10 – Produtos Agrícolas Armazenados em Armazéns Contratados

Armazém de Depósito	Produto	Vínculo		Estoque(ton)	Valor (R\$)
		PGPM	OPÇÃO		
JAIME DIAS P. FILHO	Arroz Desclassificado	54,397	-	54,397	12.331,67
GOIAZÉM ARMZS. GERAIS LTDA	Milho Desclassificado	2.291,722	-	2.291,722	605.958,49
GOIAZÉM ARMZS. GERAIS LTDA	Milho Abaixo do Padrão	107,720	-	107,720	56.159,03
CAROLINA ARMZS. GERAIS LTDA	Milho	10.105,030	77.527,144	87.632,174	48.350.117,09
DAROIT ARMAZS. GERAIS LTDA	Milho	4.949,620	19.939,174	24.888,794	12.064.411,54
PICCINI ARMZS. GERAIS LTDA	Milho	4.400,000	1.460,394	5.860,394	2.636.143,05
GRÃOS ARMZS. LTDA	Sacaria Polipropileno	67,403	-	67,403	68.776,59
LUCAS ARMZS. GERAIS LTDA	Milho	10.322,905	-	10.322,905	4.145.672,76
ARMZS. GERAIS VALE DO VERDE LTDA	Milho	1.545,598	-	1.545,598	665.434,63
IPIRANGA ARMZS. GERAIS LTDA	Milho	4.391,860	12.446,222	16.838,082	8.882.420,31
ELIZÂNGELA PINTO	Arroz Desclassificado	9,587	-	9,587	7,69
BERNATTO ARMZS. GERIS LTDA	Arroz Desclassificado	78,972	-	78,972	26.062,05
SIPAL INDUSTRIA E COM. LTDA	Milho	31.387,051	120.269,641	151.656,692	77.731.086,24
ARMZS. GERAIS NOVA CANAÃ LTDA	Arroz Desclassificado	62,947	142,472	205,419	124.691,78
PRANTE CHIARELLO E CIA LTDA	Milho	30,000	4.989,834	5.019,834	2.824.590,31
GIACOMELLI ARMZS. GERAIS LTDA	Milho	5.722,339	15.341,809	21.064,148	10.634.292,40
SANTA CRUZ ARMZS. GERAIS LTDA	Milho	15.743,720	20.981,928	36.725,648	17.452.638,17
UIRAPURU ARMZS. GERAIS LTDA	Milho	2.482,913	4.356,620	6.839,533	3.347.445,97
TROPICAL ARMAZS. GERAIS LTDA	Milho	10.800,000	10.795,000	21.595,000	9.652.945,69
DEMARTINNI ZUANAZZI CIA LTDA	Milho	6.000,000	600,000	6.600,000	2.565.267,70
NSS Srº DO CARMO ARMZS. GERAIS LT	Milho	5.160,000	427,500	5.587,500	2.318.665,69
BERRANTE DE OURO ARMZS. GERAIS L	Milho	5.000,000	3.806,660	8.806,660	3.973.124,03
VALDIR CASONATTO E CIA LTDA	Arroz Desclassificado	-	233,942	233,942	225.512,72
FERMAP ARMAZÉNS GERAIS LTDA	Milho	-	2.321,950	2.321,950	1.219.116,98
BOM FUTURO ARMAZS. GERAIS LTDA	Milho	-	5.651,580	5.651,580	3.130.335,90
W.PASTRO E CIA LTDA	Milho	-	763,768	763,768	500.236,63
ARMAZS. GERAIS NA VEGANTES LTDA	Milho	-	5.584,040	5.584,040	3.022.016,81
Total	-	120.713,78	307.639,68	428.353,46	216.235.461,92

Fonte: X-FAC 2012

Em Mato Grosso, a Conab habitualmente mantém estoque de milho em grãos, vinculados a PGPM – AGF ou Contrato de Opção, utilizando para depósito armazéns próprios e armazéns Credenciados (Rede Privada). O estoque de arroz e milho (produto desclassificado) que consta contabilmente no sistema de controle de estoque, está sub-judice, conforme os processos judiciais em andamento.

À Conab cabe realizar o Censo Nacional de Unidades Armazenadoras, a administração e a atualização do banco de dados sobre a capacidade de armazenagem no país, mediante a Ação (4702).

O Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras atende uma demanda a partir da solicitação do cliente. O percentual deficitário de demanda é da ordem 29,42% e não reflete a realidade da capacidade estática total do Estado, já que a última pesquisa sobre o assunto foi realizada em 2009, situação que enseja a efetivação de um novo censo.

Quadro 7.11 – Capacidade Estática de Armazenagem x Demanda

Capacidade Estática (mil ton)			Produto	Quantidade (mil ton)	Demanda %
Convencional	Granel	Total			
2.321,3	26.160,2	28.481,5	Algodão	1.707,5	141,7
			Amendoim	0,1	
			Arroz	461,3	
			Feijão	224,4	
			Girassol	79,4	
			Milho	15.610,4	
			Soja	21.849,0	
			Sorgo	420,9	
2.321,3	26.160,2	28.481,5	Total Produção	40.353,0	
			Produção Nacional		

Fonte: Dirab/Suarm e Boletim do 12º Levantamento de Safras (set/12)

O registro de situação das Unidades Armazenadoras constantes do banco de dados (SICARM), sofre constantes alterações, pois interage com as informações do SICAF e CADIN. No que se refere as condições técnico-operacionais os registros de impedimentos são realizados quando das etapas de fiscalização.

Quadro 7.12 – Situação Cadastral das Unidades Armazenadoras

Situação Cadastral	Convencional		Granel		Total	
	Quantidade	Capacidade (t)	Quantidade	Capacidade (t)	Quantidade	Capacidade (t)
Aptos:						
Credenciado sem impedimento	13	54.480	36	811.882	49	866.362
Sub-total	13	54.480	36	811.882	49	866.362
Inaptos:						
Cadastro Efetivado	417	2.123.727	1.446	20.403.695	1.863	22.527.422
SICAF - impedido e Credenciado	17	103.293	172	4.128.185	189	4.231.478
Credenciado com impedimento	1	4.860	12	428.103	13	432.963
Descredenciado	14	36.094	23	461.018	37	497.112
Sub-total	449	2.267.974	1.653	25.421.001	2.102	27.688.975
Total Geral	462	2.322.454	1.689	26.232.883	2.151	28.555.337

Fonte: Sicarm

Ações de capacitação de mão-de-obra do Setor Armazenador

As Ações de capacitação de mão-de-obra do Setor Armazenador, no ano de 2012, permaneceram suspensas, pois não foi redefinido o público-alvo beneficiado, além da

indisponibilidade de Recursos, falta de assinatura de um novo convênio com o CENTREINAR e da falta de implementação dos Controles.

7.2. Análise das ações de fiscalização de estoques públicos

A atividade objetiva a realização *in loco* de fiscalização prévia à formalização das operações de formação de estoques públicos ou sistemática durante o período de armazenamento, para a avaliação das condições quantitativas e qualitativas dos produtos e das condições técnicas cadastrais e operacionais dos armazéns. Visa, também, proceder o registro e a notificação dos fatos irregulares, em consonância com as exigências contratuais estabelecidas e as rotinas padronizadas adotadas para a execução das atividades. Também são inspecionadas as operações de garantia e sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários quanto à conformidade da documentação comprobatória exigida pelos normativos, regulamentos e avisos específicos para os diversos instrumentos; e ainda quanto ao cumprimento da finalidade da operação por parte dos segmentos envolvidos e ainda sobre a capacidade produtiva por parte dos beneficiários.

As atividades de fiscalização são realizadas dentro da Ação (2137), coordenada pela Superintendência de Fiscalização e Estoques-Sufis mediante programação anual. A atividade segue as orientações contidas no Manual de Fiscalização dos Estoques Governamentais e demais normativos constantes do Manual de Operações da Conab-MOC (Título 12 – Fiscalização dos Estoques Governamentais e comunicado Conab/MOC n.º 20, de 16/08/2004) observando, ainda, orientações específicas estabelecidas pela Companhia.

A Conab não possui cargo-função para desempenhar a fiscalização de estoques públicos. Este quadro é composto por empregados que foram capacitados em cursos internos para executar a fiscalização de estoques públicos, sem detrimento de outras atribuições que lhe são devidas. Portanto, eles realizam atividades correlatas, tais como: cadastramento e recadastramento de armazéns, levantamento de informações sobre a safra, operacionalização do PAA e demais atividades demandantes.

A Sureg-MT tem deficiência para disponibilização de pessoal para fiscalização em razão do acúmulo de atividades por eles executadas e também porque apesar de possuir 12 empregados habilitados para operações de fiscalização, apenas 8 empregados podem participar de viagens para realização de operações de fiscalização, vistoria e acompanhamento de remoções.

Quadro 7.13 – Empregados lotados na Sureg-MT habilitados para fiscalização

Empregado	Lotação
Adair Martins da Silva	UA-Sorriso
Adiberto Pedro da Costa	UA-Sorriso
Diniz Almeida de Belém	UA-Diamantino
Luiz Carlos Morais	UA-Rondonópolis
Humberto Clovis Kothe	UA-Rondonópolis
Marcos Bebeto Balbuena	Sede Sureg-MT
Ramilton Thomaz da Silva	Sede Sureg-MT
Ricardo Alexandre Lourenconi Cardoso	UA-Sorriso
Rubens Benedito da Silva	UA-Diamantino
Selmo Jacindo de Oliveira	Sede Sureg-MT

Empregado	Lotação
Valdete Ferreira da Silva	UA-Alta Floresta
Valmor Antônio Barbieri	UA-Sorriso

A fiscalização dos estoques públicos, com equipes de fiscais compostas por dois membros (um da Sureg e outro das demais Regionais) é realizada em acordo com o calendário de fiscalização elaborado pela Superintendência de Fiscalização de Estoques – SUFIS nos meses de fevereiro, abril/maio, julho, setembro e novembro/dezembro, nos armazéns localizados no âmbito da Sureg-MT.

A fiscalização periódica, o acompanhamento e a avaliação quanto à integridade dos estoques públicos de produtos agropecuários e a inspeção das condições técnico-operacionais das unidades armazenadoras depositárias, foram fundamentais para a manutenção quali-quantitativa dos estoques depositados em armazéns de terceiros. Durante as operações de fiscalização, todos os armazéns são avaliados e aqueles que não atendem aos requisitos são impedidos e até descredenciados, ficando todas estas avaliações registradas nos relatórios de fiscalização e nos cadastros dos respectivos armazéns.

7.2.1 - Perda e Desvios de Armazenagem

Entende-se por Perdas em Armazenagem ou Desvio, a perda total decorrente da falta física verificada nas operações de fiscalização. Quando esta falta é superior a 8%(oito por cento) em relação ao estoque armazenado, enquadra-se como DESVIO.

No que se refere ao Desvio de Produtos, foram registradas 7 ocorrências para a quantidade de 16,9 mil toneladas de milho a granel sob a guarda e conservação de 03 armazenadoras especificadas no quadro seguinte.

Quadro 7.14 – Valores ajuizados relativos a desvios de produtos

Empresa	CNPJ	Data Base	Valor Base	Produto	Desvio (t)	Processo judicial
Cerealista Canguçu Ltda	09.578.560/0001-00	26/04/12	3.379,22	Milho	9,792	2616-182012.4013603
Cerealista Canguçu Ltda	09.578.560/0001-00	26/04/12	539.380,60	Milho	1.562,969	
Cerealista Canguçu Ltda	09.578.560/0001-00	26/04/12	417.024,02	Milho	1.208,415	
Silvio Burtet Cerutti e Cia Ltda	10.374.196/0001-38	18/07/12	1.421.641,45	Milho	4.927,700	4927-79.20124013603
Silvio Burtet Cerutti e Cia Ltda	10.374196/0001-38	18/07/12	1.860.154,81	Milho	6.447,677	
Celeiro Armazéns Gerais Ltda	04.907.191/0001-20	19/03/12	1.370.630,81	Milho	2.734,302	0573-08.2012.4013604
Celeiro Armazéns Gerais Ltda	04.907.191/0001-20	19/03/12	24.680,84	Milho	39,134	
Total			5.636.891,75		16.929,989	

Fonte: Suofi/Gecob

Os processos administrativos para recuperação dos créditos foram autuados, porém não houve êxito nas cobranças. Desta feita, foi necessária a propositura de ações judiciais que são acompanhadas/coordenadas pela SUFIN/GECOB e a Gerência Jurídica Regional-Gejur. verifica-se que ocorre saldo de débito apenas para os desvios de produtos, com valor base de R\$5.636.891,75, devidamente ajuizados.

No exercício de 2012, para o quantitativo de 11.683,651 toneladas foram registradas 18 ocorrências de Perdas em Armazenagem com autuação dos processos de cobrança, devidamente instruídos e concluídos. A recuperação dos créditos foi realizada via administrativa, representando 100%(cem por cento) de êxito nas cobranças, alcançando montante superior a R\$5,9 milhões, conforme detalhado no quadro seguinte.

Quadro 7.15 – Perdas de Armazenagem

Nº Processo Administrativo	Empresa	CNPJ	Data do TVN	Nota Fiscal	Produto	Perdas em Armazenagem (t)	Valor custo recuperado (R\$)
21200.000372/2012	Carolina Armz. Gerais Ltda	03.137.247/0002-23	13/02/12	046671	Milho	102,629	40.948,97
21200.000369/2012	Carolina Armz. Gerais Ltda	03.137.247/0002-23	13/02/12	046664	Milho	285,040	121.313,02
21200.000368/2012	Carolina Armz. Gerais Ltda	03.137.247/0002-23	13/02/12	046663	Milho	136,776	54.190,65
21200.000784/2012	Spiring e Benez Ltda	07.986.832/0001-78	02/04/12	046847	Milho	671,450	284.896,24
21200.002653/2012	Arm. Gerais Vedana Ltda	01.745.171/0001-02	23/11/12	048388	Milho	45,000	17.320,50
21200.002729/2012	UA Sinop	26.461.699/0014-03	10/12/12	048635	Arroz	1,769	1.275,27
Total do produto vinculado AGF						1.242,664	519.944,650
21200.000358/2012	W.Pastro & Cia Ltda	07.254.023/0001-71	08/02/12	058166	Milho	1.676,232	847.000,03
21200.000371/2012	Carolina Armz. Gerais Ltda	03.137.247/0002-23	13/02/12	058141	Milho	492,708	232.952,34
21200.000370/2012	Carolina Armz. Gerais Ltda	03.137.247/0002-23	13/02/12	058140	Milho	1.675,962	786.361,37
21200.000153/2012	Fazenda Paiaguas Ltda	02.144.795/0001-37	13/02/12	057412	Milho	500,000	345.100,00
21200.000856/2012	Carolina Armz. Gerais Ltda	03.137.247/0001-42	19/04/12	058574	Milho	1.971,163	1.072.706,90
21200.000851/2012	Carolina Armz. Gerais Ltda	04.137.247/0001-42	19/04/12	058573	Milho	898,339	436.143,58
21200.000855/2012	Carolina Armz. Gerais Ltda	04.137.247/0001-42	19/04/12	058572	Milho	2.339,486	1.239.927,58
21200.000854/2012	Carolina Armz. Gerais Ltda	04.137.247/0001-42	19/04/12	058571	Milho	46,894	23.592,37
21200.000581/2012	Celeiro Armazéns Gerais Ltda	04.907.191/0001-20	13/03/12	058347	Milho	4,866	2.949,28
21200.000579/2012	Celeiro Armazéns Gerais Ltda	04.907.191/0001-20	13/03/12	058346	Milho	279,713	136.416,03
21200.001251/2012	Sipal Ind. E Com. Ltda	02.937.632/0019-30	06/06/12	059654	Milho	540,014	253.320,57
21200.002650/2012	Agropecuária Tremonha Ltda	02.889.994/0002-55	21/11/12	066355	Milho	15,610	12.344,39
Total do produto vinculado mercado de opções						10.440,987	5.388.814,440
Total Geral						11.683,651	5.908.759,090

Fonte: xFACweb/SEOPE

Considerando o estoque inicial de produtos governamentais (1.235.861,68 toneladas), em 01/01/2012, a quantidade de desvio de produto representou 1,37% e para perda 0,94%.

7.2.2 - Quantidade de armazéns descredenciados no exercício

No exercício de 2012, na Sureg-MT, as três empresas citadas no quadro 7.15 foram descredenciadas, em razão de desvio de mercadorias (Comunicado/MOC nº 29, título 8, doc. 4, item 6, subitem 6.2, letra “a”).

7.3. Análise das ações de movimentação de estoques públicos

Uma das atribuições da Conab diz respeito à execução da política de abastecimento, consoante determinação superior, diante a comprovada escassez localizada de determinado produto agrícola, principalmente quando essa mercadoria integra o conjunto de estoques públicos de grãos e cereais administrados pela Companhia.

No exercício de 2012, sob a ótica da necessidade de suprimento e abastecimento regional, sobretudo, no Nordeste brasileiro, a Conab contratou, conforme as disposições legais cabíveis, a realização de transporte para a remoção de 600.075,9 mil toneladas de milho estocado em Mato Grosso para assegurar a disponibilidade do produto em várias Unidades da Federação com previsão de pagamento às empresas arrematantes nos Leilões de Frete no valor de R\$202 milhões, conforme detalhado no quadro 7.16. Todo o controle de pagamentos e da movimentação dos referidos leilões é realizado pela Matriz, assim como a Nota Técnica com as justificativas e

designação da origem e destino do produto removido. Do total contratado foram removidas 333.828,8 mil toneladas, correspondente a 55,63%, ocorrendo ainda o cancelamento de 44.176,9 mil toneladas (7,36%). Esse panorama mostra que permaneceu sem movimentação um estoque da 310.420,0 mil toneladas, incluindo a parcela cancelada, equivalente a 51,73%.

O impacto causado pela transferência, via remoção, do produto foi bastante significativo tanto com relação à região de origem quanto à de destino. No primeiro caso, porque possibilitou, de um lado, a destinação/escoamento de estoques governamentais mais antigos, portanto com risco de alterações qualitativas, e de outro, porque contribuiu para geração de espaços de armazenagem credenciados para recebimento de novas safras, principalmente tendo em conta a necessidade de compras (AGF) para recomposição dos estoques reguladores. No segundo caso, pela relevante importância para os Estados de destino, principalmente no que diz respeito ao suprimento do produto para arraçoamento animal, posto a comprovada insuficiência do cereal, com predominância dos Estados nordestinos para onde foram levadas 174.932,8 mil toneladas, ou seja, 52,40 % do total removido

Quadro 7.16 – Demonstrativo das Remoções Contratadas

UF Destino	Produto	Quantidade Contratada (ton)	Quantidade Removida (ton)	% das Remoções Efetivadas	Quantidade Cancelada (ton)	Valor da operação (Em R\$)
AC	Milho	700,0	700,0	100,00	0,0	129.500,00
AL	Milho	11.231,3	5.803,6	51,67	0,0	4.569.765,86
AM	Milho	6.000,0	3.934,4	65,57	0,0	2.009.100,00
BA	Milho	37.074,0	11.353,8	30,62	0,0	12.300.805,11
CE	Milho	75.500,5	43.037,1	57,00	4.092,5	30.023.764,11
ES	Milho	15.055,7	6.756,1	44,87	0,0	5.077.184,38
MA	Milho	13.929,4	10.042,3	72,09	3.850,1	4.300.836,64
MG	Milho	10.000,0	4.898,7	48,99	0,0	2.995.300,00
PA	Milho	1.500,0	1.500,0	100,00	0,0	392.000,00
PB	Milho	73.654,8	29.873,4	40,56	2.543,4	30.302.852,95
PE	Milho	46.198,2	11.722,8	25,37	0,0	18.491.847,48
PI	Milho	47.637,9	19.642,6	41,23	4.214,8	18.060.294,49
RN	Milho	87.583,8	43.457,2	49,62	13.545,8	33.395.654,13
RO	Milho	2.500,0	2.087,2	83,49	0,0	171.150,00
RR	Milho	6.000,0	4.566,4	76,11	0,0	2.724.900,00
RS	Milho	78.410,3	58.204,4	74,23	12.007,0	16.940.216,90
SC	Milho	84.000,0	75.148,9	89,46	3.923,4	19.484.601,79
SE	Milho	2.000,0	0,0	0,00	0,0	921.180,00
TO	Milho	1.100,0	1.100,0	100,00	0,0	284.471,37
Subtotal MT		600.075,9	333.828,8		44.176,9	202.575.425,21

Fonte: Dirab/Suarm/Gemov

A atividade de remoção é normatizada pelo TÍTULO 13 – MOVIMENTAÇÃO DE ESTOQUES DA Conab - COMUNICADO Conab/MOC Nº 016, de 16/06/2006.

Para estabelecimento de custos dos serviços, a Conab utiliza metodologia descrita no Art. 127 do Acórdão TCU nº 12.309/2010 (que utiliza as medianas para composição dos custos unitários). Porém, no período de colheita da 2ª safra o custo apresentado pela metodologia proposta no citado acórdão, tornou-se ineficaz em razão das condições atípicas que o mercado de transporte apresentava naquela oportunidade (super safra, número insuficiente de caminhões, adequação a lei 12.619/2012 etc). Para lograr êxito nos futuros leilões de frete a área responsável na Matriz pela Logística e Movimentação de Produtos elaborou proposta que foi aprovada pelo Voto DIRAB 264/2012 para que excepcional e transitoriamente fosse utilizada, para formação dos custos de frete

a metodologia da INTERPOLAÇÃO LINEAR, método usado para determinar um fator de valor presente ou futuro quando não existe uma tabela de valores, essa interpolação ocorre utilizando-se da Planilha de Fretes da Conab, do Carreteiro (pesquisa in loco), da tabela da NTC & Logística e da tabela do Guia do transportador.

7.4. Principais indicadores de desempenho

Quadro 7.17 – Indicadores de Desempenho

Nome do Indicador: Percentual de atendimento às solicitações de cadastro	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Identificar em que medida as solicitações de cadastro estão sendo atendidas, seja por produtores, armazenadores ou empresas que manufaturam/comercializam produtos alimentícios	100%	100%	100%
Fórmula de cálculo e método de medição: $(NSa/NS) * 100$ onde: NSa=Nº de solicitações de cadastro atendidas e NS=Nº de solicitações de cadastro.			
Análise do Resultado: As solicitações de vistorias de armazéns foram atendidas em sua totalidade.			
Nome do Indicador: Percentual de produto armazenado em relação a capacidade estática	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Acompanhar a utilização da capacidade estática instalada visando otimizar a utilização da rede armazenadora própria	23,65%	26,22%	52,13%
Fórmula de cálculo e método de medição: $(Qa/Ce) * 100$ onde: Qa=Quantidade armazenada (em ton) e Ce=Capacidade estática.			
Análise do Resultado: A redução do indicador ao longo dos anos ocorreu devido a falta de estrutura das Unidades Armazenadoras próprias que ainda não foram contempladas com os trabalhos de revitalização da CONAB.			
Nome do Indicador: Custo médio para a fiscalização dos Estoques	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Identificar o valor médio dispendido com a fiscalização em relação ao estoque fiscalizado	42,45	62,13	98,57
Fórmula de cálculo e método de medição: Cf/Ef onde: Cf=Custo da fiscalização e Ef=Estoque fiscalizado (em ton).			
Análise do Resultado: A redução do indicador ocorreu devido a diminuição dos estoques governamentais consequentemente a necessidade de um número menor de equipes de fiscalização ao longo dos anos de 2010/2011/2012.			
Nome do Indicador: Percentual de desvio de produtos armazenados	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Acompanhar os desvios de estoques governamentais, visando adotar as medidas pertinentes	0,39%	0,46%	0,10%
Fórmula de cálculo e método de medição: $(Ed/Ef) * 100$ onde: Ed=Estoque desviado e Ef=Estoque fiscalizado.			
Análise do Resultado: A fiscalização realizada pela Conab é intensa, por isso o baixo índice do indicador. Ressaltamos o ano de 2011 em que houve uma elevação mais significativa do indicador, devido a falta de milho no mercado e aumento de preços. Por esse motivo alguns armazenadores, de forma fraudulenta, desviaram o produto do Governo para vender no mercado. Ressaltamos ainda, que todos os armazéns onde foram identificados tais desvios foram ajuizados e impedidos de operar com o Governo Federal.			

8. GESTÃO TECNOLÓGICA

8.1. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ

As ações de TI na Conab têm como diretriz básica o Projeto de Modernização da Tecnologia da Informação – PMTI, criado em 2004 e em execução desde então.

O PMTI é o carro-chefe da Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação da Conab e principal iniciativa de sustentação do objetivo – Prover a Companhia de Infraestrutura de TI Atualizada – constante no Mapa Estratégico da Conab. Além disso, é uma das iniciativas para suporte a boa parte de outros objetivos estratégicos, evidenciando assim o alinhamento das ações de TI e a importância destas como fator crítico de sucesso na execução de sua estratégia organizacional.

Tais ações, incluindo Segurança da Informação, Desenvolvimento e Produção de Sistemas, Contratação e Gestão de bens e serviços de TI, entre outras, são centralizadas na Matriz, tendo como diretriz o planejamento da área de TI para o respectivo exercício, obedecendo à legislação pertinente e aos procedimentos legais e observando a disponibilidade orçamentária e financeira para o período. Tanto que o Comitê formalmente designado para auxiliar nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativo de Tecnologia da Informação funciona no âmbito da Matriz, a quem compete adotar providências e proceder as devidas orientações às Superintendências nos Estados.

Assim cabe a cada Regional a manutenção dos equipamentos, o levantamento das necessidades e o planejamento anual da manutenção física do parque computacional. Com esse objetivo, a Sureg-MT mantém o Setor de Desenvolvimento - SEDEM, que atende todos os usuários da Sede da Regional e as cinco Unidades Armazenadoras, sob sua Jurisdição. Como suporte operacional para os sistemas de informática a UJ oferece a sua clientela interna as orientações quanto aos programas, além do acompanhamento para as manutenções preventivas e corretivas dos equipamentos.

As atividades de segurança da informação são desenvolvidas por cada usuário, em suas respectivas responsabilidades. Os computadores são monitorados com software Antivírus, adquirido em âmbito nacional pela Conab/Matriz.

O SEDEM, também, atua de forma descentralizada ao realizar *Backups* periódico e sistêmico de todos os dados em rede. As Unidades Armazenadoras, também, dispõem de sistema de *Backups*.

A manutenção de *hardware* e redes (lógica e física), é desenvolvida pelo SEDEM com orientação técnica, quando necessária, dos técnicos da Matriz.

Para as atividades de suporte e manutenção o Setor atua com o quadro de pessoal composto por 2 (dois) profissionais com formação específica, sendo 1 (um) Encarregado de Setor e 1 (um) Auxiliar, juntamente com 2 (dois) estagiários, 1 (um) em cada período.

9. GESTÃO ESTRATÉGICA

9.1. Análise da implantação do Plano de Gestão Estratégica da Empresa

Com a descontinuidade do planejamento estratégico, conforme abordado no capítulo 1, restou prejudicado o acompanhamento da gestão com base na metodologia anteriormente implantada e com o suporte de ferramenta de informática atualizada, a qual permitiria explicitar os resultados por meio de indicadores apurados e a respectiva visualização de metas atingidas.

Contudo, em 2012, a Conab foi inserida no processo de planejamento estratégico do MAPA, nosso Ministério supervisor, no bojo do Plano de Ação para a Agropecuária Sustentável-PAAS/MAPA, mediante a inclusão de um conjunto de resultados estratégicos a serem alcançados pela Companhia, tendo como respaldo o Plano Plurianual - PPA para o período 2012 a 2015.

Atendendo a esse propósito, os Superintendentes da Matriz foram mobilizados para a identificação de ações ou novos projetos que se caracterizassem como estratégicos, tendo em vista o alcance de resultados e desafios futuros, e tendo como suporte o Plano Plurianual. Desse esforço resultaram alguns projetos que, selecionados à luz das ações consignadas no PPA, com respectiva previsão orçamentária, buscaram alinhar-se a 3 macro-resultados daquele Ministério, com previsão para monitoramento concomitante às reuniões de análises estratégicas do MAPA.

Os macro-resultados nos quais a Conab buscou inserir-se foram: Excelência Administrativa; Formulação e Implementação das Políticas Públicas para o Agronegócio; Agregação de Valor na Produção Agropecuária.

A partir da definição de um conjunto de 6 resultados e 14 projetos, associados aos citados macro-processos, a Conab optou por 3 Resultados Estratégicos, compostos por 7 projetos correspondentes, para efeito de acompanhamento e monitoramento por aquele Ministério. Os demais resultados foram acompanhados em nível interno, por serem considerados de gestão ou ainda por necessitarem de definição mais clara quanto ao vínculo orçamentário, embora todos concorram para a implementação da estratégia organizacional.

Para os três resultados escolhidos – Quadro de Pessoal Redimensionado; Armazéns Próprios Ampliados e Certificados; Subsídios à Formulação das Políticas Agrícolas e de Abastecimento Aperfeiçoadas – foram definidos os objetivos estratégicos relacionados, os projetos que a eles se vinculam, os responsáveis, os impactos e riscos para sua implementação, os produtos, assim como os indicadores de desempenho específicos.

Alguns desses projetos contam com a participação das Regionais para sua implementação, sendo eles: Ampliação da Capacidade Estática da Rede Armazenadora; Certificação de Unidades Armazenadoras Próprias; Aperfeiçoamento e Disponibilização de Informações sobre Safras; Nova Metodologia de Coleta de Preços Agropecuários; Estudo das Perdas Qualitativas e Quantitativas no Transporte e na Pós-Colheita de Grãos; Apoio às Centrais de Unidades Varejistas; Implantação de Unidades de Serviço de Abastecimento Móvel Fluvial.

O monitoramento desses projetos, contudo, esteve restrito à Matriz, que foi quem conduziu e implementou as etapas iniciais, demandando informações das Suregs ou devendo envolvê-las no processo oportunamente, tendo em vista que a maioria dos projetos é de médio prazo, variando de 3 a 5 anos, cujos resultados serão evidenciados mais à frente e para os quais deverá ocorrer o devido acompanhamento.

10. GERAÇÃO E DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES

A Sureg-MT não participa nos Projetos SigaBrasil e Geosafras. Informações a respeito dos referidos projetos podem ser obtidas no Relatório de Gestão da Matriz.

11. GESTÃO DE PESSOAS

O quadro de Recursos Humanos da Conab é composto por empregados contratados pelo regime da Consolidação das Leis Trabalhistas. Conta também com estagiários de nível superior, menores aprendizes, além de serviços terceirizados para apoio nas áreas de conservação, vigilância e limpeza.

11.1. Alocação de Servidores

A Companhia, para a alocação dos empregados, observa o enquadramento de cada colaborador nos Planos de Cargos em vigência, conforme for sua via de acesso (concurso público ou ex-empregado-readmitido pela Lei da Anistia). Esse processo de análise é efetuado pela Matriz.

Já no âmbito da Superintendência, como estratégia adota-se a análise do cargo e da função/espaco ocupacional, bem como a experiência profissional, verificando se está compatível com a lotação pretendida, visando, também, desse modo evitar situações de desvio de função e maior satisfação do empregado. A este procedimento, está atrelada a análise da formação do empregado, como forma de incentivo para a contínua aprendizagem, bem como as habilidades apresentadas no desempenho de suas atividades. Para algumas funções gerenciais, além da análise do cargo são observados os pré-requisitos dispostos no Regimento Interno e demais normativos internos.

No exercício de 2012, 03 (três) empregados foram destituídos de suas funções gratificadas, com incorporação de suas gratificações, com a ocorrência de 02 (duas) transferências internas, para adequação das necessidades imediatas da UJ.

A atualização e/ou correção de dados relativos a alocação de empregados no controle do quadro de pessoal da Companhia continua centralizada na Matriz, na qual, verificada pela UJ qualquer incorreção é realizado um comunicado à Matriz (GECAR), pois as Superintendências Regionais não tem permissão de acesso ao banco de dados dos empregados (Sistema SENIOR e SIAPE).

Quadro 11.1 – Incorporação de Gratificação de Função X Transferências Internas

FUNÇÃO GRATIFICADA	EMPREGADO DESTITUÍDO	CARGO/FUNÇÃO ESPAÇO OCUPACIONAL	EMPREGADO DESIGNADO	CARGO/FUNÇÃO ESPAÇO OCUPACIONAL
Secretária da SUREG	Divani Martins Araújo	AAD III/Aux. Administrativo	Geiza da Silva Conceição	Auxiliar/Aux. Rec. Humanos
Secretária da GEDES	Gisele Rodrigues Ramos	ATA I/Assistente Administrativo	Márcia Mara A Gomes Rodrigues	AAD III/Aux. Rec. Financeiros
Encarregado do SEDEM	Everaldo da Silva Cruz	AAD III/Aux. De Operações	Oscasir Soares de Oliveira Júnior	Analista/Analista de Operações

Sureg-MT/Gefad/Sereh

Quadro 11.2 –Transferências Internas

EMPREGADO	CARGO/FUNÇÃO ESPAÇO OCUPACIONAL	LOTAÇÃO DE	LOTAÇÃO PARA	MOTIVAÇÃO
Divani Martins Araújo	AAD III/Aux. Administrativo	SUREG/MT	GEDES/SEGEO	Adequar necessidade de pessoal no Setor
Gisele Rodrigues Ramos	ATA I/Assistente Administrativo	GEDES	GEDES/SEGEO	Adequar necessidade de pessoal no Setor
Geiza da Silva Conceição	Auxiliar/Aux. Rec. Humanos	GEFAD	SUREG/MT	Designação para outra função
Márcia Mara A Gomes Rodrigues	AAD III/Aux. Rec. Financeiros	GEFAD/SECOF	GEDES	Designação para ocupar FG
Oscasir Soares de Oliveira Júnior	Analista/Analista de Operações	GEOPE/SECOM	GEDES/SEDEM	Designação para ocupar FG
Jussara Carolina de F Zambonini	TNS III/Téc. De Operações	GEOPE/SEOPE	GEFAD/SECOF	Adequar necessidade de pessoal no Setor

Sureg-MT/Gefad/Sereh

11.2. Comunicação na Instituição

Público interno

Todo empregado da Companhia possui um endereço eletrônico corporativo, para o qual as correspondências de interesse geral são enviadas pelas Gerências demandantes da Matriz. Também é utilizado o informativo eletrônico “Notícias do Dia” na intranet, alterado para o “Aqui entre Nós” de periodicidade semanal e o informativo mensal “Conab em Boa Companhia”, além do Boletim Administrativo, que trata das alterações de pessoal, designações/destituições no âmbito da Companhia, atualizado diariamente a cada emissão de atos e portarias.

No âmbito da Sureg/MT, além dos expedientes convencionais, informações gerais são disponibilizadas no quadro mural. Também para a disseminação dos assuntos relacionados a gestão são realizadas reuniões gerenciais entre Superintendência/Gerências, Gerências/Encarregados/empregados da área específica, além da disseminação de assuntos de ordem geral entre Superintendente/corpo funcional da UJ.

Outro meio de divulgação de informação entre Matriz/Regional foi a implantação da videoconferência, propiciando que a Diretoria se manifeste a todo corpo funcional da Companhia.

Ainda, no âmbito da Regional foi implementado pelo Setor de Recursos Humanos, como projeto piloto, o informativo “Notícias do Sereh”, que foi distribuído eletronicamente aos empregados (fevereiro, março, abril, junho, outubro), além da adoção de Cartilhas do Sereh, de caráter orientativo e o Relatório de Atividades do Sereh, onde estão discriminadas todas as ações realizadas e resultados do exercício anterior.

Foi, também, deflagrada pela Matriz, no exercício uma campanha para divulgação das normas que padronizam as rotinas e os procedimentos da Companhia, sendo inclusive disponibilizado o correio normas@Conab.gov.br para o envio de perguntas e dúvidas.

Público externo

O meio de comunicação mais abrangente para o Público externo é a mídia eletrônica, por intermédio do site da Conab (www.Conab.gov.br). No sítio é possível conhecer a Companhia, estrutural e operacionalmente, sua história, sua missão, valores, seus programas de atuação no

mercado, os seus resultados, entre outros.

Todos normativos pertinentes as operações encontram-se disponíveis para acesso. Podemos citar, entre outros, o Manual de Operações da Conab (MOC), Contratos, Avisos e Editais de Leilões públicos e privados e Regulamentos. Como publicações, temos Balanços Sociais e auditorias. Alguns *softwares* utilizados em operações (o PAANet, SafrasNet e BCANet) estão disponibilizados para *download*.

Arquivos relativos a transparência pública no que diz respeito a gastos públicos estão presentes para consulta.

O site, atualizado diariamente com notícias do setor agroindustrial e de abastecimento, possui uma série de indicadores estratégicos para tomada de decisão, no qual podemos citar a posição atualizada dos estoques públicos e a capacidade estática de armazenagem no Brasil.

De outra forma, a Regional também utiliza como meio de comunicação as correspondências direcionadas aos clientes externos, em especial ao segmento da agricultura (parceiros privados e oficiais), mediante ofícios, cartas, requerimentos, e-mails. A Conab publica e distribui aos parceiros uma revista intitulada “ OS INDICADORES DA AGROPECUÁRIA” (maior banco de dados sobre o setor).

Ainda, como meio de comunicação, são ministradas palestras por empregados do quadro de pessoal da UJ, no atendimento de demandas dos setores do Agronegócio e Agricultura Familiar.

11.3. Clima Organizacional e Ambiente de Trabalho

O diagnóstico do clima organizacional da Companhia foi efetuado pela Superintendência de Modernização e Capacitação – SUMOC, realizada no período de novembro/2008 a maio/2009, cujo resultado foi apresentado somente no 2º semestre/2012, assim não foi possível efetuar ações efetivas decorrentes dos resultados apresentados. De acordo com os resultados obtidos na pesquisa, a Regional possui um dos climas organizacionais mais favoráveis da Companhia.

11.4. Ações de Conhecimento e Aprendizagem

A Superintendência Regional, conforme necessidade, propõe a realização de cursos de capacitação, encaminhando o processo para análise da área de TD&E da Matriz para deliberação. As demandas podem ser originadas pelas áreas da Matriz, Superintendência ou pelo empregado interessado.

Foram realizados 19 eventos de treinamento de curta duração, representando um aumento de 58% em relação ao exercício de 2011 (11 eventos).

Quadro 11.3 – Eventos de Treinamento

Nº	Evento	CH
1	Aquisições e Contratações	24h00
2	Avaliação da PGPM-BIO	07h00
3	Comunicação e Relacionamento Interpessoal	04h00
4	Elaboração de Relatório de Gestão e Prestação de Contas	12h00
5	Encontro dos Procuradores da Conab	24h00
6	Gerência de Projetos	40h00

7	Governança Corporativa: Planejamento, Metas e Riscos	24h00
8	Indicadores de Desempenho	32h00
9	Legislação Tributária Aplicada aos Sistemas SAAGRA e X-FAC	40h00
10	Membros de Comissão de Processos Interno de Apuração PAD/PIA	36h00
11	Microinformática Básica Windows, Word, Excel e Internet	80h00
12	Novo CPR – Contas a Pagar e Receber	24h00
13	Novo Sistema Jurídico da PROGE-PROCESS	16h00
14	Operacionalização do SISMAT – Sistema de Material	24h00
15	PAANET – Programa de Aquisição de Alimentos	24h00
16	Procedimentos de Auditoria Contas a Pagar pelo Estoque de Armazenagem	01h00
17	Redução da Carga de Impostos Incidentes sobre o Tablet	01h00
18	Rumo a uma cultura de acesso a informação – a Lei nº 12.527/2011	10h00
19	Violência contra mulher	08h00

Sureg-MT/Gefad/Sereh

A Companhia visando contribuir para o desenvolvimento organizacional, profissional e social de seus empregados, subsidia cursos de pós-graduação, compreendendo programas Lato Sensu (especialização) e Stricto Sensu (mestrado, doutorado e pós-doutorado).

Para a primeira graduação (3º grau ou curso técnico profissionalizante) a Conab concede benefícios de: subsídio e jornada diária reduzida a 06 horas corridas, este último àqueles que na modalidade presencial frequentam cursos de área de interesse da Companhia.

Na Sureg-MT em 2012, dois empregados são beneficiados com os incentivos, 01 empregado com subsídio (graduação em administração) e outro com jornada reduzida (graduação em Direito).

Quadro 11.4 - Treinamento por área de conhecimento

ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº TREINANDOS	HOMENS/HORAS
Administrativa	4	552:00:00 (*)
Auditoria	14	49:00:00
Comunicação Social	24	240:00:00
Educação e Desenvolvimento	2	12:00:00
Financeira	13	309:00:00
Gerencial	0	0
Informática	1	80:00
Jurídica	3	56:00:00
Operacional	0	0
Planejamento	9	211:00:00
TOTAL	70	1509:00:00

Fonte: Relatório Treinamento Gecap

*inclusa a carga horária do empregado beneficiado pelo Programa de Ensino Superior

Os empregados que participam dos cursos de Desenvolvimento para o Futuro, após conclusão, são convidados a ministrarem uma palestra sobre o tema de seu trabalho, e consiste em um dos métodos adotados para disseminar o conhecimento na Regional.

11.5. Informações sobre Recursos Humanos

O quadro de pessoal da Sureg/MT, ao final do exercício de 2012, contava com 125 empregados, o que representou redução de 3 empregados, comparativamente ao exercício de 2011, quando contávamos com 128 servidores.

É importante ressaltar que os empregados aposentados por invalidez têm seu contrato de trabalho com a Conab suspenso, com a possibilidade de retornar as suas atividades laborais se considerados reabilitados ao trabalho por decisão do INSS, conforme dispõe o art. 475 da CLT.

As pensões vitalícias constantes no quadro de pessoal foram decorrentes de decisões judiciais e ao final do seu cumprimento não constarão mais no mesmo, pois os beneficiários não são empregados da Companhia.

Quadro 11.5 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Empregado em Cargos Efetivos	Não há	125	1	4
1.1. Cargos de Carreira	-	125	0	4
2. Empregado com Contrato Especial (2.1+2.2+2.3)	Não há	0	0	0
2.1. Diretor	-			
2.2. Assessor	-			
2.3. Requisitado	-			
3. Conselheiro de Administração / Fiscal	Não há			
4. Pensão Vitalícia	Não há	2		
5. Total de Empregados (1+2+3+4)		127	1	4

Fonte: Digeop/Sugep

Os 125 empregados do quadro de pessoal da Sureg/MT estão enquadrados em cargos de nível fundamental, médio e superior. Os cargos de nível fundamental englobam os 18 Auxiliares Administrativos (AAD) e os 31 Auxiliares de Serviços Gerais (ASG), pertencentes ao PCS/91 e os 33 Auxiliares pertencentes ao PCCS/2009, que totalizam 82 empregados, representando 65,6% do quadro de pessoal. Os cargos de nível médio englobam os 10 Assistentes Técnico Operacional (ATO) e os 06 Assistentes Técnico Administrativo (ATA) pertencentes ao PCS/91 e os 07 Assistentes pertencentes ao PCCS/2009, que totalizam 23 empregados, representando 18,4% do quadro de pessoal. Os cargos de nível superior englobam os 05 Técnicos de Nível Superior (TNS) pertencentes ao PCS/91 e os 15 Analistas pertencentes ao PCCS/2009, que totalizam 20 empregados, representando 16% do quadro de pessoal.

Quadro 11.6– Força de Trabalho da UJ – Por tipo de Contratação - Situação apurada em 31/12

Tipos de Contratação	2011	2012	Varição	Motivação
1. Padrão	53	52	-1	Aposentadoria por invalidez
2. Anistiados	63	60	-3	02 óbitos 01 demissão
3. Concursados	13	13	0	0
4. Total de Empregados (1+2+3)	129	125	4	

Fonte: Sureg-MT/Gefad/Sereh

A Sureg possui 13 empregados cedidos, sendo todos readmitidos no quadro da Companhia beneficiados pela Lei da Anistia, assim distribuídos: 05 para Procuradoria Regional do Trabalho, 05 para o Tribunal Regional do Trabalho, 01 para o Ministério do Trabalho, 01 para o Tribunal Regional Eleitoral e 01 para a Fundação Universidade Federal de Mato Grosso. Do total de empregados cedidos, 07 estão lotados em municípios distantes da Sede Administrativa e das Unidades Armazenadoras, principal motivo para não retorno a Companhia, bem como devido o tipo de cargo ocupado, pois do total de empregados cedidos 11 estão enquadrados no cargo de nível fundamental (auxiliares). Os demais casos, tratam de afastamentos decorrentes de aposentadoria por invalidez (01 caso), licença para realização de treinamento (01 caso), com previsão de retorno para o exercício 2013 e as pensões vitalícias decorrentes de decisões judiciais (02 casos).

Quadro 11.7 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2)	13
1.1. Decreto n.º 4.050 de 12/12/2001	
1.2. Lei n.º 10.470 de 25/06/2002	13
2. Afastamentos (2.1+2.2)	1
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Aposentadoria – invalidez temporária	1
3. Licença Remunerada (3.1+3.2)	0
3.1. Licença Maternidade – 120 dias	
3.2. Licença Maternidade – Emp Cidadã – 60 dias	
4. Licença não Remunerada (particular)	1
5. Outras Situações (Pensão vitalícia por decisão judicial)	2
6. Total dos Empregados (1+2+3+4+5)	17

Fonte: Dige/Sugep

Quadro 11.8 - Pensionista (pensões vitalícias)

PENSIONISTA	PROCESSO JUDICIAL
ANA JUREMI DA CRUZ SILVA	1997.36.00.005606-6
LEANDRA ROSARIA C. CARVALHO	5626/1993

Fonte: Sureg-MT/Gefad/Sereh

Os Cargos em Comissão no âmbito da Regional são ocupados por servidores de carreira, nomeados pelo Presidente da Companhia (Art. 20, Inciso XI do Regimento Interno), com indicação da Superintendência para os cargos de Assistente, Secretarias, Gerentes e Encarregados.

Na UJ, os 29 cargos em Comissão referem-se a 01 Superintendente Regional, 01 Assistente, 01 Procurador Jurídico, 03 Gerentes de Área, 08 Encarregados de Setor, 04 Secretarias, 06 Encarregados de Depósito e 05 Gerentes de Unidade, representando 23% do total de empregados da Regional.

No exercício de 2012, 05 Cargos em Comissão tiveram novas indicações para nomeação, efetivadas para Secretária da Gefad, Secretária da Superintendência, Secretária da

Gedes, Encarregado do Seope e Encarregado do Sedem.

Para indicação dos cargos em Comissão foram observados os requisitos de formação e experiência estabelecidos nos normativos (PCCS/91, Parte A, item 3, subitem 3.9.2 – Funções Gratificadas, c/c Art. 153 do Regimento Interno).

Quadro 11.9 – Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Funções Gratificadas	-	29	5	5
1.1. Empregado em Cargo de Carreira		29	5	5
1.2. Empregado com Contrato Especial / Conselheiros				
1.3. Empregado Requisitado				
2. Total de Empregados com Função Gratificada	-	29	5	5

Fonte: Dige/Sugep

Do total de empregados da Sureg/MT, sessenta e cinco estão na faixa etária acima de 50 anos, correspondente a 64,8% do quadro de pessoal, sendo que 30 empregados já possuem tempo de serviço igual ou superior a 25 anos e 15 já estão aposentados pela Previdência Social.

Quadro 11.10– Quantidade de servidores da UJ por faixa etária

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Empregado de Cargo Efetivo	1	2	24	51	16
1.1. Em Cargo de Carreira	1	2	24	51	16
2. Empregado em Função Gratificada	1	5	9	14	0
2.1. Cargos de Carreira	1	5	9	14	0
2.2. Contrato Especial (Diretor, Assessor, Conselheiro)					
2.3. Requisitado					
3. Totais (1+2)	2	7	35	65	16

Pensão Vitalícia			1		1
-------------------------	--	--	---	--	---

Fonte: Dige/Sugep

Apesar de 65,6% dos empregados da Sureg/MT estarem enquadrados no cargo Auxiliar, cuja exigência é ensino fundamental, 58% possuem ensino médio completo ou superior completo. Dos empregados enquadrados no cargo Assistente, 35% possuem ensino superior completo.

Quadro 11.11 - Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade													
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
1. Empregado de Cargo Efetivo	1	12	5	4	4	5	41	1	16	2	1	0	0	0
1.1. Em Cargo de Carreira	1	12	5	4	4	5	41	1	16	2	1	0	0	0
2. Empregado em Função Grati-	0	0	0	0	1	2	10	1	10	9	0	0	0	0

ficada														
2.1. Cargos de Carreira	0	0	0	0	1	2	10	1	10	9	0	0	0	0
2.2. Contrato Especial (Diretor , Assessor, Conselheiro)														
2.3. Requisitado														
3. Totais (1+2)	1	12	5	4	5	7	51	2	26	11	1	0	0	0
LEGENDA - Nível de Escolaridade: 1 - Analfabeto; 2 - 4ª série incompleta; 3 - 4ª série completa; 4 - 5ª a 8ª incompleta; 5 - 1º grau completo; 6 - 2º grau incompleto; 7 - 2º grau completo; 8 - superior incompleto; 9 - superior completo; 10 - Pós-Graduação; 11 - Mestrado; 12 - Doutorado; 13 - PHD; 14 - mestrado s/ defesa de tese.														

Pensão Vitalícia					2									
-------------------------	--	--	--	--	---	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Fonte: Digeop/Sugep

Obs: O número de pessoas por nível de escolaridade referente a Empregado em Função Gratificada (33) diverge do total efetivo de funções (29) pois foram considerados todos os ocupantes da função no exercício 2012.

Composição do quadro de estagiários

O Programa de Estágio da Companhia foi implementado através do Voto DIAFI nº378/2003 com o objetivo de proporcionar a complementação educacional dos estudantes de ensino médio e superior, e o seu desenvolvimento profissional por meio da vivência na Companhia. O Voto DIRHU nº 12/2008, definiu o número de 32 vagas para estagiários na Sureg/MT, sendo que ao final do exercício 2012, constava com 32 estagiários de nível superior, distribuídos nas áreas meio e fim.

Quadro 11.12 – Composição do Quadro de Estagiários

Nível de Escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no Exercício (em R\$1,00)
	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre	
1. Nível Superior	32	31	30	32	261.618,54
1.1 Área Fim	17	16	16	13	
1.2 Área Meio	15	15	14	19	
2. Nível Médio	0	0	0	0	
2.1 Área Fim					
2.2 Área Meio					
3. Total (1+2)	32	31	30	32	

Fonte: Digeop/Sumoc

Custos associados à manutenção dos recursos humanos

No exercício 2012, observa-se que os custos com pessoal ficaram acima daqueles realizados nos anos anteriores, pois além do reajuste salarial (alínea “a”), outras verbas foram concedidas, nos seguintes parâmetros :

- Diferenças salariais referentes ao Acordo Coletivo de Trabalho 2011/2012, na folha de pagamento de Janeiro/2012, reajuste salarial de 8.5%, inclusive na Tabela de Gratificação de Função.
- A Companhia, administrativamente, passou a conceder a verba Anuênio incidindo sobre a gratificação incorporada de forma administrativa estendida também a dois casos judiciais, retroativa a data da concessão das mesmas, cujas diferenças salariais

- pagas em folha de pagamento.
- c) Concessão de 01 ou 02 níveis, dependendo de cada caso particular, a título de Promoção por Tempo de Casa aos empregados regidos pelo PCCS/2009, na folha de pagamento de Março/2012.
 - d) A Companhia administrativamente concedeu a venda de 1/3 do saldo da licença prêmios aos empregados, optantes, nas folhas de pagamento de novembro e dezembro.
 - e) A concessão pela Companhia de 05 níveis salariais (Promoção por Merecimento concedidas ao corpo funcional nos anos de 1994 (03 níveis) e 1995 (02 níveis) aos empregados beneficiados pela Lei da Anistia (Lei nº 8.878/1994), conforme decisão judicial proferida na ação coletiva RR 5564-41.2010.5.10.0000.

Do total de gastos com pessoal, apenas 3,2% das despesas são relativas a gastos com empregados do Quadro da Sureg-MT cedidos a outros Órgãos.

Quadro 11.13 – Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis (em R\$)						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provedimento em Comissão											
Exercícios	2010	5.835.844,34	-	-	-	340.269,00	1.271.218,74	-	326.081,28	-	7.773.413,36
	2011	6.212.617,04	-	-	-	408.905,00	1.230.583,26	-	-	-	7.852.105,30
	2012	7.133.594,52	-	-	-	596.563,00	1.314.557,70	-	181.119,22	-	9.225.834,44
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2010	302.235,32	-	-	-	-	125.583,14	-	11.880,80	-	439.699,26
	2011	333.879,57	-	-	-	-	126.875,38	-	-	-	460.754,95
	2012	387.811,39	-	-	-	-	142.416,02	-	8.959,77	-	539.187,18
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial (Assessores / Diretores / Jetons)											
Exercícios	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2010	2.873.604,10	-	1.364.524,88	-	79.612,00	429.953,60	-	208.713,40	-	4.956.407,98
	2011	4.100.850,36	-	1.499.094,10	-	89.647,00	550.634,14	-	47.620,06	-	6.287.845,66
	2012	4.547.254,24	-	1.698.005,88	-	8.374,00	556.356,02	-	127.842,82	-	6.937.832,96
Pensão Vitalícia											
Exercícios	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	13.426,56	13.426,56
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	13.836,56	13.836,56
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	14.770,56	14.770,56

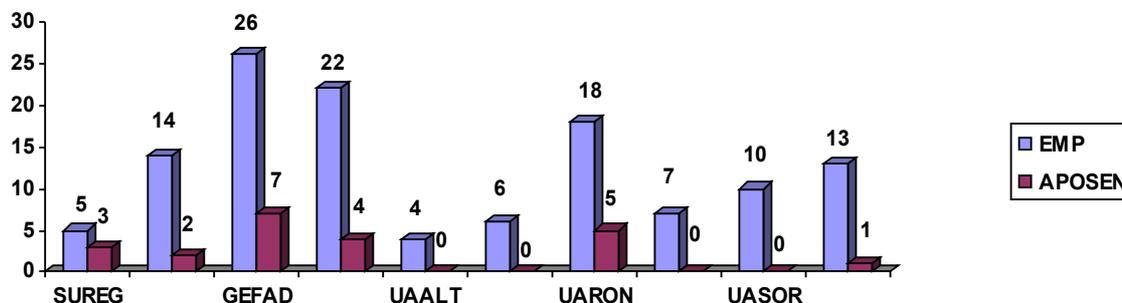
Fonte: Digepl/Sugep

No exercício de 2012, a Sureg-MT realizou quatro Rescisões de Contrato de Trabalho, decorrentes dos seguintes desligamentos: 02 óbitos, 01 dispensa a pedido (opção por acúmulo de cargo público) e 01 aposentadoria por invalidez.

Perspectivas de aposentadorias e estratégia de recomposição de pessoal

Do total de empregados, 22 já estão aposentados pelo Regime Geral da Previdência, representando 17,6%.

Gráfico 1 - Distribuição dos Empregados Aposentados



Fonte: Sureg-MT/SEREH

O quadro de pessoal da Sureg/MT é composto por 125 empregados dos quais, no exercício 2012, se aposentaram 02 empregados, aumentando para 22 o número de empregados aposentados pelo Regime Geral da Previdência. Assim dos 05 empregados lotados na Superintendência, 03 já se encontram aposentados; dos 14 empregados lotados na Gedes, 02 estão aposentados; dos 26 empregados lotados na Gefad, 07 já estão aposentados; dos 22 empregados lotados na Geope, 04 estão aposentados. Na UA Rondonópolis dos 18 empregados lotados, 05 estão aposentados. Dentre os empregados cedidos, apenas 01 está aposentado.

Perspectivas de Aposentadorias

Com base na análise do tempo de serviço efetivo na Companhia, a projeção dos empregados que cumprirão os requisitos para a habilitação à aposentadoria, no período compreendido entre os anos de 2013 a 2017, está disposta no quadro abaixo.

Quadro 11.14 – Perspectivas de Aposentadorias 2013 a 2017

FUNÇÕES	TOT (A)	APS (B)	(A-B)	2013	2014	2015	2016	2017
ASG/AJUDANTE GERAL	9	1	8					
ASG/ARMAZENISTA	7	0	7					
ASG/ARTÍFICE DE MANUTENÇÃO	2	1	1					
ASG/CONTÍNUO	1	1	0					
ASG/MECÂNICO DE MANUTENÇÃO	2	0	2					
ASG/MOTORISTA	1	1	0					
ASG/OP. DE MÁQ. E EQUIPAMENTOS	9	3	6	2(*)				
AAD/AUXILIAR ADMINISTRATIVO	1	0	1					
AAD/AUXILIAR DE OPERAÇÕES	12	1	11			1(*)		
AAD/AUX. DE RECURSOS HUMANOS	2	1	1					
AAD/AUX. DE REC. FINANCEIROS	2	0	2					
AAD/AUX. DE RECURSOS MATERIAIS	1	1	0					
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	14	0	14					
AUXILIAR FINANCEIRO	2	0	2					
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	4	0	4					
AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS	1	0	1					

AUXILIAR DE OPERAÇÕES	11	0	11		1(*)			
MOTORISTA	1	0	1					
ATA/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	5	2	3		1(*)			
ATO/ASSISTENTE DE OPERAÇÕES	6	2	4		1(*)			
ATA/ASSIST DE REC. FINANCEIROS	1	0	1					
ATO/CLAS. DE PROD. ORIG. VEGETAL	3	1	2					
ATO/TÉCNICO AGRÍCOLA	1	1	0					
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	3	1	2					
ASSISTENTE DE OPERAÇÕES	3	1	2					
ASSISTENTE DE REC HUMANOS	1	0	1					
TNS/ENGENHEIRO	1	1	0					
TNS/PROCURADOR	1	0	1		1(*)			
TNS/TÉCNICO DE OPERAÇÕES	3	1	2					
ANALISTA ADMINISTRATIVO	1	0	1					
ANALISTA DE CONTABILIDADE	2	0	2					
ANALISTA DE OPERAÇÕES	5	2	3					
ENGENHEIRO AGRONOMO	7	0	7					
TOTAL	125	22	103					

Fonte: Sureg-MT/SEREH

Legenda:

TOT (A) = número de empregados no cargo no exercício 2012

APS (B) = número de empregados aposentados no exercício 2012

(*) Os empregados completarão o tempo de contribuição pelas regras atuais do INSS, 30 anos para mulher e 35 para os homens. Nos dados apresentados não foi considerado o tempo de serviço prestado a outras empresas.

Quadro 11.15 – Distribuição de Empregados por Faixa Etária

		Tempo de Serviço									Total
		0 a 5	6 a 10	11 a 15	16 a 20	21 a 25	26 a 30	31 a 35	35 a 40	Mais de 40	
Faixa Etária	20 a 25	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	26 a 30	1	1	0	0	0	0	0	0	0	2
	31 a 35	0	2	0	0	0	0	0	0	0	2
	36 a 40	2	3	0	0	0	0	0	0	0	5
	41 a 45	0	5	4	0	2	2	0	0	0	13
	46 a 50	2	5	6	0	5	4	0	0	0	22
	51 a 55	2	7	5	3	5	12	10	0	0	44
	56 a 60	2	2	4	4	2	2	3	2	0	21
	61 a 65	0	0	4	1	0	0	1	0	1	7
	66 a 70	0	2	1	0	0	0	1	0	0	4
	Mais de 70	0	0	2	1	1	1	0	0	0	5
Total		9	27	26	9	15	21	15	2	1	125

Fonte: Folha de Pagamento/Siape

Estratégia de recomposição de pessoal

A Conab, no âmbito da Matriz, apresentou uma previsão para o estudo de implantação de um programa de Demissão Voluntária – PDV, no ano de 2013.

Os aposentados vêm permanecendo na Companhia, dada a insegurança vivenciada pela maioria, em razão de dois problemas básicos: a situação deficitária da Previdência Privada – CIBRIUS, que estava colocando em risco a sua solidez, e a não abrangência do SAS/Plano de Saúde aos aposentados desligados da Companhia. Some-se a isso a necessidade de a Conab em manter esta experiente mão-de-obra. Esses fatores estão sendo preponderantes para que o empregado, mesmo após cumprido o tempo de contribuição ou idade, possa usufruir da aposentadoria, o que poderá levar a Sureg-MT a permanecer com até 29 empregados já aposentados até 2015, representando mais de 23% do atual quadro de empregados (125).

A partir do ano de 2004 a Conab iniciou uma tentativa de recomposição de seu quadro, realizando 03 concursos públicos (2004, 2005 e 2012), dois redirecionando vagas para Matriz e Regionais, mas em 2012 as vagas foram específicas para a Matriz, impossibilitando que fossem atendidas as reiteradas solicitações das Regionais. No caso desta UJ, podemos citar como exemplo um dos documentos elaborados pela Sureg-MT, em que consta a necessidade premente da recomposição do quadro de pessoal, a saber: Panorâmica das Atividades, da Estrutura e dos Problemas mais relevantes da Conab/Sureg-MT.

Assim, para suplementar e oxigenar o contingente de pessoal da Sureg-MT, que tem perspectiva de maiores reduções, conseqüentes de possíveis adesões a PDVs e de demissão, inclusive por aposentadorias, a Companhia haverá que se valer de novas contratações, com aproveitamento do último concurso ou com um novo certame.

Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços

Os quadros a seguir apresentam de forma detalhada a formação do quadro de mão de obra terceirizada que tiveram vigência no exercício de 2012.

a) Limpeza e Conservação - A contratação dos serviços de limpeza e Conservação no âmbito desta Superintendência, firmada em 17/11/2008, com a empresa Sul América prestadora de Serviços Ltda, mediante Pregão Eletrônico Conab/Sureg-MT N° 008/2008, visa proporcionar aos usuários um ambiente adequado, no que diz respeito a limpeza, conservação, higienização e asseio das instalações do prédio Sede desta Regional, nesta Capital. Os serviços são executados por duas serventes de limpeza, obedecendo a produtividade de acordo com a área demandada, com jornada de 08 horas para cada servente, nos termos do Art.. 44 da IN n° 02 de 30/04/2008.

b) Vigilância - A contratação dos serviços de Vigilância Armada e Ostensiva para esta Regional, visa proporcionar segurança física dos materiais, dos equipamentos, das instalações, das edificações, dos veículos e maquinários, dos funcionários e clientes das Unidades Armazenadoras e Sede da Superintendência da Conab no Estado de Mato Grosso. O contrato firmado com a empresa FORTESUL - Serviços Especiais de Segurança e Vigilância Ltda, em 01/03/2007, teve a duração de sessenta meses e foi prorrogado em caráter excepcional, conforme previsão Legal Art. 57, Paragrafo 4° da Lei 8.666/93, pois o procedimento licitatório da nova contratação não tinha sido ultimado. Com o resultado do novo procedimento licitatório foi contratada a empresa Pantanal Vigilância e Segurança Ltda, a partir de 16/06/2012.

Quadro 11.16 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Nome: Companhia Nacional de Abastecimento – Superintendência Regional de Mato Grosso															
UG/Gestão: 135209 – 22211										CNPJ: 26.461.699/0003-42					
Informações sobre os contratos															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigidos dos trabalhadores contratados						Sit.	Quantidade de Trabalhadores	
					Início	Fim	F		M		S			P	C
							P	C	P	C	P	C			
2008	L	O	005/2008	01.424.685/0001-66	17/11/08	16/11/13		F					A	2	2
2007	V	O	002/2007	02.576.238/0003-57	01/03/07	15/06/12		F					E	28	28
2012	V	O	012/2012	08.282.957/0001-80	16/06/12	15/06/13		F					A	28	28

Observações:
 Legenda: Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
 Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
 Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
 Situação Contratual: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado/(E) Encerrado
 Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente Contratada

Fonte: Sureg/MT/Gefad/Setad

Para prestação de serviços com locação de mão-de-obra, no exercício de 2012, foi mantido contrato vigente para mão-de-obra de menor aprendiz, estagiários e braçagistas:

a) Menor Aprendiz - A Lei 10.097 de 19/12/2000, determina a obrigatoriedade de contratação de jovens trabalhadores na modalidade aprendiz, previsto no art.429 da CLT, sendo a cota fixada de no mínimo 5% e no máximo 15% do total de empregados cujas funções demandem formação profissional (conforme CBO) em cada estabelecimento, sendo excluída as funções que demandam para seu exercício, habilitação profissional de nível técnico ou superior, ou ainda, as funções que estejam caracterizadas como cargos de direção, de gerência ou de confiança.

A Companhia desde o ano de 2010, face as notificações/autuações por parte da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em diversas Regionais, inclusive a de Mato Grosso, buscou a contratação da empresa que gerenciasse a preparação, capacitação e disponibilização de jovens aprendizes em todo o Brasil, todavia o certame à época não logrou êxito.

A efetiva implementação do Programa Jovem Aprendiz no âmbito da Conab, que é da competência da Matriz/Sumoc (Superintendência de Modernização e Capacitação), ocorreu apenas no exercício 2012, com a contratação da empresa RenApsi – Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração, visando a execução dos serviços de recrutamento, seleção, contratação, capacitação e disponibilização de 169 jovens aprendizes em Brasília e nas Superintendências Regionais. Na Sureg/MT o Programa Jovem Aprendiz foi implantado em julho/2012, com a contratação de 03 (três) menores.

Por determinação da Matriz, face ao não cumprimento de cláusulas contratuais, o contrato com a empresa Renapsi foi rescindido unilateralmente em 28/12/2012.

b) Estagiário - A Lei 11788 de 25/09/2008, trata sobre o estágio de estudantes, em seu art.9º dispõe que as pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, podem oferecer estágio.

O Programa de Estágio da Conab tem por objetivo contribuir para a formação profissional do estudante, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na Instituição de Ensino e é

efetuado por intermédio da contratação de um Agente de Integração. Em conformidade com o Voto DIRHU nº 12 de 07/08/2008 são destinadas 32 vagas de estágio para a Sureg/MT, a seleção do educando para a participação no Programa de Estágio é motivada pela identificação da demanda no âmbito da Sureg/MT.

O agente de integração vencedor do Pregão Eletrônico 02/2012 foi a empresa Usina de Talentos, Treinamento e Desenvolvimento Profissional Ltda, que realiza o intercâmbio entre a Sureg/MT e as instituições de ensino e efetua os serviços de recrutamento, pré-seleção, encaminhamento, acompanhamento e pagamento aos estudantes.

c) Braçagistas - A prestação dos serviços de braçagem, no âmbito desta Regional, visa o atendimento as demandas de movimentação de carga e descarga dos produtos agropecuários e de prestação de outros serviços que lhe sejam correlatos e complementares, no interior das unidades armazenadoras, sob a jurisdição da Superintendência Regional no Estado de Mato Grosso. Trata-se de um serviço de mão-de-obra prestado de forma contínua, pois na Região ocorre duas safras nos períodos de janeiro a maio (1ª safra) e junho a agosto (2ª safra) e durante os meses de setembro a dezembro ocorre a expedição (remoção e vendas), além de necessidade constante de recebimento e entrega de produtos de terceiros depositados nos armazéns. A contratação firmada com a empresa Deusdete Irineu da Silva -ME, mediante procedimento licitatório, na modalidade de Pregão Eletrônico Conab/Sureg-MT nº 001/201, iniciou-se em 01/02/2012.

Quadro 11.17 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante														
Nome: Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB – Superintendência Regional de Mato Grosso														
UG/Gestão: 135209/22211							CNPJ: 26.461.699/0003-42							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2012	11	O	001/2012	07.312.777/0001-70	31/01/12	28/12/12			2	2				E
2012	12	O	007/2012	01.711.278/0001-38	02/05/12	01/05/13			2	2				A
2012	12	O	004/2012	13.016.577/0001-33	01/02/12	28/02/13								

Observações:

<p>LEGENDA Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis; 9. Manutenção de bens imóveis; 10. Brigadistas; 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; 12. Outras</p>	<p>Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p>
--	--

Fonte: Sureg/MT/Gefad/Setad

Quadro 11.18 – Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

Nome do Indicador: Percentual de realização de exames médicos periódicos	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Demonstrar o cumprimento das Normas Regulamentadoras. Acompanhar a realização do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional-PCMSO.	80,80	64,89	55,04
Fórmula de cálculo e método de medição: $(ASOem/QLex)*100$, onde: ASOem= nº de Atestados de Saúde Ocupacional emitidos e QLex=Quadro de lotação em exercício			
Análise: A Sureg/MT não dispõe de serviço médico/laboratorial para a realização dos exames periódicos, utilizando para o cumprimento os prestadores credenciados ao Serviço de Assistência à Saúde, o que compromete o cumprimento da meta definida.			
Nome do Indicador: Percentual de empregados com nível superior	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Identificar a evolução desse grupo no conjunto do corpo funcional da Companhia	20,80	16,03	16,28
Fórmula de cálculo e método de medição: $(ENs/QLex)*100$, onde: Ens= Empregados com Nível superior e QLex=Quadro de lotação no exercício.			
Análise: Do total de empregados da Sureg/MT, 26 empregados possuem nível superior e 11 empregados são pós graduados (especialização) e 01 empregado com mestrado.			

11.6. Acúmulo de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Os empregados da Conab quando de sua admissão, declaram, por meio de formulário específico, se possuem cargo, emprego ou função pública. Cabe ao empregado comunicar a alteração em sua situação funcional ao setor competente, preenchendo novo formulário para análise.

No exercício 2012, houve um caso de acúmulo de cargo, em que o empregado optou pelo desligamento da Companhia.

11.7. Previdência Complementar (Cibrius)

Todos os atos de gestão, controle e acompanhamento da entidade de previdência complementar patrocinada pela Conab, são realizados no âmbito da Conab/MATRIZ e serão objeto de avaliação pelo órgão central de Controle Interno (CGU-Brasília).

Quadro 11.19 – Identificação da Unidade (Entidade)

Nome	CIBRIUS
Razão Social	Instituto Conab de Seguridade Social –CIBRIUS Entidade Fechada de Previdência Privada, sem fins lucrativos, constituída pela Conab (Patrocinadora-Principal) em 08 de março de 1979, sob a forma de sociedade civil.
CNPJ	00.531.590/0001-89
Endereço	SCHGN 706/7 Bloco D nº 42 – Brasília-DF-70740-704 – www.cibrius.com.br
Plano de Benefícios	Plano de Benefício Definido–Registrado no CNPB sob o n.º 19.790.007-19

Os recursos que a Entidade dispõe para seu funcionamento são representados por contribuições das patrocinadoras, dos participantes, dos assistidos e dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos.

Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes – 2012 (com valores referentes ao mês de competência)

A Contribuição Normal dos Participantes é a vertida mensalmente mediante o

recolhimento de um percentual do Salário de Participação referido nos §§ 3º e 4º do artigo 34, a ser anualmente fixado no Plano de Custeio referido no artigo 53 do Regulamento do Plano de Benefícios do CIBRIUS. No exercício de 2012 a quantidade de Participantes Ativos da SUREG-MT foi de 44 (quarenta e quatro) empregados, cujo valor total anual de contribuições foi R\$ 361.637,08, representando um percentual de participação de 2,86% em relação à quantidade de Participantes Ativos e 2,38% de Contribuição anual da Conab Nacional que foram, respectivamente, 1.539 e R\$ 15.179.741,18.

Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora Conab – 2012 (com valores referentes ao mês de competência) Fonte Siafi/Sisdre contas Contábeis [331900703](#) e [331900701](#)

A Contribuição Normal da Patrocinadora é a vertida mensalmente mediante o recolhimento de percentuais da folha de remuneração de todos os seus empregados e dirigentes que estejam inscritos neste PLANO, devendo esta ser paritária com a Contribuição Normal dos Participantes. No exercício de 2012 a quantidade de Participantes Ativos da SUREG-MT foi de 44 (quarenta e quatro) empregados, cujo valor total anual de contribuições paritárias efetuadas pela Patrocinadora foi R\$ 361.612,96, representando um percentual de participação de 2,86% em relação à quantidade de Participantes Ativos e 2,38% de Contribuição paritária anual da Conab Nacional que foram, respectivamente, 1.537 e R\$ 15.173.095,79.

Demonstrativo do valor pago de benefícios pelo CIBRIUS

A Entidade tem como objetivo principal conceder aos seus participantes, empregados das patrocinadoras, na forma da legislação e do regulamento do plano, a suplementação de benefícios previdenciais, por meio de um Plano de Benefício Definido. Os benefícios assegurados estão discriminados no Art. 33 do Regulamento do Plano de Benefícios do CIBRIUS e abrangem: I – Suplementação de Aposentadoria por invalidez; II – Suplementação de Aposentadoria por idade; III – Suplementação de Aposentadoria por tempo de contribuição; IV – Suplementação da Aposentadoria especial; V – Suplementação do Auxílio Doença; VI – Suplementação da Pensão por morte; VII – Pecúlio por morte; VIII – Suplementação do Abono anual; IX – Benefício Decorrente do Benefício Proporcional Diferido e X – Benefício Adicional Decorrente da Portabilidade.

No exercício de 2012 foram atendidos no âmbito da SUREG-MT 24 (vinte e quatro) Participantes Assistidos com total anual de benefícios pagos de R\$ 294.507,37, representando um percentual de participação de 1,82% em relação à quantidade de Participantes Assistidos e 1,29% de benefícios pagos anual da Conab Nacional que foram, respectivamente, 1.317 e R\$ 22.824.464,73.

Resultado financeiro do CIBRIUS (objeto de avaliação pelo órgão central de Controle Interno (CGU-Brasília)).

**Quadro 11.20 – Rentabilidade por Segmento e Carteira Geral
Plano de Benefício Definido – Dezembro 2012**

RENDA FIXA			
Rentabilidade			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		0,91%	15,51%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Meta de Rentabilidade	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Benchmark	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Resultado			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		0,42%	8,66%
Rentabilidade x Meta de Rentabilidade		-0,32%	2,61%
Rentabilidade x Benchmark		-0,32%	2,61%

RENDA VARIÁVEL			
Rentabilidade			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		4,35%	10,60%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Meta de Rentabilidade	INPC + 11% a.a	1,62%	17,92%
Benchmark	IBr-X	5,05%	11,84%
Resultado			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		3,84%	4,04%
Rentabilidade x Meta de Rentabilidade		2,69%	-6,20%
Rentabilidade x Benchmark		-0,66%	-1,10%

INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS			
Rentabilidade			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		28,35%	130,70%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Meta de Rentabilidade	INPC + 4% a.a	1,07%	10,45%
Benchmark	INPC + 4% a.a	1,07%	10,45%
Resultado			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		27,73%	117,02%
Rentabilidade x Meta de Rentabilidade		27,00%	108,86%
Rentabilidade x Benchmark		27,00%	108,86%

IMÓVEIS			
Rentabilidade			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		0,41%	27,92%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Meta de Rentabilidade	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Benchmark	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Resultado			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		-0,08%	20,33%
Rentabilidade x Meta de Rentabilidade		-0,81%	13,65%
Rentabilidade x Benchmark		-0,81%	13,65%

OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES			
Rentabilidade			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		1,58%	16,46%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Meta de Rentabilidade	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Benchmark	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Resultado			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		1,09%	9,55%
Rentabilidade x Meta de Rentabilidade		0,34%	3,45%
Rentabilidade x Benchmark		0,34%	3,45%

CARTEIRA GERAL			
Rentabilidade			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		1,53%	16,76%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Benchmark	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Resultado			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		1,04%	9,84%
Rentabilidade x Benchmark		0,30%	3,72%

Fonte: Carta/Cibrius/Sup/n.º 007, de 29/01/2013

Fonte: Carta/Cibrius/Sup/n.º 007, de 29/01/2013.

Os resultados da Carteira Geral alcançaram 9,84% em relação a meta atuarial de TR+6% dentro de um cenário de uma TR abaixo de 1% e 3,72% quando comparados com INPC+6%.

Demonstrativo da Posição das aplicações do CIBRIUS (objeto de avaliação pelo órgão central de Controle Interno (CGU-Brasília).

Os Recursos Patrimoniais da Entidade são aplicados no estrito cumprimento de Políticas de Investimentos elaboradas e executadas na forma preconizada pela Resolução CMN n.º 3.792 de 24/09/2009 (estabelece as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios das EFPC e revoga a Resolução nº 3.456), alterações posteriores e demais instruções e resoluções dos órgãos regulador e fiscalizador das Entidades Fechadas de Previdência Privada, em consonância com as Leis Complementares nºs 108 e 109/2001.

Análise das conclusões do Parecer Atuarial Anual do CIBRIUS (objeto de avaliação pelo órgão central de Controle Interno (CGU-Brasília).

Analisando o parecer Atuarial da lavra da ATU-VERITA – Assessoria e Consultoria Atuarial, sobre o Plano de Benefícios em âmbito nacional, depreende-se que:

- em decorrência da NÃO contratação de dívidas e a não amortização das insuficiências o custo do serviço passado a amortizar AUMENTOU, de 255,54% para 294,08% sobre “folha de salários de participação dos ativos;
- em razão de alterações de hipóteses atuariais, o custo normal do plano para o exercício seguinte passou de 17,47% pra 19,93 sobre o total da folha de salários dos participantes, representando um aumento de 2,46%.
- a atualização das provisões matemáticas mediante aplicação do índice do plano (TR acrescida da taxa de juros de 6% aa.) apresenta descompasso em relação à meta atuarial ou ao reajuste (crescimento) dos salários dos participantes ativos, cujas negociações coletivas asseguram, no mínimo, a inflação do período medida pelo IPCA ou INPC;
- o grupo de custeio está exposto a riscos atuariais (risco de sobrevivência e retorno dos investimento; crescimento real de salário; oscilação da média dos últimos 36 salários de participação que formam o SRB, além do teto que limita os salários de contribuição; risco do índice indexador do plano; redução do grupo pela falta de ingresso de novos participantes e consequente envelhecimento da massa de participantes e, maior esforço contributivo para fazer frente aos gastos administrativos; considerando os atuais 829 iminentes como se já estivessem aposentados, a maturidade do plano já está em seu grau máximo de capitalização, com índice de despesas previstas para o próximo ano de 344% das receitas de contribuição e caso o plano não tenha adesão de novos participantes, o patrimônio da Entidade se apresenta em fase de declínio; além de riscos devido a fatos estruturais, a atual situação do plano quanto a reservas a amortizar, risco pelo atual grau de capitalização do plano com cobertura das Reservas, sendo que os Benefícios a Conceder a cobertura corresponde a apenas 28% das reservas matemáticas, ou seja, no momento o plano está insolvente.);
- o déficit técnico deve ser equalizado observando o valor apurado em 31/05/2000, R\$ 282.032.218,17, devidamente atualizado (INPC + 6%) devendo ser alterado o índice de correção dos benefícios concedidos por um índice que efetivamente represente a inflação, como também a aplicação de outro regime financeiro de capitalização, vez que o Crédito Unitário Projetado (PUC) tem perspectiva de evolução crescente de taxa de custeio, caso o plano não tenha ingresso de novos participantes;

Por conseguinte, sob pena de agravamento da situação de insolvência e em face do envelhecimento da massa, redução do grupo e da restrição de ingresso de novos participantes, o equacionamento das insuficiências se reveste de caráter prioritário, exigindo medidas efetivas e diligentes dos Gestores do Cibrius e da Conab quanto ao encaminhamento/ajustamento das posições da STN, já manifestada em Nota Técnica e, por outro lado do DEST, que até o encerramento do exercício não havia se manifestado formalmente, embora tenha participado de reuniões sobre o assunto.

Cabe acrescentar contudo, que por meio da Nota Técnica n.º 48/CGINP-MP, de 07/02/2013, o DEST se manifestou nos seguintes termos:

Item 27 - “Considerando que este Departamento, permanentemente, tem participado da condução do assunto em tela junto a STN/MF e, portanto, concordando com os encaminhamentos exarados em Nota Técnica daquele órgão, reafirmamos a necessidade de se promover a solução de consenso, até aqui debatida e acordada entre todos os órgãos envolvidos, quais sejam: DEST, STN, MAPA, PREVIC, Conab e CIBRIUS, cuja finalidade, até o momento, foi evitar nova intervenção e possível liquidação do plano, quais sejam:

- a) fechamento imediato do atual plano de benefício;*
- b) implantação imediata de novo plano;*
- c) saldamento do atual plano, respeitando os limites exarados nesta Nota;*
- d) contratação do valor de responsabilidade exclusiva da Conab no prazo a ser acordado junto a Previc e a taxa de juros não superior a meta-atuarial vigente; e*
- e) providências visando redução de custo administrativo, considerando a hipótese de transferência de gerenciamento dos planos de benefícios e extinção do Cibrius.”*

Item 28 - “Assim, sugerimos que este Departamento se manifeste favoravelmente ao encaminhamento dado pela STN/MF e corroborado nesta Nota Técnica, oficiando o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, para as providências cabíveis.” Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, para as providências cabíveis.”

A referida Nota Técnica foi aprovada pelo titular do citado Departamento, encaminhada à Conab por intermédio do MAPA, encontrando-se, no momento (mai/13), em fase de estruturação/formalização dos instrumentos legais, com vistas a aprovação dos órgãos colegiados da EFPC e da Patrocinadora Conab e posteriormente à PREVIC para ratificação.

Considerando os encaminhamentos e providências adotadas, o assunto deverá ser equacionado em 2013 e os problemas solucionados.

12. PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO, PATRIMONIAL, FINANCEIRO E CONTÁBIL

12.1. Programas e Ações do PPA

Para efeito de programação e execução orçamentária, as atividades desenvolvidas pela Sureg-MT estão inseridas em 3 programas do PPA, distribuindo-se em 14 Ações.

Essas ações foram estabelecidas pela MATRIZ, a qual é responsável pela coordenação e acompanhamento, restando a Sureg-MT apenas a execução operacional da parte que lhe cabe observando os Normativos da Companhia.

A falta de metas em várias Ações, deve-se ao fato de que efetivamente não foram estabelecidas metas individuais para a Sureg-MT.

Quadro 12.1 – Ações orçamentárias da UJ

Programa / Órgão Resp	Objetivo	Iniciativa	Ação	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
					Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
2014 (MAPA)	0350	0113	2130 - Formação de Estoques	Prod Adquirido(t)	1.287.120	-	302.500.000,00	41.681.640,79
		011F	2829 - Recuperação da Rede Própria	Unid Modernizada	5	5	7.664.856,26	52.248,48
		0119	2137 - Fiscalização dos estoques	Fisc realizada	215	356	200.000,00	103.227,00
		010Y	4702 - Cadastro de Armazéns	Unid cadastrada	50	65	20.000,00	19.710,76
	0623	02F5	4711 - Pesquisa de Safras	Pesq realizada	12	12	60.000,00	48.434,70
		02F9	8579 - Geração de Informações	Inform disponib	-	-	0,00	7.158,50
2105 (MAPA)	Não tem	Não tem	20TP - Pagamento de Pessoal Ativo	Não tem	Não tem	Não tem	3.700.000,00	3.626.678,35
			2000 - Administração da Unidade	Não tem	Não tem	Não tem	3.500.000,00	3.149.163,82
			2004 - Assistência Médica	Pessoa benef	440	435	800.000,00	774.308,51
			2011 - Auxílio-Transporte	Servidor benef	130	143	15.000,00	12.797,91
			2012 - Auxílio-Alimentação	Servidor benef	123	125	730.000,00	729.306,06
			4572 - Capacitação de Servidores	Servidor benef	80	69	30.000,00	22.441,76
0901 (SMJ)	Não tem	Não tem	0022 - Cumprimento de Sentenças	Não tem	Não tem	Não tem	450.000,00	420.062,99
			00H2 - Pgto Depósitos Recursais	Não tem	Não tem	Não tem	208.500,00	208.433,36

Fonte: Diafi/Supor/Geare e Siafi

12.1.1 – (2130) - Formação de Estoques Públicos

➤ Tipo: Atividade

➤ Finalidade: Tem como objetivo executar a política governamental de intervenção no mercado, para garantir o preço e a renda do produtor, formar os estoques públicos e regular o abastecimento interno.

➤ Descrição: Operacionalização dos instrumentos de intervenção definidos pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), como Aquisição do Governo Federal-AGF e Contrato Público de Opção de Venda, retirando o excedente do mercado no

momento da safra, formando estoques reguladores e estratégicos, utilizando-os para o abastecimento, inclusive permitindo ou promovendo o acesso de compradores de pequeno porte (avicultores, suinocultores, agroindústrias e moinhos coloniais), realizando despesas operacionais financeiras e tributárias decorrentes das operações de compra e venda e manutenção dos estoques públicos de produtos agropecuários.

➤ Unidade responsável pelas decisões estratégicas: SPA/MAPA e Companhia Nacional de Abastecimento – Conab

Para a realização das atividades correlatas aos estoques públicos a LOA/2012 consignou, para a Conab, meta financeira prevista de R\$ 2.083.000.000,00 (fonte 0160) e meta física de 4.152.000 toneladas de produtos agrícolas. Enquanto que, para a SUREG/MT, foram consignados R\$ 302.500.000,00 (fonte 0160), representando 14,52% e meta física de 1.287.120 toneladas.

No exercício de 2012, os produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM, apresentaram preços equilibrados, ou seja, igual ou acima dos preços mínimos fixados, fato que resultou na não intervenção do Governo. Dessa maneira, não ocorreram aquisições de produtos vinculados a PGPM na Conab/Sureg-MT.

Quadro 12.2 – Formação de Estoques Públicos (2130)

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	SUREG/MT	
Dotação Orçamentária Inicial	2.083.000.000,00	302.500.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	-	-	-
Dotação Final	2.083.000.000,00	302.500.000,00	14,52
Execução Orçamentária	650.133.055,28	41.681.640,70	6,41
Índice	31,21	13,78	-
Meta Física (ton.)	4.152.000	-	0
Execução Física	561.693	-	0
Índice	13,53	-	-

Fonte: Siafi

Importante salientar que, com relação ao valor da meta financeira realizada, o montante de R\$ 41.681.640,79 representa 6,41% do total executado pela Conab (R\$ 650.133.055,28). Esse valor foi aplicado no carregamento/manutenção dos estoques públicos de produtos agropecuários já existentes e que encontram-se armazenados, sendo gasto nessa atividade o montante de R\$ 38.947.900,80, isto é 93,44% da execução orçamentária da Sureg-MT.

Quadro 12.3 – Demonstrativo de Despesas na Formação de Estoques Públicos

CONTA CONTABIL	PGPM	OPÇÃO	TOTAL	Participação %
CAPATAZIA, ESTIVA, BRACAGEM E PESAGEM	59.250,89	541.756,26	601.007,15	1,44
EMBALAGENS	607.948,65	0,00	607.948,65	1,46
ARMAZENAGEM	9.603.726,70	29.344.174,10	38.947.900,80	93,44
COMISSOES E CORRETAGENS	102.315,15	277.532,17	379.847,32	0,91
IMP.CIRC.MERCADORIAS E SERVICOS-ICMS	675.370,16	7.830,00	683.200,16	1,64
SERVICOS DE TERCEIROS	56.065,38	12.506,21	68.571,59	0,16
ANALISES LABORATORIAIS	72.134,85	320.989,38	393.124,23	0,94
TAXAS E PEDAGIOS	35,66	5,23	40,89	0,00
	11.176.847,44	30.504.793,35	41.681.640,79	-

Fonte: Siafi

12.1.2 - (2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns

- Tipo: Atividade
- Finalidade: A Ação visa manter a rede armazenadora própria em condições técnicas ideais para a guarda, conservação, comercialização e distribuição dos produtos agropecuários.
- Descrição: Manutenção e modernização da rede armazenadora; aquisição, recuperação e adequação de imóveis, máquinas e equipamentos e a informatização das unidades, observada a legislação vigente e os requisitos e exigências do Sistema Nacional de Certificação das Unidades Armazenadoras.
- Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB

No quadro seguinte, estão informados os dados remetidos pela Matriz com relação as metas e a dotação orçamentária prevista tanto no âmbito nacional como para a Sureg-MT.

Quadro 12.4 – Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	SUREG/MT	
Dotação Orçamentária Inicial	14.000.000,00	7.664.856,26	54,75
Suplementação/Cancelamento	-	-	-
Dotação Final	14.000.000,00	7.664.856,26	54,75
Execução Orçamentária	1.324.761,10	52.248,48	3,94
Índice	9,46	0,68	-
Meta Física (Unid.)	71	5	7,04
Execução Física	81	5	6,17
Índice	114,08	100,00	-

Fonte: Siafi

Com relação à execução desta Ação, ainda que seu percentual de execução da meta física tenha sido de 100%, devido à restrição orçamentária, muitos processos de reforma apresentados à área responsável pela autorização – SUARM, não foram aprovados, o que resultou no baixo índice de desempenho da meta financeira. Além desse entrave, o descumprimento contratual para a obra de complementação da pavimentação asfáltica do pátio da UA Rondonópolis pela contratada, no valor de R\$1.239.150,83, impactou no cumprimento da meta financeira, conforme comentado no item 7.1 (Análise sobre a situação dos armazéns utilizados pela Conab), alínea “a” (Principais problemas).

12.1.3 - (2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários

- Tipo: Atividade
- Finalidade: Visa a promover a periódica fiscalização, o acompanhamento e a avaliação quanto à integridade dos estoques públicos de produtos agropecuários e a inspeção das condições técnico-operacionais das unidades armazenadoras depositárias. E objetiva realizar, também, a inspeção e o acompanhamento das operações referentes aos diversos instrumentos de garantia e sustentação de preços de produtos agropecuários, averiguando o fiel cumprimento da finalidade das operações, das exigências regulamentares e dos normativos vigentes.

➤ Descrição: Realização, *in loco*, de fiscalização prévia à formalização das operações de formação de estoques públicos ou sistemática durante o período de armazenamento, para a avaliação das condições qualitativas e quantitativas dos produtos e das condições técnicas, cadastrais e operacionais dos armazéns e proceder o registro e a notificação dos fatos irregulares, em consonância com as exigências contratuais estabelecidas e as rotinas padronizadas adotadas para a execução das atividades. As operações de Garantia e Sustentação de Preços na comercialização de produtos agropecuários serão inspecionadas em relação à conformidade da documentação comprobatória exigida pelos normativos, regulamentos e avisos específicos para os diversos instrumentos; e também quanto ao cumprimento da finalidade da operação por parte dos segmentos envolvidos e ainda sobre a capacidade produtiva por parte dos beneficiários.

➤ Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB

A meta física para a Conab aprovada na LOA/2012 previa a fiscalização de 3.100 unidades, sendo consignada dotação orçamentária de R\$ 3.224.000,00. Para a SUREG/MT foi consignado R\$ 200.000,00 como meta financeira para atendimento de meta física prevista de 215 fiscalizações.

Durante 2012, na área de jurisdição da SUREG/MT foram realizadas 356 fiscalizações, que representaram a execução de 165% da previsão para Mato Grosso e representando cerca de 6,58% de todas as fiscalizações executadas pela Companhia.

Quadro 12.5 – Fiscalização de Estoques Públicos

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	SUREG/MT	
Dotação Orçamentária Inicial	3.224.000,00	200.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	-	-	-
Dotação Final	3.224.000,00	200.000,00	6,20
Execução Orçamentária	1.565.910,08	103.227,00	6,59
Índice	48,57	51,61	-
Meta Física (Fisc. realizada)	3.100	215	6,94
Execução Física	5.410	356	6,58
Índice	174,52	165,58	-

Fonte: Siafi

Importante observar que foram adotadas medidas que resultaram em redução de custos na ordem de 48,3% do total da dotação e redução do custo unitário de cada unidade fiscalizada na ordem de 68,8%, caindo do previsto de R\$930,23 para R\$289,96. Tais medidas referem-se principalmente à redução de equipes nas operações programadas no calendário anual, face ao menor número de armazéns com estoques e, para fiscalizações eventuais e emergenciais foram adotada medidas para aproveitamento de pessoal que já se encontrava em campo para desenvolvimento de outras atividades, resultando em redução de gastos de diárias, locação de veículos, passagens aéreas e combustível.

12.1.4 - (4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras

- Tipo: Atividade
- Finalidade: Formar, manter e administrar o Cadastro Nacional das Unidades Armazenadoras.
- Descrição: Realização de Censo Nacional de Unidades Armazenadoras e a administração e atualização do banco de dados sobre a capacidade de armazenagem.
- Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB

Em decorrência das mesmas restrições orçamentárias citadas na Ação 2829, esta Superintendência buscou utilizar, nos atendimentos para novos cadastramentos, empregados que estivessem em campo nas operações de fiscalização e empregados de UA para atendimento de solicitações de vistoria para cadastramentos que fossem na mesma localidade, evitando dessa forma pagamentos de diárias e custos de deslocamentos.

Dessa maneira, conseguimos ampliar de 50 para 65 a quantidade de cadastramento ou solicitações de revisões e alterações nas capacidades estáticas dos armazéns, representando uma execução de 130% da Ação, sem que ocorresse o aumento da meta financeira, que teve, ao final do exercício, uma economia de 1,44%.

Quadro 12.6 – Cadastro de Armazéns

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	SUREG/MT	
Dotação Orçamentária Inicial	600.000,00	20.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	-	-	-
Dotação Final	600.000,00	20.000,00	3,33
Execução Orçamentária	381.854,23	19.710,76	5,16
Índice	63,64	98,55	-
Meta Física (Fisc. realizada)	5.000	50	1,00
Execução Física	5.387	65	1,21
Índice	107,74	130,00	-

Fonte: Siafi

12.1.5 - (4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras

- Tipo: Finalístico.
- Finalidade: Esta Ação tem como objetivo subsidiar a formulação da política agrícola, avaliando o desempenho das culturas do plantio até a colheita e o balanço de oferta e demanda dos produtos amparados pela PGPM, permitindo a tomada de decisões pelo setor público e privado, de forma ágil, transparente, imparcial e segura.
- Descrição: Durante o ano-safra a Conab realiza doze pesquisas, sendo seis de campo intercaladas por outras seis realizadas à distância (por telefone, internet, geoprocessamento etc). No caso de ocorrências de situações climáticas anormais devem ser realizadas pesquisas de campo nas áreas afetadas.
- Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Diretoria de Política Agrícola e Informações – DIPAI

No ano de 2012, foram realizados os 6 Levantamentos de Safras previstos, porém foi atingido apenas 80,7% da meta financeira realizada em relação à prevista. Isso pode ser justificado pelo fato de que em alguns levantamentos não foram realizados os 6 roteiros propostos. Por se tratar de meta financeira, no momento da estimativa, foi considerada a possibilidade de ocorrência de eventualidade.

Quadro 12.7 – Pesquisa de Acompanhamento e Avaliação de Safra

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	SUREG/MT	
Dotação Orçamentária Inicial	1.500.000,00	60.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	-	-	-
Dotação Final	1.500.000,00	60.000,00	4,00
Execução Orçamentária	1.067.542,21	48.434,70	4,54
Índice	71,17	80,72	-
Meta Física (Fisc. realizada)	12	12	100,00
Execução Física	12	12	100,00
Índice	100,00	100,00	-

Fonte: SIAFI

A Regional desenvolveu trabalhos de Levantamento de Safra de Grãos e Cana-de-açúcar, mediante pesquisa de campo.

Os Levantamentos de Safras Agrícolas, atividade que vem sendo desenvolvida regularmente pela Conab/Sureg-MT, desde a sua criação, fornecem dados estatísticos de área, produção e produtividade dos principais grãos e fibras que compõem a safra agrícola nacional, provendo o Governo de informações sobre a evolução dos produtos agrícolas destinados ao consumo humano, animal e industrial, obedecendo a um calendário divulgado previamente para cada ano-safra.

Como ano-safra entende-se o intervalo de tempo entre o início do plantio, a colheita e o fim da comercialização (12 meses), que melhor agrega o ciclo de cada produto, não sendo necessariamente coincidente com o ano civil.

Durante o ano-safra a SUREG-MT realiza doze pesquisas, sendo seis de campo intercaladas por outras seis realizadas à distância. No caso de ocorrências de situações climáticas anormais são realizadas pesquisas de campo nas áreas afetadas. Para o levantamento das informações foram estabelecidos 6 roteiros nas principais zonas produtoras de grãos no Estado de Mato Grosso.

Após a coleta de dados pela SUREG-MT e a consolidação pela Matriz, o resultado é divulgado pelo MAPA, juntamente com a Conab, e disponibilizado em meio eletrônico (Internet – com versões em português, inglês e espanhol) e publicações técnicas.

Como resultado final dos levantamentos, o resumo das informações dos principais produtos da região agrícola sob jurisdição da Sureg-MT, a título de registro, compõem o quadro seguinte.

**Quadro 12.8 - Demonstrativo da Área Plantada e da Produção Agrícola –
Safrs 2011/12 e 2012/13**

Produto	Área (Em mil ha)			Produção (Em mil t)		
	Safrs		Varição	Safrs		Varição
	2011/12 (a)	2012/13 (b)	% (b/a)	2011/12 (a)	2012/13 (b)	% (b/a)
Algodão	725,7	544,3	-25,00	2.754,0	2.041,1	-25,89
Amendoim	0,3	3,0	900,00	1,0	0,7	-30,00
Arroz	143,4	151,1	5,37	461,3	468,4	1,54
Feijão total	180,8	180,3	-0,28	224,4	223,7	-0,31
Feijão 1ª safrs	8,5	8,0	-5,88	14,8	13,6	-8,11
Feijão 2ª safrs	152,1	152,1	0,00	165,0	167,3	1,39
Feijão 3ª safrs	20,2	20,2	0,00	44,6	42,8	-4,04
Girassol	47,1	47,1	0,00	79,4	56,5	-28,84
Milho total	2.739,9	2.721,0	-0,69	15.610,4	14.588,3	-6,55
Milho 1ª safrs	94,5	75,6	-20,00	584,5	456,6	-21,88
Milho 2ª safrs	2.645,4	2.645,4	0,00	15.025,9	14.131,7	-5,95
Soja	6.980,5	7.678,6	10,00	21.849,0	23.803,7	8,95
Sorgo	151,4	151,4	0,00	420,9	408,8	-2,87
Total MT	10.969,1	11.476,8	4,63	41.400,4	41.591,2	0,46%

Fonte: Sureg/MT/Gedes/Segeo

A SUREG-MT, no ano de 2012, para executar as atividades de Levantamento de Safrs realizou gastos no valor de R\$48.434,70.

O resultado do Levantamento de Safrs é divulgado pela Conab, mensalmente mediante Boletim que traz as informações de safrs no âmbito nacional, com descrição das culturas por estado.

Para a safrs de grãos 2012/2013, no Estado de Mato Grosso houve um aumento de 4,63% da área plantada, comparativamente a safrs 2011/2012. Já a produção teve um aumento de 0,46%.

Já para o Levantamento da safrs de cana-de-açúcar, no exercício de 2012, a Conab realizou três operações de Avaliação de Safrs de cana-de-açúcar 2011/2012 e sua destinação (açúcar, álcool e outros). Em cada levantamento foram visitadas 08 usinas de açúcar e destilarias de álcool em 08 municípios do estado de Mato Grosso. Adotou-se, como metodologia, a pesquisa de campo com aplicação de questionários diretamente aos detentores das informações sobre o sistema agroindustrial sucroalcooleiro e outros usos. Os dados dos questionários aplicados nas usinas, destilarias e demais entidades foram disponibilizados à Matriz que realizou a tabulação dos mesmos.

**Quadro – 12.9 Cana-de-Açúcar – Comparativo de Área, Produção e Produtividade
Safrs 2010/11 e 2011/12**

ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
Safrs 10/11	Safrs 11/12	VAR. %	Safrs 10/11	Safrs 11/12	VAR. %	Safrs 10/11	Safrs 11/12	VAR. %
207,1	220,1	6,30%	65.980	61.547	-6,72%	13.661,2	13.545,9	-0,84%

Fonte: Geasa

Para a Safrs de cana-de-açúcar 2011/2012 no Estado de Mato Grosso, houve um aumento de 6,3% da área plantada, comparativamente a safrs 2010/2011. Na produção houve uma redução de 0,84%.

Quadro 12.10 - Estimativa de Produção e Destinação – Safra 2011/2012 e Safra 2012/2013

Safra	INDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA		
	TOTAL	AÇÚCAR	ÁLCOOL
2010/11	13.835,1	3.402,1	10.433,0
2011/12	13.545,9	3.007,2	10.538,7
Variação %	-2,09%	-11,61%	1,01%

Fonte: Conab/Digem/Suinf/Geasa

Comparando a Safra 2010/2011 com a Safra 2011/2012 verifica-se que ocorreu uma redução na produção de 2,09%. Na Safra 2011/2012, do total da produção de cana-de-açúcar no Estado de Mato Grosso, 3.007,2 mil toneladas destinam-se à fabricação de açúcar, 10.538,7 mil toneladas à produção de álcool.

12.1.6 - (8579) Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar

➤ Tipo: Atividade

➤ Finalidade: Subsidiar o setor e auxiliar o Governo na formulação e execução de políticas ligadas à agropecuária e ao abastecimento agroalimentar.

➤ Descrição: A Ação é implementada por meio da elaboração de estudos, análises conjunturais e prospectivas, boletins técnicos, estatísticas, banco de dados e outras informações congêneres, por técnicos da Conab ou pela contratação de especialistas, e ainda mediante a implantação de tecnologias e sistemas aplicativos próprios ou de terceiros, que possibilitam o acesso às informações e aos conhecimentos gerados, como forma de facilitar a tomada de decisão do Governo, dos produtores rurais e consumidores. A atividade é disponibilizada por meio do portal e distribuição aos clientes, de informações e conhecimentos acerca de temas relevantes, como avaliação de safras, conjunturas, custo de produção, armazenagem, valor bruto da produção, corredores de escoamento das safras, posição dos estoques, indicadores agropecuários, legislações, publicações especializadas, comercialização etc.

➤ Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Diretoria de Política Agrícola e Informações – DIPAI

Com relação à execução desta Ação, a mesma é de responsabilidade da Conab/MATRIZ.

A Superintendência Regional no Estado de Mato Grosso, no ano de 2012 desenvolveu mensalmente trabalhos de Levantamento de Informações de Preços de Máquinas e Insumos Agrícolas, com visita a campo trimestralmente (confirmar o custo no mercado em cada localidade, verificar novos modelos. O citado levantamento tem como objetivo subsidiar a Matriz para a elaboração dos custos de produção das principais culturas. Esses dados oferecem informações necessárias à elaboração de políticas públicas para os segmentos que estão direta ou indiretamente ligados ao processo produtivo.

A SUREG-MT, no ano de 2012, para executar as atividades de Pesquisa de Preços de Máquinas e Insumos Agrícolas realizou gastos no valor de R\$7.158,50.

Os dados coletados possibilitaram a UJ alimentar mensalmente o Sistema de

Informação Agropecuária e de Abastecimento - SIAGRO. Com essa informação a Matriz (Superintendência de Informação do Agronegócio - SUINF) tabula os dados e realiza os cálculos de custo de produção com posterior divulgação.

Nessa divulgação os segmentos ligados direta ou indiretamente ao processo produtivo acessaram o sítio da Conab, em 2012, para obter esta informação 6005 vezes, o que demonstra que a atividade desenvolvida pela Conab, com participação das Regionais é preponderante para o setor agrícola.

12.1.7 - (20TP) – Pagamento de Pessoal Ativo

Ação executada pela Conab/Matriz para pagamento de Pessoal Ativo. Conforme valor apurado no SIAFI foi liquidado em 2012 a quantia de R\$3.626.678,35, o que representou 98,01% do valor previsto.

12.1.8 – (2000) – Administração da Unidade

A meta financeira para a Conab, aprovada na LOA/2012 e consignada na dotação orçamentária, foi de R\$ 105.500.666,00, sendo que para a SUREG/MT a meta financeira prevista para o exercício foi de R\$ 3.500.000,00, sendo liquidado no período R\$ 3.149.163,82, representando 89,98% da dotação e 3,49% do gasto total da Companhia. Essa diferença entre o previsto e o realizado se dá em razão da procura por melhores resultados e estes são obtidos mediante concorrência entre os participantes (fornecedores de bens ou serviços).

Quadro 12.11 - Administração da Unidade

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	SUREG/MT	
Dotação Orçamentária Inicial	105.500.666,00	3.500.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	-	-	-
Dotação Final	105.500.666,00	3.500.000,00	3,32
Execução Orçamentária	90.249.285,30	3.149.163,82	3,49
Índice	85,54	89,98	-
Meta Física (Fisc. realizada)	-	-	-
Execução Física	-	-	-
Índice	-	-	-

Fonte: SIAFI

As principais despesas relativas a esta Ação, no âmbito da área administrativa, foram realizadas por meio de pregão eletrônico e cotação eletrônica, dando maior transparência às operações.

Quadro 12.12 - Demonstrativo Despesas de Custeio - Administração da Unidade

Discriminação	MT				
	2008	2009	2010	2011	2012
Custeio	3.286.101,08	3.046.254,31	3.184.159,70	3.267.924,66	3.149.163,82
Outros Serviços de Terceiros-P J	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Outros benefícios assistenciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Diárias	137.022,50	162.392,00	257.462,50	171.356,15	227.138,73

Material de consumo	398.219,65	310.528,79	271.351,43	0,00	168.891,46
Passagens e Despesas com locomoção	85.618,81	156.133,50	188.128,32	37.448,09	109.908,60
Serviços de Consultoria	0,00	0,00	0,00	1.200,00	0,00
Outros serviços de terceiros – P F	136.625,95	114.761,92	114.246,56	118.026,94	122.987,31
Locação de mão-de-obra	536.134,76	525.020,21	624.381,74	792.076,95	847.694,76
Outros serviços de terceiros – P J	1.760.364,04	1.565.733,70	0,00	1.929.820,46	1.285.034,83
Obrigações tributárias e contributivas	0,00	0,00	145.818,78	0,00	183.333,16
Depósitos compulsórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e restituições	92.219,43	67.158,71	32.700,43	29.404,40	12.256,56
Material de consumo-Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	20.928,19
Outros serviços de terceiros-Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	1.550.069,94	0,00	0,00
Obrigações tributárias e contributivas-Operações intra-orçamentárias	139.895,94	144.525,48	0,00	188.591,67	170.990,23

Fonte: Siafi

Durante o exercício de 2012, ocorreram os seguintes procedimentos:

a) Processos Licitatórios

No exercício de 2012, foram concretizados 09 (nove) procedimentos licitatórios na modalidade de pregão eletrônico, conforme registrados nos Processos a seguir especificados.

Esse número de processos licitatórios foi devido a limitação dos recursos orçamentários para as despesas de custeio e investimento.

Quadro 12.13 - Demonstrativo de Pregões Eletrônicos realizados no exercício de 2012

PREGÕES ELETRÔNICOS					
Nº	OBJETO	Vlr de Referência (R\$)	Valor Contratado (R\$)	Economia (R\$)	Economia %
001/2012	Prestação de Serviço de Vigilância e Segurança	842.260,44	842.227,68	32,76	0%
002/2012	Contratação Empresa Agente Integração / Estagiarios	22.033,92	18.295,00	3.738,92	17%
003/2012	Locação de Veiculos - Automotivos	625.200,00	342.238,00	282.962,00	45%
004/2012	Aquisição Material Proteção Individual - EPI	7.732,25	5.082,57	2.649,68	34%
008/2012	Aquisição de Material Manutenção Bens Equipamentos	9.452,00	5.850,00	3.602,00	38%
009/2012	Contratação de Empresa Fornec. Combustível	19.965,00	19.845,21	119,79	1%
010/2012	Aquisição Aparelho Ar Condicionado	8.246,00	8.182,50	63,50	1%
011/2012	Contratação Empresa Prestação Serv. Medicina Trabalho	50.066,00	50.066,00	-	0%
013/2012	Aquisição de 1 central telefonica digital	27.200,00	14.900,00	12.300,00	45%
TOTAL		1.612.155,61	1.306.686,96	305.468,65	-19%

Fonte: Sureg-MT/Gefad/Setad

Os resultados dos pregões demonstram uma economia na aquisição/contratação de serviços e produtos, pois o valor de referência de R\$1.612.155,61, foi determinado pelo menor custo obtido em pesquisa de mercado e no resultado do pregão (valor contratado) foi possível uma redução em percentual na ordem de 19%, devido a possibilidade de maior concorrência entre os participantes (universo de fornecedores no pregão eletrônico abrange todos os domicílios comerciais da federação).

Gráfico 2 – Economia de Licitações - Valor de referência X Valor contratado



b) Cotação Eletrônica

Durante o exercício de 2012, foram realizadas 17 cotações eletrônicas para aquisição de produtos e/ou bens visando o atendimento das necessidades pontuais na Sede da Regional e Unidades Armazenadoras.

Essas despesas, consideradas de pequeno porte, são realizadas mediante cotações eletrônicas, as quais além de proporcionar um custo de processamento menor do que nos certames licitatórios, existe a mesma transparência do pregão eletrônico, com possibilidade de maior disputa, pois também é utilizado o ambiente “on line” do COMPRASNET.

Entre o valor de referência (R\$35.109,29) e o valor contratado (R\$32.569,49) verificou-se uma economia de 0,07%.

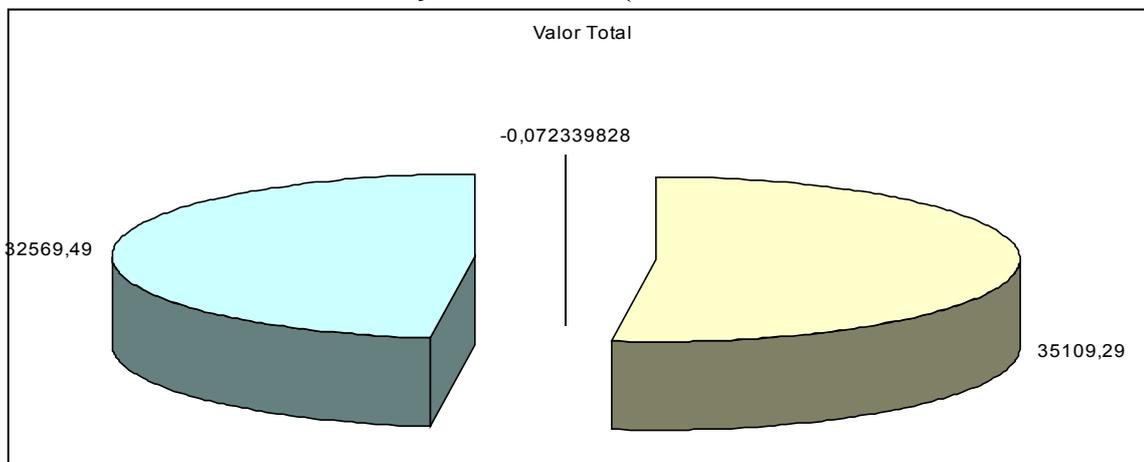
Portanto, nas aquisições em que há possibilidade de dispensar a licitação (Art. 24, Inciso II, lei 8.666/93) o Gestor deve continuar observando o princípio da economicidade, seja pela redução nas despesas de processamento, seja pela possibilidade de obter um maior número de concorrentes (maior disputa).

Quadro 12.14- Demonstrativo de Cotações Eletrônicas realizadas no exercício de 2012

Nº	Nº PROCESSO	OBJETO	VALOR REF.	VLR CONT.	ECONOMIA
001/2012	21.212.000001/2012	Aquis. de copo descart. 30cx 180ml e 10cx 50ml p/ Sede	R\$ 1.652,50	R\$ 1.649,90	-0,16%
002/2012	21.212.000024/2012	Aquisição de Açúcar e Café para consumo Sede	R\$ 1.000,00	R\$ 835,99	-16,40%
003/2012	21.212.000027/2012	Aquisição de Água Mineral	R\$ 4.720,00	R\$ 3.760,00	-20,34%
004/2012	21.212.000027/2012	Aquisição de Gás de Cozinha	R\$ 1.000,00	R\$ 1.900,00	90,00%
005/2012	21.212.000103/2012	Aquisição de Cabo Elétrico Flexível 16mm ² e 10mm ²	R\$ 2.742,00	R\$ 2.239,98	-18,31%
006/2012	21.212.000066/2012	Aquisição de 1 Bateria Automotiva para Caminhão	R\$ 400,00	R\$ 400,00	0,00%
009/2012	21.212.000199/2012	Aquisição de Herbicida – Glifosato para as UA's	R\$ 4.702,72	R\$ 4.700,80	-0,04%
010/2012	21.212.000493/2012	Aquisição de Materiais Elétricos para UA Rondonópolis	R\$ 1.717,80	R\$ 1.777,70	3,49%
011/2012	21.212.000712/2012	Aquisição de Bomba Injetora Mono Estágio	R\$ 900,00	R\$ 517,00	-42,56%
012/2012	21.212.000494/2012	Aquisição de Mat. Diversos p/ Manut. UA Rondonópolis	R\$ 1.091,25	R\$ 1.024,99	-6,07%
013/2012	21.212.000109/2012	Aquisição de 4 Estantes em aço p/ UA Sorriso	CANCELADO		
014/2012	21.212.001252/2012	Aquisição de 2 mesas de escritório e 2 gaveteiro	CANCELADO		
015/2012	21.212.000024/2012	Aquisição de Café para uso desta Regional	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	0,00%
016/2012	21.212.001757/2012	Aquisição de 8 Pneus Automotivo Novo	R\$ 2.062,72	R\$ 1.448,00	-29,80%
017/2012	21.212.000069/2012	Aquisição de 1 Pulverizador Costal Motoriz. P/ UA Sinop	R\$ 1.444,80	R\$ 800,00	-44,63%
018/2012	21.212.000158/2012	Aquisição de Materiais de Expediente p/ suprir Estoque	R\$ 8.785,50	R\$ 8.637,14	-1,69%
019/2012	21.212.000627/2009	Aquisição de Material para Pintura p/ UA Rondonópolis	R\$ 890,00	R\$ 877,99	-1,35%
Valor Total			R\$ 35.109,29	R\$ 32.569,49	-0,07

Fonte: Sureg-MT/Gefad/Setad

Gráfico 3 – Economia de Cotação Eletrônica (valor de referência X valor contratado)



c) Contratos Administrativos

No quadro seguinte estão relacionados os contratos administrativos vigentes durante o exercício de 2012.

Quadro 12.15 – Contratos Administrativos

Razão Social	Nº do Contrato	Nº Licitação	Base Legal	Objeto do Contrato	Vigência Início e Término	T. Aditivo	VLR Mensal (RS)
Sul América Prest. de Serviços Ltda	005/2008	008/2008	Pregão Eletrônico	Limpeza e Conservação	17/11/2008 16/11/2009	17/11/2012 16/11/2013	4.314,72
Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em MT	011/2012	Cessão de Uso	Dispensa	Cessão de uso do imóvel de Cuiabá	28/06/2012 27/06/2013	-	-
Secretaria de Estado da Fazenda	Cessão de Uso	Cessão de Uso	Dispensa	Cessão de uso do imóvel de Cuiabá	01/12/2004 30/11/2024	-	-
Benedito Eliseu Shuring e Outros	004/2008	Dispensa	Dispensa	Locação de 02 Imóveis	04/07/2008 03/07/2009	04/07/2012 03/07/2013	10.116,56
Petro Paulo Comercio	008/2012	004/2011	Pregão Eletrônico	Óleo Lubrificante SEDE	27/09/2011 26/09/2012	-	4.189,72
D'Locadora de Veículos e Serviços Ltda ME	004/2011	009/2010	Pregão Eletrônico	Locação de Veículo 1.0	27/09/2011 26/09/2012	-	16.136,50
Cunha, Queiroz & Garofalo Ltda	003/2011	009/2010	Pregão Eletrônico	Locação de Veículo Camionete 4x4	14/03/2011 13/03/2012	-	1.416,65
Cunha, Queiroz & Garofalo Ltda	002/2011	009/2010	Pregão Eletrônico	Locação de Veículo 1.6	14/03/2011 13/03/2012	-	7.945,80
Cunha, Queiroz & Garofalo Ltda	011/2012	003/2012	Pregão Eletrônico	Locação de Veículo 1.6	04/05/2012 03/05/2013	-	12.335,95
R. F. Locadora Ltda ME	010/2012	003/2012	Pregão Eletrônico	Locação de Veículo 1.0	04/05/2012 03/05/2013	-	16.181,10
Polo Ar Condicionado Serviços e Refrigeração Ltda	001/2010	005/2010	Pregão Eletrônico	Assistência Técnica e Manutenção Preventiva de Ar Condic.	15/06/2010 14/06/2011	15/06/2012 14/06/2013	1.199,99
Fortesul Serviços Esp. De Vigilância	0002/2007		Pregão Eletrônico	Segurança Armada	01/03/2012 15/06/2012		73.539,55
Pantanal Vigilância e Segurança Ltda	012/2012	001/2012	Pregão Eletrônico	Segurança Armada	16/06/2012 15/06/2013	-	70.185,64
Marmeleiro Auto Posto Ltda	007/2011	004/2011	Pregão Eletrônico	Combustível/lubrificante SEDE	27/09/2011 26/09/2012	-	19.272,48
Marmeleiro Auto Posto Ltda	015/2012	015/2012	Pregão Eletrônico	Combustível Sureg	27/09/2012 26/09/2013	-	1.653,77
C S M Comércio e Derivados de Petróleo Ltda	009/2011		Pregão Eletrônico	Combustível UA Rondonopolis	30/09/2011 29/09/2012	-	835,76
Castilho Advogados Associados S.S	007/2012	001/2012	Concorrência	Serviços Advocaticios	26/12/2008 - 25/12/2009	30/12/2012 29/12/2013	21.374,91
F. Rocha & Cia	001/2008	001/2008	Pregão Eletrônico	Locação de Duas Copiadoras/Impressoras	14/01/2008 13/01/2009	14/01/2012 13/01/2013	2.400,00
Deusdete Irineu da Silva - ME	004/2012	001/2011	Pregão Eletrônico	Braçagem	01/02/2012 31/01/2013	-	57.545,46
L. A. Viagens e Turismo	001/2012	007/2011	Pregão Eletrônico	Passagem Aérea	24/01/2012 23/01/2013	-	3.329,08

Fonte: Sureg-MT/Gefad/Setad

12.1.9 - (2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Visa proporcionar aos servidores, empregados e seus dependentes condições para manutenção da saúde física e mental.
- **Descrição:** Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Administrativa – DIGEP
A dotação aprovada na LOA/2012 para a Conab, foi de R\$ 28.190.000,00 para o atendimento de todos os empregados, tendo sido descentralizado para a SUREG/MT o montante de R\$ 800.000,00.

A SUREG/MT teve como meta física atender 440 beneficiários do Sistema de Assistência à Saúde – SAS, tendo sido alcançado o quantitativo de 435 atendimentos ao longo desse exercício.

As despesas lançadas pela regional nesta ação, foram de R\$ 774.308,51, que representou um percentual de realização da meta financeira de 96,79%.

Quadro 12.16 – Assistência Médica

2004 - Assistência Médica – SUREG/MT				
Ano da Ação	Meta Física		Meta financeira	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
2012	440	435	800.000,00	774.308,51
2011	460	477	714.000,00	707.836,47

Fonte: Siafi

Comparativamente ao exercício de 2011, ocorreu um aumento desses gastos no montante de R\$66.472,04, que representou um percentual, aproximado, de 9,38%.

12.1.10 - (2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Objetiva efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como a aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei n.º 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória n.º 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.
- **Descrição:** Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares,

servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como a aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.

➤ **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Administrativa – DIGEP

A dotação aprovada na LOA/2012 para a Conab, foi de R\$ 7.920.000,00 para o atendimento de todos os empregados, tendo sido descentralizado para a SUREG/MT o montante de R\$ 15.000,00.

A SUREG/MT teve como meta física atender 130 beneficiários do Auxílio Transporte, tendo sido alcançado o quantitativo de 143 beneficiários ao longo desse exercício.

As despesas lançadas pela regional nesta ação, foram de R\$ 12.797,91, que representou um percentual de realização da meta financeira de 85,31%.

Quadro 12.17 – Auxílio Transporte

2011 – Auxílio Transporte – SUREG/MT				
Ano da Ação	Meta Física		Meta financeira	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
2012	130	143	15.000,00	12.797,91
2011	97	119	12.000,00	11.245,20

Fonte: Siafi

Comparativamente ao exercício de 2011, ocorreu um aumento desses gastos no montante de R\$1.552,71, que representou um percentual, aproximado, de 13,80%.

12.1.11 - (2012) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

➤ Tipo: Atividade

➤ Finalidade: Visa conceder o auxílio-alimentação, sob a forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.

➤ Descrição: Concessão, em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia, do auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei 9527/97, ou mediante aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição, ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório.

➤ Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Diretoria Administrativa – DIGEP

Ação realizada pela Matriz/Gebem. Previsão leva em conta o número de empregados pertencentes ao quadro de pessoal habilitado à percepção do benefício.

Foi previsto pela Matriz (Gebem) o valor de R\$730.000,00 para custear a concessão do auxílio-alimentação aos beneficiários da Sureg/MT, dos quais foi executado o total de R\$729.306,06, que representou um percentual de realização da meta financeira de 99,90%. Dois empregados optaram em perceber o benefício pelo órgão cessionário.

Quadro 12.18 - Auxílio Alimentação

Ano da Ação	Meta Física		Meta financeira	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
2012	123	125	730.000,00	729.306,06
2011	122	123	715.000,00	684,418,88

Fonte- Siafi

Comparativamente ao exercício de 2011, ocorreu um aumento desses gastos no montante de R\$44.887,18, que representou um percentual, aproximado, de 6,55%.

12.1.12 - (4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação

➤ **Tipo: Finalístico.**

➤ **Finalidade:** Tem por objetivo promover a qualificação e a requalificação de pessoal, com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

➤ **Descrição:** Esta ação é implementada com a realização de diversas ações voltadas ao treinamento de servidores, tais como: custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.

➤ Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Diretoria Administrativa – DIGES

Ação que engloba o custeio dos eventos de TD&E aos empregados, incluindo o pagamento taxa de inscrição, passagens e diárias quanto pertinentes, sendo no exercício 2012, foi realizada em função da quantidade de eventos autorizados e/ou proporcionados pela Matriz (Gecap).

A dotação orçamentária para a Conab nesta Ação aprovada na LOA/2011 foi de R\$ 1.700.000,00 e a meta física previa o treinamento de 3.800 empregados. Durante o exercício foram treinados, na SUREG/MT, 69 empregados, do total de 80 previstos inicialmente, representando um percentual de 86,25% da meta.

A execução orçamentária realizada em 2012 na SUREG/MT foi de R\$22.441,76 do total previsto de R\$ 30.000,00, representado um percentual de execução de 74,80%.

Quadro 12.19 – Capacitação de Servidores

Comparativo de execução 2010/2011 - Capacitação de Servidores - SUREG/MT						
Discriminação	Execução Física			Execução Orçamentária (R\$)		
	Exercício		Variação (%)	Exercício		Variação (%)
	2011	2012		2011	2012	
Meta/Dotação Orçamentária	35	80	128,57	36.000,00	30.000,00	-16,67
Execução	22	69	213,64	2.632,13	22.441,76	752,61
Percentual de Execução	62,86	86,25	-	7,31	74,81	-
Gasto per capita (R\$)				119,64	325,24	-

Fonte- Siafi

Comparativamente ao exercício de 2011, ocorreu uma grande melhoria no quantitativo de empregados que receberam treinamentos, representando uma variação, aproximada, de 213,64%.

12.1.13 - (0022) Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista

- **Tipo:** Operações Especiais
- **Finalidade:** Objetiva cumprir as decisões judiciais relativas às Sentenças de Ações Trabalhistas Transitadas em Julgado, devidas pelas Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, mediante pagamento de passivos judiciais.
- **Descrição:** Pagamento de passivos judiciais devidos por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista após Sentença judicial Transitada em Julgado.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Procuradoria Geral – PROGE

Na LOA/2012 foi consignada dotação orçamentária nacional de R\$ 24.682.646,00.

A previsão de pagamentos no âmbito da SUREG/MT era de R\$ 450.000,00, sendo liquidados no exercício R\$ 420.062,99 (93,34%). O cumprimento da meta financeira depende dos resultados das demandas jurídicas. No exercício, diferença de quase 7% entre o previsto e o realizado deve-se ao fato da existência de julgamentos que não foram concluídos e/ou determinados com valores menores.

Quadro 12.20 - Comparativo - Cumprimento de Sentenças (022)

Discriminação	2011	2012	Variação (%)
Dotação Orçamentária Inicial	280.000,00	450.000,00	60,71
Dotação Final	280.000,00	450.000,00	60,71
Execução Orçamentária	251.293,18	420.062,99	67,16
Índice	89,75	93,35	

Fonte: Siafi

Comparativamente ao exercício de 2011, ocorreu um aumento desses gastos no montante de R\$168.769,81, que representou um percentual, aproximado, de 67,16%.

12.1.14 – (00H2) - Pagamento de Depósitos Recursais

Na LOA/2012 foi consignada dotação orçamentária nacional de R\$ 10.518.000,00.

A previsão de pagamentos no âmbito da SUREG/MT era de R\$ 208.500,00, sendo liquidados no exercício R\$ 208.433,36 (99,96%).

Quadro 12.21 - Pagamento de Depósito Recursais

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	SUREG/MT	
Dotação Orçamentária Inicial	10.518.000,00	208.500,00	-
Suplementação/Cancelamento	-	-	-
Dotação Final	10.518.000,00	208.500,00	1,98
Execução Orçamentária	10.511.884,89	208.433,36	1,98
Índice	99,94	99,97	-
Meta Física (Fisc. realizada)	-	-	-
Execução Física	-	-	-
Índice	-	-	-

Fonte: Siafi

Comparativamente ao exercício de 2011, em que se realizou um montante de R\$239.900,15, ocorreu uma redução desses gastos no montante de R\$ 31.466,79, que representou um percentual, aproximado, de 13,12%.

Quadro 12.22 - Comparativo - Pagamento de Depósito Recursais

Discriminação	2011	2012	Evolução
Dotação Orçamentária Inicial	240.000,00	208.500,00	-13,13
Dotação Final	240.000,00	208.500,00	-13,13
Execução Orçamentária	239.900,15	208.433,36	-13,12
Índice	99,96	99,97	

Fonte: Siafi

Indicadores de desempenho institucionais

Os indicadores já estão mencionados ao final dos capítulos 3, 4, 6 e 7.

Providências corretivas a serem tomadas para o próximo exercício

Como a coordenação dessas ações é realizada na MATRIZ, restando a Superintendência apenas a execução operacional, as providências acerca das diferenças detectadas, no caso, principalmente da ação 2829 (meta financeira) se limita a reiterar, ainda mais, em 2013, que os projetos para modernização da rede sejam aprovados.

Ações orçamentárias de outros órgãos e executadas pela UJ através de Termos de Cooperação

Para as ações orçamentárias de outros órgãos com execução mediante Termos de Cooperação a Conab vem executando, por meio de convênios firmados com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS (ações 2792, 2798 e 2802) e Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA (ações 2B81 e 2B83), a operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA (Lei nº 10.696/03).

Os recursos constantes nos convênios são transferidos diretamente à Matriz e, posteriormente, descentralizados de acordo com as demandas apresentadas pela Superintendência Regional.

A UJ aplicou em 2012 o valor de R\$14.646.391,45 (ação 2798) de recursos provenientes do MDS na aquisição de produtos, por meio da Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea – CPR Doação, porém vale destacar que esse valor foi o efetivamente gasto até o dia 31/12/2012. A mesma situação também ocorreu na ação 2B81, com recursos provenientes do MDA para aplicação no instrumento de compra Formação de Estoque pela Agricultura Familiar, onde foi efetivamente aplicado até 31/04/2013 o valor de R\$1.004.044,65

A ação 6440, inserida no programa 2034 (Presi) trata-se do Programa de Desenvolvimento Quilombo e Matriz Africana, que no exercício de 2012, a Conab firmou o Termo de Cooperação nº 004/2012, em Agosto de 2012, com a SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – PR.

A execução destas ações está detalhada no item 3.2.5 - Programa Aquisição de Alimentos-PAA.

Quadro 12.23 – Ações de outros órgãos, executadas pela UJ

Programa	Ação	Valor
2069 (MDS)	2792 - Distribuição de Alimentos	1.335.131,43
	2798 - Aquisição de Alimentos AF	14.646.391,45
	2802 - Oper Aquisição alimentos	45.015,16
2069 (MDA)	2B81 - Aquisição de Alimentos AF	1.004.044,65
	2B83 - Oper Aquisição alimentos	6.662,16
2034 (Presi)	6440 - Desenvolvimento quilombo	189,76
Total		17.037.434,61

Fonte: Diafi/Supor/Geare e Siafi

12.2. Restos a Pagar

A Lei 4.320/64, em seu artigo 36 define que "*Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas*". Nesse contexto, a Superintendência Regional do Mato Grosso efetuou o registro de inscrição de Restos a Pagar do exercício 2011, em 2012, no montante de R\$ 11.003.861,03. Desse total, 81,05% referem-se a Restos a Pagar Não Processados e 18,95% referem-se a Restos a Pagar Processados.

Ao longo do exercício ocorreu o pagamento de R\$ 7.496.743,81, que representou 68,13% do total dos "RP". Desse valor, R\$ 6.121.359,54 refere-se a RP não processados e R\$ 1.375.384,27 refere-se a RP Processados.

Com relação ao Cancelamento de RP, destacamos que 31,32% dos valores inscritos foram cancelados, isto é R\$ 3.446.886,14. Desse montante, 18,86% refere-se ao cancelamento de RP Processados e 81,14% aos não Processados. Essa ocorrência encontra justificativa no fato que 67,27% de cancelamento dos RP Não Processados, em sua maioria, se deu em virtude de estimativa para pagamento de despesa de Armazenagem e sobretaxa das Unidades Gestoras 135043 e 135211.

Salienta-se que nesse exercício a UJ concentrou todos os esforços no sentido de realizar a execução dos Restos a Pagar, o que pode ser comprovado pelo pagamento expressivo dos restos a pagar processados e não processados e os cancelamentos efetuados, segundo o interesse da Administração Pública. Dessa maneira restou saldo de apenas R\$ 60.231,08.

Com relação à permanência de RP, com vigência em mais de um exercício, abaixo apresentamos quadro demonstrando que apenas um empenho permanece sem a devida realização, com a justificativa para a citada ocorrência.

Quadro 12.24 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	R\$ 2.085.580,12	R\$ 649.964,77	R\$ 1.375.384,27	R\$ 60.231,08
2010	R\$ 2.341.936,64	R\$ 20.602,24	R\$ 1.686.092,59	R\$ 635.241,81
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	R\$ 8.918.280,91	R\$ 2.796.921,37	R\$ 6.121.359,54	0,00
2010	R\$ 19.916.900,27	R\$ 7.528.680,51	R\$ 11.557.404,13	R\$ 830.815,63

Fonte: Diafi/Sucon

Quadro 12.25 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores -Detalhado Ano 2011

UG	Restos a Pagar Processados 2011				Restos a Pagar não Processados 2011			
	INSCRITO 29.521.01.01	PAGO 29.521.02.01	CANCELADO 19.524.0100	A PAGAR 29.521.01.01	INSCRITO 29.511.0100	PAGO 29.511.0300	CANCELADO 19.514.0200	A PAGAR 29.511.0100 29.511.0200
135209	120.478,52	111.677,42	7.074,60	1.726,50	145.209,92	107.172,03	38.037,89	0,00
135214	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
135215	459,20	459,20	0,00	0,00	200,00	126,69	73,31	0,00
135216	6.485,76	6.467,92	0,00	17,84	915.203,43	107.581,02	807.622,41	0,00
135218	311,70	311,70	0,00	0,00	11.836,87	43,75	11.793,12	0,00
135224	3.145,38	2.999,85	0,00	145,53	420,00	52,50	367,50	0,00
135446	515,71	515,71	0,00	0,00	450,00	293,03	156,97	0,00
135043	955.193,96	340.778,16	560.680,36	53.735,44	5.220.638,43	3.902.002,59	1.318.635,84	0,00
135210	533,50	533,50	0,00	0,00	13.024,32	0,00	13024,32	0,00
135211	209.261,68	122.446,10	82.209,81	4.605,77	1.463.577,50	900.859,58	562.717,92	0,00
135539	789.194,71	789.194,71	0,00	0,00	1.147.720,44	1.103.228,35	44.492,09	0,00
TOTAL	2.085.580,12	1.375.384,27	649.964,77	60.231,08	8.918.280,91	6.121.359,54	2.796.921,37	0,00

**Quadro 12.26 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores
Detalhado Ano 2010**

UG	Restos a Pagar Processados 2010				Restos a Pagar não Processados 2010			
	INSCRITO 29.521.01.01	PAGO 29.521.02.01	CANCELADO 19.524.0100	A PAGAR 29.521.01.01	INSCRITO 29.511.0100	PAGO 29.511.0300	CANCELADO 19.514.0200	A PAGAR 29.511.0100 29.511.0200
135209	18.796,13	18.796,13	0	0	180.786,50	136.441,83	44.344,67	0
135214	0	0	0	0	0	0	0	0
135215	6.020,27	5.420,27	600	0	23.822,17	21.873,44	1.948,73	0
135216	11.812,59	10.812,59	1.000,00	0	2.444.379,19	1.632.477,46	5.891,73	806.010,00
135218	7.166,27	7.166,27	0	0	60.727,10	56.832,13	3.894,97	0
135224	89.056,42	89.056,42	0	0	55.400,49	52.113,07	2.967,42	320
135446	66.799,64	66.055,41	744,23	0	24.884,11	23.700,57	1.183,54	0
135043	1.693.716,56	1.133.036,20	0	560.680,36	11.895.921,06	7.322.673,52	4.548.761,91	24.485,63
135210	764,46	764,46	0	0	5.239,79	5.239,79	0	0
135211	365.515,59	272.696,13	18.258,01	74.561,45	4.683.305,39	1.927.564,20	2.755.741,19	0
135539	82.288,71	82.288,71	0	0	542.434,47	378.488,12	163.946,35	0
TOTAL	2.341.936,64	1.686.092,59	20.602,24	635.241,81	19.916.900,27	11.557.404,13	7.528.680,51	830.815,63

Fonte: Sureg/MT/Gefad/Secof

Quadro 12.27 – RP Não Processados a Pagar – Ano 2011

2011 - RP NÃO PROCESSADOS A PAGAR - 29.511.01.00 E 29.511.02.00				
UG	EMPENHO	RAZÃO SOCIAL	VALOR	JUSTIFICATIVA
135043	2010NE000153	VALE DO ARRAIAS ARMAZENS GERAIS LTDA	20.682,68	CREDOR SEM REGULARIDADE FISCAL - SICAF VENCIDO.

12.3. Demonstrativos de Transferências recebidas e realizadas no exercício

Não houve ocorrência em 2012

12.4. Transferências mediante convênios

Não houve ocorrência em 2012

12.5. Demonstrações Contábeis

Demonstrações Contábeis previstas na Lei nº 6.404/76, incluindo notas explicativas

Ver anexo I – pág. 118

12.6. Composição dos Investimentos da Empresa

Informação centralizada na Matriz, será apresentada somente no Relatório da Matriz

12.7. Gestão do Patrimônio Imobiliário

Para os imóveis sob a responsabilidade desta Companhia, no Estado de Mato Grosso a Coordenadoria Geral da União, mediante o Relatório de Auditoria nº 201205154, Constatação 02 recomendou a UJ que registrasse seus imóveis no Sistema SPIUnet. Esse fato já foi comunicado à Matriz/Supad que após consulta à SPU concluiu pelo não cadastramento no citado Sistema, conforme relatado, adiante, no item 13.2 (Deliberação do CGU).

Quadro 12.28 – Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

Localização Geográfica	Imóveis de propriedade da União de responsabilidade da UJ		Observação
	2012	2011	
Cuiabá	3	4	Um armazém e respectivo terreno remembrado estão cedidos à Secretaria de Fazenda/MT(Sefaz) por 20 (vinte) anos, até 01.10.24 e os terrenos em Santo Antônio do Leverger estão destinados a venda (Conad-Ata da 202ª Reunião Ordinária, realizada em 24/02/ O imóvel de Jaciara foi vendido e dado baixa patrimonial/contábil. O imóvel de Juara é um armazém cedido pela CONAB/SUREG/GO a GOIAZÉM, com ação judicial para ressarcimento das estruturas.
Alta Floresta	1	1	
Jaciara	0	1	
Diamantino	1	1	
Sorriso	1	1	
Rondonópolis	1	1	
Sinop	5	5	
Juara	1	1	
Sto Antonio do Leverger	20	20	
Mato Grosso	33	35	

Fonte: Diafi/Supad

Quadro 12.29 – Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

Localização Geográfica	Quantidade de imóveis locado de terceiros pela UJ	
	Exercício 2012	Exercício 2011
Mato Grosso	1	1
Cuiabá	1	1

Fonte: Diafi/Supad

12.8. Parecer da Auditoria Independente

Ver anexo I – pág. 139

13. GOVERNANÇA E CONTROLES

13.1. Controle Interno da UJ

Quadro 13.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.			■		
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			■		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				■	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					■
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				■	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			■		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				■	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				■	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			■		
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.			■		
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			■		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		■			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			■		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		■			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		■			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		■			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					■
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					■
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			■		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		■			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			■		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			■		
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				■	

24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				■	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				■	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			■		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			■		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			■		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				■	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				■	
<p>Análise Crítica</p> <p>Os Programas e Ações das principais atividades da Companhia nos quais esta inserida a Sureg-MT, são avaliados, definidos, planejados e controlados pela Matriz, cabendo à UJ apenas a sua execução. A operacionalização desses programas é baseada em regulamentos e normas próprias e específicas, disponíveis em manuais e no portal da Conab. Parte dos controles são realizados por meio de vários sistemas informatizados, tais como: x-FAC, PAAnet, SAAGRA etc. Porém, com relação aos principais programas de subvenção PEP e PEPRO faltam controles mais eficientes e sistemas informatizados para assegurar mais confiabilidades nos processos de comprovação e evitar a ocorrência de fraudes e burlas. Os referidos sistemas estão em desenvolvimento, mas ainda não foi divulgado o prazo para implantação.</p> <p>Na área financeira e contábil utiliza-se o SIAFI.</p> <p>Assim, apesar dos vários sistemas citados, da existência de normas e controles, a UJ resente-se da falta de sistemas adicionais para aumentar os controles, os desenvolvimentos dos trabalhos de análise das operações e a rápida recuperação de informações para atendimento às solicitações dos clientes e dos órgãos de controle. Ressente-se ainda, da incompatibilidade existente entre a responsabilidade e a delegação de competência.</p>					
<p>Escala de valores da Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.</p>					

Fonte: Sureg/MT/Gefad/Gedes/Geope

13.2. Deliberações do TCU e CGU

Durante o exercício de 2012 não foi constatada nenhuma determinação, deliberação e/ou recomendação por parte do TCU para a Conab/Sureg-MT.

Para o Relatório de Auditoria do Órgão de Controle Interno (CGU) tivemos 03 recomendações, a saber:

Quadro 13.2 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Conab – Superintendência Regional em Mato Grosso / MAPA			2114
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201205154	1.1.1.1	Ofício nº 30846/2012/GAB/CGU-Regional/MT
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Conab – Superintendência Regional em Mato Grosso			87159
Descrição da Recomendação:			
Recomendação 1: Adotar providências visando à elaboração do Relatório de Gestão em respeito aos itens da parte D do anexo II da DN TCU nº 108/2010.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Gerência de Desenvolvimento e Suporte Estratégico- GEDES – SUREG-I (87161)			87161
Síntese da providência adotada:			
<p>Recomendação 1: Como consta no Relatório de Gestão – Exercício 2011, as atividades da Sureg-MT são resultantes de decisões tomadas no âmbito da Matriz, desde a fase de planejamento até a definição das metas e objetivos esperados. Assim, alguns itens da parte D, do Anexo II da DN TCU nº 108/2010, não se aplicam ou não há ocorrência, a exemplo do item 5 – Articulação e Organização do Abastecimento, que diz respeito a análise sobre os principais resultados do programa brasileiro de modernização do mercado hortigranjeiro – PHOHORT(nesse Programa a Regional de Mato Grosso não desenvolveu nenhuma atividade efetiva no exercício).</p> <p>No entanto, a SUREG/MT, atenta a recomendação, vem aprimorando seus processos e no que se refere ao item 8 – Gestão de Tecnologia. Serão registradas no Relatório de Gestão do exercício de 2012 todas as atividades desenvolvidas pelo Setor de Desenvolvimento, responsável pela Gestão de TI, no âmbito da UJ.</p> <p>Referente ao desenvolvimento e produção de sistemas, apesar de existir diversos sistemas informatizados em uso na UJ, a Sureg-MT não mantém contratos nessa área de TI, pois não planeja e nem desenvolve qualquer <i>Software</i>, apenas oferecendo manutenção a nível operacional nos programas em uso.</p> <p>Em relação ao planejamento da área, todos os processos envolvidos, como por exemplo, aquisição de bens de informática e contratação de serviços de dados, são centralizados na Matriz desta empresa, não cabendo ao Setor local qualquer decisão.</p> <p>As atividades de segurança da informação são desenvolvidas por todos, em suas respectivas responsabilidades. Citamos como dever do Setor competente da UJ a realização de <i>Backups</i> em todos os dados armazenados.</p> <p>A manutenção de <i>Hardware</i> e Redes(lógica e física), dos equipamentos alocados nessa UJ, é desenvolvida pelo Setor de Desenvolvimento, com orientação técnica, quando necessário, oferecida pela Matriz.</p> <p>Estão envolvidos diretamente nessas atividades de suporte e manutenção 2 profissionais com formação específica, 1 Encarregado de Setor e um Auxiliar, juntamente com 1 estagiário em cada período.</p>			

Fonte: Sureg-MT/Assistente

Quadro 13.3 - Recomendações do OCI pendentes no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Conab – Superintendência Regional em Mato Grosso / MAPA			2114
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201205154	1.2.1.1	Ofício nº 30846/2012/GAB/CGU- Regional/MT
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Conab – Superintendência Regional em Mato Grosso			87159
Descrição da Recomendação:			
Recomendação 1: Promover o adequado e imediato escoamento dos produtos quando do término da vigência contratual com depósitos de terceiros.			
Justificativa apresentada pelo seu não Cumprimento			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Gerência de Operações – GEOPE- SUREG-I (87166)			87166
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>Recomendação 1: Na CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO PRAZO do Contrato de Depósito, está previsto que o Contrato terá duração de até 60 (sessenta) meses, com vigência a partir da data de sua assinatura, prevalecendo as condições já estipuladas para todo o estoque armazenado durante a sua vigência e/ou até a retirada total das mercadorias pela DEPOSITANTE, o que dá amparo legal para permanência do produto até que o mesmo possa ser retirado, considerando os aspectos de economicidade, eficiência e eficácia da operação. Está Sureg-MT continua atenta a recomendação referente a Constatação 13 – item 1.2.1.1 do Relatório de Gestão de 2011, porém não dispõe de autonomia que possibilite a adoção de medidas efetivas para promover o escoamento/retirada de produtos de armazéns de terceiros. Cabe a Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB e às Superintendências diretamente subordinadas a ela, dentro das responsabilidades, atribuições e competências previstas no regimento interno da Companhia, tais como: movimentação; comercialização dos estoques próprios; governamentais; instrumentos de escoamento dos estoques públicos e/ou privados etc.</p> <p>Assim, quando da identificação de necessidade de retirada de produto armazenado na área de atuação da Sureg-MT, independente do motivo, a competência da Sureg é limitada à informação sobre essa necessidade de escoamento/retirada do produto do armazém em razão de eventual problema técnico-operacional e/ou cadastral, oportunidade que são repassados os dados como quantidade de produto, a localização e o motivo, de modo subsidiar a tomada de decisão por parte da DIRAB.</p> <p>Para os casos citados na Constatação 13, e no que diz respeito à pendência atinente à Lucas Armazens Gerais, permanece, para o exercício de 2012, o posicionamento contido no plano de providência (manifestação do Gestor) relativo ao RG 2011, ou seja, providências para retirada de produto tiveram início em fevereiro/2011, com efetiva oferta de venda por meio do leilão de VEP 043, de 17/02/2011, onde foram arrematados apenas 187.500kg dos 2.459.642 ofertados. O saldo desta oferta inicial foi reofertado nos leilões VEP 053 (24/02/2011), 067 (17/03/2011), 086 (24/03/2011) e finalmente arrematado no leilão 096 (31/03/2011). Outros leilões ocorridos após esta data foram desertos. Em novembro/2011 incluiu-se o saldo para fazer parte da operação de remoção. Desde então, surgiram diversos entraves para retirada do produto. Primeiro, tivemos que redirecionar (10.691 toneladas) parte dos lotes previstos para remoção no Leilão 367, de 04/11/2011. Outra parte, de 2.260 toneladas, foi cancelada; No início de 2012, novamente muitos problemas foram criados pelo armazenador que se negou a entregar produto aos compradores da venda ocorrida no Leilão de Venda nº037, de 08/02/2012, alegando incapacidade operacional para atuar simultaneamente com expedições (produto vendido pela Conab) e recepções (entrada da soja colhida, para processamento e armazenamento). Para contornar o problema acarretado ao comprador, tivemos que redirecionar a entrega para outros armazenadores e, em alguns casos, até cancelar a operação de venda com devolução do dinheiro aos adquirentes. Posteriormente, foi novamente incluída em operação de remoção, Aviso 124/12 e, por motivos vários, incluindo problemas com transportadora e disponibilidade de caminhões, até o momento só foram retiradas 800 toneladas, restando ainda 8.909,4 toneladas do lote de remoção a retirar.</p> <p>Em 19/10/2012, ratificamos nossa preocupação com o produto armazenado por meio de nossa CI Sureg-MT nº 4053 enviada aos órgãos responsáveis na nossa matriz. Junto sugerimos a adoção de urgentes providências para retirada do produto por diversas formas possíveis e disponíveis: venda, VEP e remoção, cuidando contudo, para que tal retirada ocorresse antes do final do exercício de 2012, tendo em conta que em janeiro/13 teria início nova colheita de soja e votaríamos a ter os mesmos problemas com o armazenador, já ocorridos no começo de 2012. Apesar disso, está previsto que o estoque depositado nessa armazenadora será escoado por meio de remoção a ser contratado por novo leilão de frete.</p>			

Fonte: Sureg-MT/Assistente

Quadro 13.4- Recomendações do OCI pendentes no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Conab – Superintendência Regional em Mato Grosso / MAPA			2114
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201205154	2.1.1.1	Ofício nº 30846/2012/GAB/CGU-Regional/MT
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Conab – Superintendência Regional em Mato Grosso			87159
Descrição da Recomendação:			
Recomendação 1: Adotar providências para que seja efetuado o registro no SPIUnet dos imóveis sobre a responsabilidade da Unidade			
Justificativa apresentada pelo seu não Cumprimento			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Gerência de Finanças e Administração- GEFAD -SUREG-I (87170)			87170
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>Recomendação 1: Para solução do fato objeto da constatação, foi submetido o assunto a área responsável pela Gestão dos imóveis da Conab (MATRIZ/GEPAS), mediante o FAX SUREG-MT nº 2809, de 24/07/2012. As informações daquela área foram retransmitidas ao Órgão de Controle Interno (CGU) por meio da CARTA Conab SUREG-MT nº 2904, em 30/07/2012. Os esclarecimentos que justificam a falta do registro dos imóveis da Conab no SPIUnet, baseiam-se na própria exposição da Advocacia-Geral da União (Parecer nº 1252 – 5.12/2011/DPC/CONJUR-MP/CGU/AGU), limita a competência da SPU aos imóveis da administração direta, quando expõe: <i>“Outra limitação a competência da SPU também pode ser de plano identificada : ela só tem atribuição para promover a administração dos bens imóveis da União, enquanto ente da administração Pública Direta. Por evidente , a SPU não é responsável pela gestão do patrimônio das entidades federais integrantes da Administração Indireta, quais sejam , fundações públicas, autarquias, empresas públicas e sociedade de economia mista. E nem poderia ser diferente, tendo em vista que, nos termos do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, tais entidades ostentam personalidade jurídica própria.” (folha 11 – anexo do Ofício nº 207/2012 – DECAP/SPU/MP).</i></p> <p>1.1.b. Situação em 16/11/2012 – Como o entendimento da Conab baseado nos fatos elencados anteriormente diz respeito a impossibilidade de registro dos imóveis no SPIUnet, aguarda-se a revisão da decisão pela CGU para que sejam adotadas outras providências, se necessárias.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gesto			
Aguardamos revisão, da CGU, a respeito da recomendação que determina o registro dos imóveis da Conab no SPIUnet. .			

Fonte: Sureg-MT/Assistente

13.3. Auditoria Interna

Como a Auditoria Interna não faz parte da estrutura da Sureg-MT, não há previsão dessa informação pois o Relatório trata de atos de gestão da Superintendência.

Resultados e Conclusões

Diante do contido no presente Relatório, pode-se concluir que a Superintendência Regional de Mato Grosso, da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab atuou no exercício de 2012, em consonância com os objetivos traçados para o período, observando os princípios e as regras que disciplinam os atos de gestão da Administração Pública Federal, atingindo a finalidade propugnada para os programas de governo.

As principais dificuldades encontradas para o pleno alcance das metas fixadas para o exercício, como já explicitado, decorreram da escassez crônica de recursos humanos, assim como dos limites orçamentários para despesas com diárias e passagens impostas, decisões estas que não estão na alçada dos gestores da Regional. Para mitigar as dificuldades encontradas esta Regional sistemática e continuamente vem adotando medidas para que as atividades finalísticas sejam realizadas em prol de seu público-alvo, em busca do cumprimento do objetivo que foi traçado para cada operação.

Mesmo com a tentativa de equacionar os vários entraves ocasionados pela falta de estrutura física, de recursos humanos e de sistemas de controles (tecnologia), esta Regional no transcorrer de 2012, observa que a situação está se agravando.

No que se refere a estrutura física da Regional, continuam os mesmos problemas vivenciados em anos passados, quais sejam: instalações inadequadas para os empregados; defeitos insanáveis nas esquadrias, propiciando muitas infiltrações nos períodos chuvosos; e dificuldade de acesso da clientela, além de vulnerabilidade decorrentes da falta de segurança pública.

As tratativas junto ao Governo do Estado, objetivando a revalidação da doação de terreno feita no passado, ou a cessão de nova área, continuam. Ao lado dessa medida, vimos também procurando outras alternativas de atendimento dessa necessidade, a exemplo dos entendimentos com a SFA – Superintendência Federal da Agricultura - MAPA, que já nos apontou a possibilidade de disponibilização de uma área contígua à sua Sede, em Varzea Grande-MT.

No que se refere a recursos humanos, a situação continua nos patamares de 2011, com o agravante do aumento da faixa etária média dos empregados (superior a 50 anos) e dos desfalques verificados no decorrer de 2012: 04 (quatro) desligamentos, decorrentes de 02 óbitos, 01 demissão a pedido e 01 aposentadoria por invalidez.

No tocante a Sistemas de Controles das operações, mesmo diante da iminência de novas intervenções no mercado, no exercícios de 2013, visando o apoio à comercialização de milho, a Sureg-MT continua com essa lacuna, não obstante ter indicado em seu relatório intitulado “PANORAMA DAS ATIVIDADES, DA ESTRUTURA E DOS PROBLEMAS MAIS RELEVANTES DA CONAB/SUREG-MT”, versão 2012, essa deficiência, ao lado da carência de pessoal, como um dos graves problemas nas operacionalizações dos Instrumentos de apoio à comercialização, notadamente o PEP e o PEPRO.

Assim, como afirmado no Relatório de Gestão de 2011, continuamos com a necessidade de medidas urgentes que busquem a revitalização do quadro de RH da Sureg-MT, tais como, intensificar o treinamento dos atuais empregados; contratação de novos empregados; reenquadramento dentro das funções desenvolvidas e um plano de desligamento incentivado, escalonado, de modo a permitir a transferência de conhecimentos para os novos contratados, visando resguardar a cultura e a excelência técnica da organização.

O que se espera é que a Diretoria atual da CONAB, que se mostra sensível às necessidades da empresa, com solução para outros problemas (exemplo: CIBRIUS, Avaliação de Desempenho, Processo seletivo para nomeação em Cargo Comissionado) possa, também resolver esses problemas estruturais, em especial para a Sureg-MT, que se destaca pelo volume de atividades his-

toricamente desenvolvidas pela Conab, em conseqüências das fortes intervenções do Governo Federal, de quem a Companhia é braço operacional, principalmente no apoio à comercialização agrícola do Estado, quer seja no âmbito denominada agricultura comercial, quer seja no âmbito da agricultura familiar.

Diferentemente da situação verificada em exercícios anteriores, referente a safra de milho em grãos, a elevação dos preços das commodities no mercado, tanto nacional quanto internacional, tornou desnecessária a atuação do Governo Federal em ações para sustentação de preços ao produtor dos principais produtos produzidos e comercializados no Estado de Mato Grosso, no âmbito da agricultura comercial.

Mesmo assim, o volume de atividades não diminuiu a ponto de minorar a pressão sobre o pequeno contingente de pessoal, por um lado por que continuamos com muitas pendências, conseqüentes de recursos/pedidos de reanálises dos processos de subvenções ao escoamento ainda relativas ao exercício de 2010. Por outro lado, porque a ação do Governo, levada a efeito pela Conab, continuou forte no exercício de 2012, desta feita na tentativa de sustentação/regulação de preços ao consumidor, por meio das operações de vendas normais e subvencionadas (VEP) e de remoção, neste caso para acudir as regiões com escassez de milho, quadro agravado por problemas climáticos principalmente no Nordeste Brasileiro que vivenciou/vivencia uma das maiores secas das últimas décadas. Além disso, a Regional continuou firme no apoio ao pequeno produtor da agricultura familiar, por meio da operacionalização do PAA, preponderantemente com os Projetos de CPR-DOAÇÃO.

No que diz respeito à armazenagem própria, a Conab, como empresa pública, não participa em condições competitivas com o mercado na área em que atua. A prestação desses serviços para terceiros é, no aspecto econômico-comercial, praticamente irrelevante diante da atual capacidade estática disponível na região. O Estado de Mato Grosso dispõe atualmente de uma oferta superior a 28 milhões de toneladas de capacidade estática para armazenamento de grãos (convencional e graneleiro), diante do que a capacidade de armazenamento da Companhia tem uma representatividade inferior a 1%. Todavia a atividade se reveste de grande importância para o segmento armazenista, como parâmetro de conhecimento, em estreita interação com entidades acadêmicas; de excelência de serviços prestados que pode ser agregada na formação prática de mão-de-obra; de tarifa, importante referencial útil à coibição de abusos no Setor; e, como também deveria sê-lo, de tecnologia, necessária ao padrão de qualidade exigido pelo mercado.

Há de se ressaltar também a importância no aspecto social dos serviços de armazenagem prestados pela Companhia, pois em que pese a sua pequena oferta de capacidade estática, esta se afigura bastante razoável para atendimento do pequeno produtor, notadamente os enquadrados no PRONAF e se coadunaria perfeitamente com o apoio à comercialização emprestado pelo Governo ao produtor familiar, por meio do PAA.

Mesmo assim, temos observado certa ineficiência na oferta desses serviços em razão da desestruturação de parte da Rede própria. Apenas a título de exemplo, no exercício de 2012, não operacionalizamos as Unidades de Sorriso, Diamantino e Sinop, em razão de problemas no telhamento (muitas goteiras) que colocariam em risco a armazenagem de grãos. Já as Unidades de Alta Floresta e Rondonópolis operam mas não na plenitude de sua capacidade, também por deficiências em suas estruturas. No que diz respeito à UA/Sinop, a sua situação exige cuidado dos gestores no momento de definir investimentos para sua recuperação visando verificar os princípios da oportunidade e conveniência, em razão de hoje se encontrar situada em local inadequado do ponto-de-vista ambiental e da saúde pública, dado que os bairros/residências se avizinham sobremaneira da mesma.



O ano de 2013 aguarda-se novos desafios, segundo a política agrícola que está sendo desenhada pelo Ministério Agricultura, que deverá levar em conta os constantes recordes de produção agrícola, fazendo com que as ações da Conab assumam novos patamares na relação Estado e produtores/empreendedores agrícolas.

Cuiabá, 31 de maio de 2013.

ANEXO I - Demonstrações Contábeis

- Balanço Patrimonial (ativo, passivo)
- Demonstração do Resultado
- Demonstração do Valor Adicionado
- Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
- Composição Acionária do Capital Social

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

ATIVO	2012	2011
CIRCULANTE	3.989.785.632,16	4.735.555.770,99
DISPONÍVEL	1.062.948,21	1.060.620,29
Aplicações Financeiras	1.062.948,21	1.060.620,29
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	1.257.680.697,73	1.049.032.903,78
CRÉDITOS A RECEBER	836.574.305,27	751.495.446,69
Devedores por Fornecimento	129.213.729,66	56.500.746,34
Créditos Tributários	254.355.142,72	241.839.835,13
Recursos a Receber	294.015.714,76	255.652.866,06
Créditos Diversos a Receber	158.989.718,13	197.501.999,16
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	415.358.599,17	292.645.279,10
Entidades Devedoras	14.332.120,28	9.357.615,19
Créditos Parcelados	300.036,20	333.691,76
Recursos da União	400.726.442,69	282.953.972,15
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	5.747.793,29	4.892.177,99
Adiantamentos a Pessoal	5.747.472,44	4.891.922,99
Adiantamento - Suprimento de Fundos	320,85	255,00
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	2.730.990.524,25	3.685.418.718,01
Estoques para Alienação	2.115.377.882,56	3.198.418.642,31
Estoques de Distribuição	238.923,69	833.496,89
Estoques Internos - Almoxarifado	2.131.162,27	2.361.623,43
Títulos e Valores em Circulação	726.894,10	297.510,99
Materiais em Trânsito	14.012.129,18	10.953.770,27
Compra Antecipada - Entrega Futura	598.503.532,45	472.553.674,12
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	51.461,97	43.528,91
Valores Pendentes	51.461,97	43.528,91
ATIVO NÃO CIRCULANTE	690.052.429,58	573.912.136,02
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	440.680.922,16	317.083.667,52
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	138.972.505,18	131.473.814,53
Recursos Vinculados	138.972.505,18	131.473.814,53
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	301.708.416,98	185.609.852,99
Devedores - Entidades e Agentes	859.260,58	18.009.747,77
Créditos Diversos a Receber	300.849.156,40	167.600.105,22
INVESTIMENTOS	78.259.470,34	80.222.308,20
Participações Societárias	27.803.290,88	27.803.290,88
Outros Investimentos	50.456.179,46	52.419.017,32
IMOBILIZADO	171.051.777,13	176.527.368,99
Bens Imóveis	291.652.350,92	283.851.400,50
Bens Móveis	81.451.507,83	78.406.481,55
Depreciações	(202.052.081,62)	(185.730.513,06)

INTANGÍVEL	60.259,95	78.791,31
TOTAL	4.679.838.061,74	5.309.467.907,01
PASSIVO		
CIRCULANTE	4.273.054.852,68	4.952.025.232,72
DEPÓSITOS	51.147.069,88	117.196.011,03
CONSIGNAÇÕES	3.011.624,79	2.085.251,58
Pensão Alimentícia	0,00	7.857,41
Planos de Seguros	204.020,81	171.862,58
Empréstimos	434.452,25	318.626,29
Outros Tributos e Consignações	2.373.151,73	1.586.905,30
RECURSOS DA UNIÃO	20.586.329,15	17.168.338,92
Recursos Fiscais	8.101.192,65	3.992.906,67
Recursos Previdenciários	12.485.136,50	13.175.432,25
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	27.549.115,94	97.942.420,53
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	4.221.907.782,80	4.834.829.221,69
OBRIGAÇÕES A PAGAR	208.872.496,53	177.842.494,99
Fornecedores	86.641.055,71	141.725.112,72
Pessoal a Pagar	516.919,24	23.155,73
Encargos Sociais a Recolher	1.215.411,52	1.081.527,22
Obrigações Tributárias	35.080,16	5.514.065,85
Débitos Diversos a Pagar	103.952.529,90	22.014.777,50
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	16.511.500,00	7.483.855,97
PROVISÕES	234.073.968,59	242.630.604,68
Provisão para Férias	34.855.212,97	28.907.028,79
ICMS s/Mercadorias para Revenda	360.985,37	948.502,50
Provisão para ICMS	46.468.782,86	46.468.782,86
Provisão para Contingências	129.702.306,05	142.621.396,31
Provisão para o INSS	9.250.889,13	9.250.889,13
Provisão p/IRPJ e CSLL	373.022,36	3.631.971,12
Provisão para o PIS/PASEP	33.268,41	0,00
Encargos Sociais sobre Provisões	13.029.501,44	10.802.033,97
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	848.230.145,43	617.049.103,45
Entidades Credoras	848.230.145,43	617.049.103,45
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.910.549.179,90	3.790.672.956,65
Operações Especiais	2.910.549.179,90	3.790.672.956,65
ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	20.119.426,21	6.606.203,92
Adiantamentos de Clientes	20.119.426,21	6.606.203,92
VALORES EM TRÂNSITO EXIGÍVEIS	38.207,12	3.899,48
OUTRAS OBRIGAÇÕES	24.359,02	23.958,52
PASSIVO NÃO - CIRCULANTE	1.639.318,35	18.228.235,37
DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	69.420,00	69.420,00
Depósitos e Cauções	69.420,00	69.420,00
OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	1.569.898,35	18.158.815,37
OBRIGAÇÕES A PAGAR	1.569.898,35	18.158.815,37
Entidades de Previdência Complementar	609.143,54	17.628.171,34
Entidades Federais	960.754,81	530.644,03
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	405.143.890,71	339.214.438,92
Capital	302.801.001,74	223.180.498,85
RESERVAS	102.342.888,97	92.323.612,21
Reservas de Capital	0,00	26.544.719,04
Reservas de Lucros	102.342.888,97	65.778.893,17
LUCROS A DESTINAR	0,00	23.710.327,86
TOTAL	4.679.838.061,74	5.309.467.907,01

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

DETALHAMENTO	2012	2011
RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS	1.161.925.365,90	1.512.002.937,51
RECEITA DE VENDAS DE MERCADORIAS	1.143.777.023,65	1.485.458.349,46
Vendas Estoques Estratégicos	709.832.816,18	1.045.067.566,87
Vendas Estoques Reguladores -PGPM	433.908.271,75	438.978.418,25
Vendas Abastecimento Social	131,98	3.345,00
Vendas Atacado e Outros	55.487,57	371.148,25
Adição a Receita de Vendas	-19.683,83	1.037.871,09
RECEITA DE SERVIÇOS	18.148.342,25	26.544.588,05
Serviços de Armazenagem	18.101.716,25	26.544.588,05
Outros Serviços	46.626,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DAS RECEITAS DE VENDAS E SERVIÇOS	24.073.328,76	51.072.109,48
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	1.137.852.037,14	1.460.930.828,03
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	1.788.252.026,05	1.802.447.120,83
CMV - Estoques Estratégicos	1.183.327.565,45	1.319.306.324,76
CMV - Estoques Reguladores - PGPM	604.378.143,98	481.717.944,83
CMV - Atacado e Outros	546.316,62	1.422.851,24
ARREDONDAMENTOS	-9.920,43	32.070,11
EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS	-696.840.007,96	-554.555.037,22
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	46.449.939,48	213.006.674,31
(-)DESPESAS OPERACIONAIS	764.468.149,53	717.158.725,56
(-)DESPESAS DE PESSOAL	509.924.223,30	413.343.157,13
Vencimentos e Vantagens Fixas	332.652.424,04	276.891.485,50
Obrigações Patronais	126.840.878,84	103.612.351,72
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	28.349.997,41	16.245.384,43
Sentenças Judiciais e Depósitos Compulsórios	22.080.923,01	16.593.935,48
(-)DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS	254.543.926,23	303.815.568,43
Despesas/Receitas Financeiras	346.700,78	118.982,68
Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência	28.586.805,52	28.990.855,03
Transferências ao Exterior	6.084.264,14	3.218.477,00
Material de Consumo	9.810.860,28	41.494.679,08
Diárias - Pessoal Civil	8.056.470,40	5.820.317,04
Passagens e Despesas com Locomoção	3.611.585,46	2.201.320,55
Serviços de Consultoria	16.050,00	1.200,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.652.212,98	2.375.404,13
Locação de Mão-de-Obra	19.417.652,25	18.151.435,12

Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	96.070.236,48	95.088.211,61
Obrigações Tributárias e Contributivas	34.519.289,44	68.490.307,90
Aquisições de Bens para Revenda	0,00	39.508,41
Outras Despesas Operacionais	45.371.798,49	37.824.869,88
(+)RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS	726.199.545,59	530.120.796,49
Transferências Financeiras	622.661.615,28	426.349.899,66
Multas e Encargos de Outras Origens	2.842.321,40	3.859.028,14
Indenizações e Restituições	89.216.674,18	91.201.398,09
Receitas Imobiliárias	5.472.456,95	5.265.428,31
Receitas de Valores Mobiliários	7.620,65	13.525,42
Receitas Diversas	5.998.857,13	3.431.516,87
(-) MOVIMENTAÇÃO INTERNA	0,00	-188.982,97
RESULTADO OPERACIONAL	8.181.335,54	26.157.728,21
OUTROS RESULTADOS	61.713.548,34	8.985.215,42
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE BENS	62.382.929,49	8.441.523,58
Alienação de Bens Móveis	-528.318,27	-195.251,94
Alienação de Bens Imóveis	62.021.722,58	8.328.321,75
Depreciação - Reversão	889.525,18	308.453,77
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	669.381,15	-543.691,84
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	69.894.883,88	35.142.943,63
Provisão para Imposto de Renda	270.890,59	2.651.679,50
Provisão para Contribuição Social Sobre o Lucro	102.131,77	980.291,62
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	69.521.861,52	31.510.972,51
LUCRO POR AÇÃO	37,38	16,94

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

DESCRIÇÃO	2012	%	2011	%
1. RECEITAS	1.223.638.914,24	175,98	1.520.987.917,36	244,72
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.161.925.365,90	167,11	1.512.002.701,94	243,27
1.2 - Outros Resultados	61.713.548,34	8,88	8.985.215,42	1,45
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	1.237.000.179,82	177,90	1.412.640.897,96	227,29
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	1.092.608.112,80	157,14	1.250.111.215,84	201,14
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	144.392.067,02	20,77	162.529.682,12	26,15
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	-13.361.265,58	-1,92	108.347.019,40	17,43
4. RETENÇÕES	17.608.598,02	2,53	17.050.037,05	2,74
4.1 - Depreciação	17.608.598,02	2,53	17.050.037,05	2,74
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	-30.969.863,60	-4,45	91.296.982,35	14,69
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSF	726.295.187,03	104,45	530.230.886,20	85,31
6.1 - Receitas/Despesas Financeiras	726.295.187,03	104,45	530.230.886,20	85,31

7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)	695.325.323,43	100,00	621.527.868,55	100,00
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	695.325.323,43	100,00	621.527.868,55	100,00
8.1 - Pessoal e Encargos	564.854.207,35	81,24	466.503.587,64	75,06
8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	58.103.893,70	8,36	117.452.488,38	18,90
8.3 - Juros e Aluguéis	2.472.338,49	0,36	2.428.848,90	0,39
8.4 - Resultado Antes do IR e CSLL	69.894.883,89	10,05	35.142.943,63	5,65
8.5 - Provisão p/Imposto de Renda	270.890,59	0,04	2.651.679,50	0,43
8.6 - Provisão p/Contribuição Social sobre o Lucro	102.131,77	0,01	980.291,62	0,16
8.7 - Resultado Líquido do Exercício	69.521.861,53	10,00	31.510.972,51	5,07
8.8 - Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	16.511.500,00	2,37	7.483.855,97	0,01
8.9 - Destinação para Reserva Legal	3.476.093,08	0,50	1.575.548,63	0,00
8.10 - Lucros Retidos	49.534.268,45	7,12	22.451.567,91	3,61

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

DESCRIÇÃO	2012	2011
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e da CSLL	69.894.883,89	35.142.943,63
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	(66.444.651,42)	(16.445.192,33)
Depreciações e Amortizações	16.340.099,92	16.748.494,11
Aumento nas Vendas a Vista e Fat/Dupl. a Receber	(167.449.753,47)	(47.196.622,59)
Redução (Aumento) nos Créditos Tributários	(14.576.303,05)	49.251.717,85
Redução (Aumento) nos Recursos a Receber do Tesouro Nacional	(38.362.848,70)	(166.221.687,16)
Aumento nos Valores a Receber de Entidades e Agentes		
Devedores	(122.151.749,90)	(173.023.690,24)
Aumento em Pessoal e Encargos	(193.659,85)	(320.418,61)
Redução nos Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	0,00	0,00
Aumento nos Valores Pendentes a Curto Prazo	(7.933,06)	(19.450,94)
Redução nos Empréstimos - Estoques Públicos	74.304.417,01	65.743.977,21
Aumento (Redução) nas Consignações e Fornecedores	27.780.469,10	108.441.168,54
Aumento (Redução) nos Depósitos e Cauções	(70.393.304,59)	86.253.330,61
Aumento nos Dividendos a Pagar	0,00	0,00
Aumento (Redução) nas Provisões	(8.929.658,45)	(4.405.658,85)
Aumento nas Entidades Credoras	231.181.041,98	67.826.769,11
Aumento (Redução) nos Adiantamento de Clientes	13.513.222,29	(8.797.876,80)
Aumento nos Recursos Vinculados	(7.498.690,65)	(10.725.244,57)
Redução nas Operações de Crédito Externa	0	0
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	3.450.232,47	18.697.751,30
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Desincorporação de Outros Investimentos	1.962.837,86	40.532,10

Aplicações no Imobilizado e Intangível	(10.845.976,70)	(13.174.796,93)
Compras de Imobilizado	0	0
Recebimentos por Vendas de Ativos Permanentes	0	0
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(8.883.138,84)	(13.134.264,83)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Transferência p/Aumento de Capital	0	0
Reserva Legal	0,00	0,00
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	(16.511.500,00)	(7.483.855,97)
Aumento de Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	9.027.644,03	5.044.603,76
Outras Reservas de Capital	0,00	0,00
Resultado de Exercício Anterior	12.919.090,26	0,00
Lucros a Destinar do Exercício	0,00	0,00
Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	0,00	(3.036.040,38)
Pagamentos de Empréstimos	0	0
Juros Pagos por Empréstimos	0	0
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	5.435.234,29	(5.475.292,59)
FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO	2.327,92	88.193,88
VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	2.327,92	88.193,88
No Início do Exercício	1.060.620,29	972.426,41
No Final do Exercício	1.062.948,21	1.060.620,29

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

DISCRIMINAÇÃO	RESERVAS DE CAPITAL				RESERVAS DE LUCROS			
	Capital realizado	Correção Monet do Capital	Transf p/ aumento de Capital	Outras reservas de Capital	Reserva legal	Rservas de Retenção do Lucro	Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido
SALDO EM 01/01/2011	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	12.386.320,64	11.570.455,95	44.541.368,28	318.223.362,76
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO						40.246.567,95	-40.246.567,95	0,00
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							-3.036.040,38	-3.036.040,38
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							31.510.972,51	0,00
LUCROS A DESTINAR DO EXERCÍCIO								22.451.567,91
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					1.575.548,63		-1.575.548,63	1.575.548,63
DIVIDENDOS PROPOSTOS							-7.483.855,97	0,00
SALDO EM 31/12/2011	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	13.961.869,27	51.817.023,90	23.710.327,86	339.214.438,92
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	79.620.502,89							0,00
LUCROS A DESTINAR DO EXERC ANT							-23.710.327,86	0,00
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES								12.919.090,26
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							69.521.861,53	0,00
RES. DE CORREÇÃO MONET.DO CAPITAL		-25.373.084,13						0,00
RES. DE TRANSE.P/AUM.DE CAPITAL			-443.496,71					0,00
OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL				-728.138,20				0,00
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO						32.000.160,89	-49.534.268,45	49.534.268,45
CONSTITUIÇÃO DA RESERVA					4.563.834,91		-3.476.093,08	3.476.093,08
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO							-16.511.500,00	0,00
SALDO EM 31/12/2012	302.801.001,74	0,00	0,00	0,00	18.525.704,18	83.817.184,79	0,00	405.143.890,71

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5
CPF: 086.930.721-53

Composição Acionária do Capital Social

O Capital Social da Conab, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2012, é de R\$ 302.801.001,74 (trezentos e dois milhões, oitocentos e um mil, um real e setenta e quatro centavos), dividido em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

José Carlos de Andrade
Superintendência de Contabilidade
Superintendente
Contador CRC/DF 005969/0-5

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Nota	Descrição	Nota	Descrição
01	Contexto Operacional	13	Endividamento
02	Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras	14	Depósitos de Diversas Origens
03	Alterações na Legislação Societária	15	Contingências, Compromissos e Responsabilidades
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis	16	Operações de Crédito
05	Créditos Tributários	17	Provisão para IRPJ e CSLL
06	Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	18	Juros Sobre Capital Próprio
07	Recursos a Receber do Tesouro Nacional	19	Resultado do Exercício
08	Devedores por Fornecimento	20	Patrimônio Líquido
09	Contas a Receber	21	Diversos Responsáveis em Apuração
10	Devedores – Entidades e Agentes	22	Benefícios Concedidos aos Empregados
11	Recursos Vinculados	23	Remuneração e Salários Médios dos Dirigentes e Empregados
12	Bens de Estoques	24	Termos de Cooperação Técnica

Nota 1 – Contexto Operacional

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei nº 8.029/90, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Sua missão institucional é a de *“contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento”*.

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas (Matriz e 25

Superintendências Regionais) e unidades operacionais, representadas por 97 complexos armazenadores, destinados à prestação de serviços de armazenagem de estoques públicos e privados.

Nota 2 – Elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07, na Lei 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Como entidade da Administração Pública Federal, integra o Balanço Geral da União e utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Por força das Decisões Normativas – DN/TCU nº 124/2012, a Matriz e as Superintendências Regionais nos Estados do Amapá, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Tocantins, apresentam Processos de Contas individualizados, ficando as demais sujeitas apenas à elaboração do Relatório de Gestão.

Ainda com relação à elaboração das demonstrações financeiras, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas às contas a receber e estoques, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações aos valores reais.

Nota 3 – Alterações na Legislação Societária

As Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09, alteraram, revogaram, complementaram e introduziram dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76). Essas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “*International Accounting Standards Board (IASB)*”.

Nota 4 – Resumo das principais Práticas Contábeis

Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

a) Equivalente de Caixa: Refere-se às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e baixo risco, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Atualmente, as aplicações, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício, concentram-se em Títulos Públicos Federais.

b) Créditos a Receber: As contas a receber decorrentes da comercialização de mercadorias e serviços são registradas no momento da entrega e aceite pelos clientes.

c) Estoques Públicos: A formação e manutenção de Estoques Públicos são executadas através do orçamento da União, mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos

estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004.

c.1) Demais Estoques: Os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável.

c.2) Valor Presente dos Estoques: Em face das mudanças introduzidas pela Lei nº 11.638/07, os Estoques de Mercadorias para alienação, foram comparados pela tabela de Cálculo da Sobretaxa da Conab, da 2ª quinzena de dezembro de 2012, constatando-se que o valor contábil é compatível com o valor presente dos estoques públicos sob a guarda da Conab, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004.

d) Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem: Foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004, representando as dívidas dos armazenadores em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos, sujeitos a legislação específica.

e) Almoxarifado: Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição.

f) Investimentos: Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos, até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes, ressaltando que a Conab não possui investimentos relevantes em outras sociedades.

Encontra-se provisionado o valor de R\$8.047 mil, destinado a cobrir possíveis perdas relativas aos investimentos em empresas que sofreram processo de liquidação, na sua maioria Estatal.

g) Seguros: A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais, etc).

h) Imobilizado: Demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto nº 3.000/99 e Instrução Normativa nº 162/98.

i) Redução ao Valor Recuperável de Ativos (“impairment”): No exercício de 2012, não houve avaliação dos elementos do Ativo Permanente, que resultasse em aumento ou diminuição do mesmo, decorrente de ajuste de avaliação patrimonial.

j) Benefícios a Empregados: O plano de previdência privada está estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD. Seus regimes financeiros são os de capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de repartição para auxílio ou doença.

k) Ajustes de Exercícios Anteriores: Os ajustes de exercícios anteriores, na forma definida na Lei nº 6.404/76, das Sociedades Anônimas, representam retificações de resultados passados e são registrados contra a conta de lucros ou prejuízos acumulados; os ajustes efetuados no exercício de 2012, totalizaram R\$12.920 mil, e foram provenientes das baixas de provisão para contingências, dos valores relativos a liquidações de sentenças trabalhistas, ocorridas nos exercícios de 2010 e 2011.

l) Reconhecimento da Receita:

l.1) Apuração do Resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação das receitas, custos e despesas correspondentes.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado; por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas na ocasião da efetiva realização desses serviços e, no caso da Conab, restringe-se ao armazenamento de produtos em unidades operacionais próprias.

Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e devidamente mensurados.

l.2) Diferimento de Receitas: O diferimento de receitas não realizadas, no montante de R\$17.957 mil, é decorrente dos registros de multas contratuais, em razão do elevado grau de insegurança do efetivo recebimento.

m) Provisões para Contingências: Encontra-se provisionado no Passivo Circulante, o valor de R\$129.702 mil, relativo às Contingências Praticamente Certas; a respectiva provisão encontra-se amparada pela Lei n.º 6.404/76, com as alterações promovidas pelas Leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009 e em conformidade com a NPC/IBRACON n.º 22 e CPC n.º 23; no exercício de 2012, após análise do Relatório de Contingências, fornecido pela área Jurídica, entendeu-se não haver necessidade de complementar a respectiva Provisão, por ser ela suficiente para cobrir as possíveis liquidações de sentenças que ocorrerem.

n) Regime de Tributação: Para fins de cálculo do IR e CSLL a Companhia adota o Regime de Tributação Trimestral, com base na apuração do Lucro Real. Os ajustes que implicam em adições ou exclusões da receita são escriturados no Livro de Apuração do Lucro Real, na parte “B” do LALUR.

Nota 5 – Créditos Tributários

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2012	2011
ICMS a Compensar	254.178	241.699
IRRF a Compensar	56	36
Contribuições Outros Impostos	121	105
Total de Créditos Tributários Circulante	254.355	241.840

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de mercadorias e produtos, para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.

Nota 6 – Limite de saque com vinculação de pagamento

O montante de R\$294.016 mil, refere-se ao limite de recursos para pagamentos em 2013, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio e Termos de Cooperação Técnica.

Nota 7 – Recursos a Receber do Tesouro Nacional

Por meio do processo automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 – item 7.2 – Encerramento do Exercício, subitem 7.2.1.2, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, foi registrado o total de R\$221.547 mil, que contempla o saldo de Recursos a Receber do Tesouro Nacional por meio do Ministério Supervisor, relativo aos valores inscritos em Restos a Pagar processados e não processados, cujos recursos ainda não foram liberados, e valores inscritos em restos a pagar processados em exercícios anteriores, com a seguinte composição:

- R\$27.117 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados em 2012, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, custeio e aquisições de produtos da agricultura familiar, contratadas, a pagar no exercício seguinte;
- R\$28.342 mil: referem-se aos valores inscritos em recursos a receber em 2012, decorrentes das aquisições contratadas em exercícios anteriores para atendimento ao Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA);
- R\$155.892 mil: referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações com estoques públicos, representados por valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2013;
- R\$6.160 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar, fonte 0178, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, a pagar no exercício seguinte;
- R\$4.036 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar, fonte 0388, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, a pagar no exercício seguinte.

Os valores citados estão registrados por processamento automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, nas contas “11216.22.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – INSCRIÇÃO” e “11216.25.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – RETIFICADORA”.

Nota 8 – Devedores por Fornecimento

O saldo da conta está representado pelo montante de R\$129.214 mil, correspondente aos direitos a receber, decorrentes de vendas de mercadorias, prestação de serviços de armazenagem e produtos enviados para beneficiamento, cuja baixa é processada na ocasião do retorno deles.

Nota 9 – Contas a Receber

O total de R\$459.658 mil, representa a composição dos Créditos a Receber no Curto e Longo Prazo, compostos por créditos de Alienações de Bens Patrimoniais, créditos por Cessão de Pessoal, com ônus, a Órgãos Estaduais e Municipais, créditos por Acertos Financeiros com Empregados e Ex-Empregados, alusivos aos reembolsos de Serviços de Assistência à Saúde – SAS, débitos de armazenadores, relativos aos desvios e perdas de produtos pertencentes aos estoques

públicos, Títulos a Receber a Longo Prazo, referentes a prestação de serviços em armazenagem, aluguéis e outros.

Os créditos a receber em cobrança na justiça e ajuizados, pertencentes aos estoques públicos, após os desfechos favoráveis dos processos à Companhia, as receitas decorrentes das atualizações serão reconhecidas nas demonstrações contábeis e os recursos financeiros arrecadados, transferidos ao Tesouro Nacional. Os processos com desfechos desfavoráveis, serão baixados contabilmente e registrados na equalização, em conformidade com a Portaria Interministerial MF/MAPA nº 038/2004 e estão assim demonstrados:

a) Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Créditos por Alienação de Bens	8.358	4.081
Créditos por Cessão de Pessoal	316	743
Créditos p/Acerto Financ. C/Servidores	14.827	12.497
Créditos por Infrações Legal/Contratual	135.489	180.181
Subtotal – Circulante	158.990	197.502

b) Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Créditos por Alienação de Bens	56.387	7.546
Títulos a Receber	15.298	30.188
Outros Créditos	975	635
Créditos a Receber em Poder da Justiça	46.310	129.051
Créditos a Receber Pend. de Decisão Judicial	158.006	0,00
Créditos por Infrações Legal/Contratual	23.692	180.181
Subtotal – Não Circulante	300.668	167.420
Total – (Circulante + Não Circulante)	459.658	364.922

Nota 10 – Devedores - Entidades e Agentes

Correspondem aos saldos de curto e longo prazo a receber, referente a Dotação Global, do contrato e Termo Aditivo nº 01, de 07/10/1994, firmado com o Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius, que tratam das jóias pelas entradas dos empregados das empresas fusionadas COBAL e CFP, recursos a receber da União, relativos aos valores de equalização de preços dos Estoques Reguladores e Estratégicos, a serem repassados pelo Tesouro Nacional e outros, assim demonstrados:

a) Devedores - Entidades e Agentes - Circulante

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Entidades Devedoras - Federais	14.332	9.358
Créditos Parcelados	300	334
Recursos da União - Equalização	400.726	282.954
Total – Circulante	415.358	292.646

b) Devedores - Entidades e Agentes - Não Circulante

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Entidades Federais	609	17.628
Créditos Parcelados	188	307
Créditos a Recuperar	62	75
Total – Não Circulante	859	18.010

Nota 11 – Recursos Vinculados

Referem-se a depósitos judiciais e depósitos para recursos, efetuados por decisão judicial, de causas trabalhistas e cíveis em andamento, registrados no Não Circulante, totalizando R\$138.972 mil.

Nota 12 – Bens de Estoques

Correspondem aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos para doação – Fome Zero, Compra Direta da Agricultura Familiar, e ainda adiantamento para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (Compra Antecipada e Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea e com Formação de Estoque).

O total de R\$598.503 mil representa o saldo a receber dos valores concedidos nos exercícios de 2003 e 2004, para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF) – CPR Alimento; 2003 a 2006, para Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF) – CPR Especial; transformada em CPR Doação e CPR Estoque, a partir do exercício de 2007 até 2012; que serão quitados em produtos ou espécie, de acordo com o vencimento de cada cédula.

Relativamente às Cédulas de Produto Rural - CPRs Alimento vencidas, foi editada a Lei nº 11.420/06, que em seu art. 3º acrescenta o art. 15-b à Lei nº 11.322/06, por meio do qual autoriza a União a aditar as Cédulas de Produto Rural – CPR, realizadas em 2003 e 2004, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, sendo permitida a individualização das referidas cédulas efetuadas com aval solidário, e a ampliação do prazo em até 4 (quatro) anos para a sua quitação, contados a partir da data de publicação da Lei. Os estoques resultam nos seguintes saldos:

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Estoques de Mercadorias	2.115.378	3.198.419
Estoques de Almoarifado	2.858	2.659
Materiais em Trânsito	14.012	10.954
Compra Antecipada - CPR	598.503	472.554
Estoques de Distribuição	239	833
Total	2.730.990	3.685.419

a) Equalização de Preços

A finalidade da Atividade de Formação de Estoques Públicos é de regular o mercado e evitar desabastecimento, totalmente amparada e mantida com os recursos previstos na Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/2004, sendo prevista a equalização para o equilíbrio das contas, tornando nulo o resultado em caso de prejuízo.

Quando a diferença entre a receita de venda e o custo com aquisição, manutenção e despesas com operacionalização, incluindo no custo as despesas que não puderam ser agregadas aos correspondentes estoques antes de seu encerramento, resultar em déficit, este é equalizado pelo Tesouro Nacional, sendo autorizada a amortização, por meio de lançamento contábil, desse prejuízo, na conta de Débito de Operações Governamentais, não havendo, portanto, repasse financeiro para cobertura do déficit.

A Receita obtida na venda e indenização de perdas dos estoques públicos é integralmente repassada ao Tesouro Nacional.

Todas as despesas amparadas pela Portaria Interministerial MF/MAPA, 38/2004, estão devidamente identificadas e contabilizadas no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, hoje, disponibilizadas no Portal de Transparência do Governo Federal.

No exercício de 2012, as equalizações totalizaram R\$696.840 mil.

Nota 13 – Endividamento

A Companhia, periodicamente, informa ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a posição do endividamento da empresa. Até o mês de dezembro de 2012, as obrigações circulantes, totalizavam R\$4.273.055 mil.

Nota 14 – Depósitos de Diversas Origens

Estão representados pelo montante de R\$27.549 mil, correspondentes aos valores recebidos a título de cauções, relacionadas à subvenção econômica à comercialização denominada de Valor de Escoamento do Produto – VEP e Outros.

Nota 15 – Contingências, Compromissos e Responsabilidades

Passivo Contingente – Provável

A Conab é parte passiva em processos das seguintes naturezas:

- *Trabalhistas*: Referentes a ações movidas por empregados, ex-empregados e entidades de classe, que na maioria, são representadas por pedidos de desvios de funções, cobranças de horas extras, equiparação salarial, adicionais de periculosidade e insalubridade, incorporações de diárias, funções gratificadas e outros.
- *Tributárias*: Decorrentes de autos de infrações lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS e autos fiscais, referentes a cobranças de ICMS, pelas Fazendas Públicas dos Estados.
- *Cíveis*: Com maior destaque para os processos de cobranças de indenizações de diferenças entre a inflação ocorrida no período e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras, durante os Planos Econômicos (Collor, Bresser e Verão), cobranças de armazenagens e outros.

As Contingências Passivas – Prováveis serão reconhecidas como provisão, após os desfechos desfavoráveis dos processos, que resultarem em obrigações a pagar, que certamente, irão desencadear em desembolsos financeiros pela Companhia, de acordo com os itens 10, 11, 18 e 28, do Pronunciamento do IBRACON NPC N° 22, aprovado pela Deliberação CMV n° 489, de 03/10/2005 e estão demonstradas conforme quadro a seguir:

Descrição	Em R\$ mil			
	Valor da Causa		Valor do Provável Desembolso	
	2012	2011	2012	2011
Cível	48.603	66.445	110.195	212.373
Trabalhista	326.408	348.328	323.877	350.788
Tributária	8.021	8.052	16.346	16.346
Total	383.032	422.825	450.418	579.507

Passivo Contingente – Possível

São ações de natureza Cíveis, Trabalhistas e Tributárias, com menor possibilidade de reconhecimento que as Provisões de Contingências Passivas – Prováveis. São compostas das seguintes ações:

- *Cíveis*: São representadas pelos processos judiciais que visam indenizações relativas as cobranças de diferença entre a inflação e planos econômicos, divergências de avisos de compra e venda de produtos, cobranças de prestação de serviços de armazenagens e outros.
- *Trabalhistas*: São ações judiciais movidas por empregados e ex-empregados e entidades de classe, que na maioria é constituída por ações oriundas de anistia administrativa (Lei n.º 8.878/94), licença-prêmio, anuênios, promoções por merecimento, promoções por antiguidade, ingressos no Instituto Conab de Seguridade Social - Cibrius, indenizações por danos morais e materiais, desvios de funções e outros.
- *Tributárias*: São demandas decorrentes de autos de infrações do INSS e do ICMS, lavrados por entes estaduais.

As ações estão assim demonstradas:

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Desembolso	
	2012	2011	2012	2011
Cível	12.130	118.234	15.481	131.747
Trabalhista	48.603	115.478	64.350	111.007
Tributária	75.186	108.621	21.821	108.892
Total	135.919	342.333	101.652	351.646

Ativo Contingente – Provável

A Conab é parte ativa em processos judiciais das seguintes naturezas:

- Cível: Visando indenizações e cobranças por quebra de garantias ou infrações contratuais.
- *Trabalhista*: Visando reembolsos de depósitos judiciais e recursais, com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.
- *Tributária*: Visando restituições de indébitos tributários (INSS/ICMS) com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.

Os ativos Contingentes prováveis serão reavaliados periodicamente, para determinar se a avaliação continua válida. Após nova reavaliação, se ocorrerem mudanças na estimativa, tornando-se uma entrada de recursos, praticamente certa, os ganhos serão reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, conforme o item 27 do pronunciamento do IBRACON NPC nº 22, aprovado pela Deliberação CVM nº 489, de 03/10/2005.

As ações estão assim demonstradas:

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Recebimento	
	2012	2011	2012	2011
Cível	124.475	66.446	96.237	210.756
Trabalhista	8.429	348.328	7.089	350.768
Tributária	8.052	8.052	18.346	18.346
Total	140.956	422.826	121.672	579.870

Nota 16 – Operações de Crédito

Referem-se ao registro das transferências, efetuadas pelo Tesouro Nacional à Conab, dos recursos destinados à formação e manutenção dos estoques vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04. O saldo da conta, em 31/12/2012, corresponde a R\$2.910.549 mil.

Nota 17 – Provisão para IRPJ e CSLL

As provisões relativas ao 4º trimestre do exercício findo em 31/12/2012, foram calculadas com base no Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, consoante legislação fiscal e tributária prevalecentes, no valor de R\$271 mil e R\$102 mil, respectivamente.

Nota 18 – Juros sobre Capital Próprio

Neste exercício, nos termos dos artigos 192 e 202 da Lei nº 6.404/76, do art.9º da Lei nº 9.249, de 26/12/1995 e em face da previsibilidade contida no art. 28 § 3º do Estatuto Social, a Conab está distribuindo a título de juros sobre o capital próprio, a importância de R\$16.512 mil, imputados ao total dos dividendos devidos.

Nota 19 – Resultado do Exercício

O resultado da Companhia é composto pelo conjunto da movimentação econômica das operações executadas pela Companhia, representada com maior relevância a atividade de prestação de serviços de armazenagem de produtos de terceiros, alienação de bens moveis/imóveis, gestão e armazenagem dos estoques públicos, envolvendo a execução da Política de Preços Mínimos e Operações de Contratos de Opção de Vendas e outros. No exercício de 2012, a Companhia apurou o lucro de R\$69.895 mil, cujo resultado líquido (Após CSLL e IRPJ) é de R\$69.522 mil.

Nota 20 – Patrimônio Líquido

a) *Capital Social*: O Capital Social é composto de 1.859.907 Ações Ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

b) *Reserva Legal*: Com base no parecer nº 1.113/STN/COPAR/GEAFE, de 20/09/2011, foi efetuado o complemento da Reserva Legal apurada sobre o resultado do exercício de 2009, no valor de R\$1.088 mil. Sobre o lucro líquido auferido no exercício de 2012, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, foi constituída a Reserva Legal no valor de R\$3.476 mil.

c) *Reserva de Retenção do Lucro*: Em 31 de dezembro de 2012, foi constituída a reserva de retenção do lucro, no valor de R\$49.534 mil, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos.

Nota 21 – Diversos Responsáveis em Apuração

Encontram-se registrados no ativo compensado, para fins de controle, os débitos em apuração, com destaque para as contas Débitos de Terceiros em Prestação de Serviços e Responsáveis por Danos ou Perdas, onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos à perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa), as perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, aquelas relativas a alteração de qualidade de estoques de milho e feijão em sua maioria nos estados de Mato Grosso e Paraná, e os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, efetuadas em sua maioria no estado de Goiás. No exercício de 2012, ocorreram diversas apurações; entretanto, em razão de novas inscrições nas rubricas “1.9.9.1.3.04.00 – Débitos de Terceiros em Prest. de Serviços e “1.9.9.1.3.05.00 - Responsáveis por Danos ou Perdas”, o saldo do grupo aumentou para R\$61.637 mil.

Em R\$ mil	
Exercício	Saldo
2011	34.997
2012	61.637

Nota 22 – Benefícios concedidos aos Empregados

a) Plano de Previdência Complementar

O CIBRIUS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com natureza jurídica própria, que tem como objetivo administrar plano de benefício de caráter previdenciário propiciando ao participante uma aposentadoria mais digna no futuro, assegurar a sua família proteção em caso de falecimento, além de oferecer benefícios de caráter temporário em caso de doença.

O Plano de Benefícios Conab, inscrito no Código Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o nº 19.790.007-19, está estruturado na modalidade de Benefício Definido. Seus regimes financeiros são o de Capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de Repartição para auxílio-doença.

São patrocinadores do Plano de Benefícios, a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, qualificada como Patrocinadora - Principal e o próprio Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius, qualificado como Patrocinador dos seus próprios empregados.

Para o alcance dos objetivos, o Plano de Benefícios recebe contribuições normais mensais das Patrocinadoras, dos Participantes e dos Assistidos, definidas anualmente pelo Plano de Custeio. A taxa de contribuição normal mensal da Conab, vigente para o exercício de 2012 é paritária com a dos Participantes, seguindo percentuais escalonados aplicados sobre o salário de participação e idade de entrada no Plano, de acordo com Tabela de Contribuições Normais, constante do Plano de Custeio proposto pelo Atuário.

A Conab, além das contribuições regulamentares, repassa mensalmente, a título de amortização de dívida, relativa ao serviço passado, contratado por meio do Termo de Adesão firmado em 07/10/1994 e do Termo Aditivo firmado em 12/12/2002. Até o mês de dezembro de 2012, foram amortizadas 225, de um total de 240 parcelas contratadas. O saldo corrigido da conta Contratos de Serviços nos exercícios de 2011 e 2012, respectivamente, foi de R\$26.986 mil e R\$14.941 mil.

As demonstrações contábeis do CIBRIUS são examinadas por Auditores Independentes, pela Auditoria Interna da patrocinadora Conab, estando sujeitas a fiscalização e controle da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc. A Avaliação Atuarial e o Plano de Custeio anuais são elaborados por empresa de Consultoria Atuarial. Ambos são contratados pela própria entidade, nos termos da legislação previdenciária.

b) Serviço de Assistência à Saúde – SAS

Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece aos seus empregados e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde – SAS, voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social.

A implementação do SAS é efetuada pelo atendimento médico/hospitalar, por meio da rede credenciada de médicos, dentistas, clínicas, laboratórios e hospitais, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, Código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e eventualmente pelo Tesouro Nacional, com a participação financeira do empregado, que pode ser de 20%, 30% ou 40%, de acordo com a faixa salarial, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, 2011/2012, mediante desconto em folha de pagamento.

No exercício de 2012, a Conab gastou com o SAS, o montante de R\$26.340 mil, beneficiando 4.452 empregados e seus dependentes. O saldo a receber em 31/12/2012, referente à participação financeira dos empregados é de R\$15.137 mil

Nota 23 – Remuneração e Salários médios dos Dirigentes e Empregados

De acordo com a Resolução Nº 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1º, letra “e”, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações

Societárias da União - CGPAR, nos exercícios de 2012 e 2011, as remunerações dos dirigentes e empregados, bem como os salários médios foram os seguintes:

Remunerações	Exercício	
	2012	2011
Maior Remuneração Dirigente	23.945,89	23.884,29
Menor Remuneração Dirigente	23.945,89	23.884,29
Maior Remuneração Empregado	27.220,73	25.170,39
Menor Remuneração Empregado	1.131,31	884,31

Salários Médios	Exercício	
	2012	2011
Dirigentes	23.945,89	23.884,29
Empregados	3.150,45	2.642,62

Nota 24 – Termos de Cooperação Técnica

a) Programa de Revitalização – PNUD

Desde 2003, a partir do acordo firmado com a Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (Projeto BRA/03/34), vem sendo implementado o Programa de Revitalização da Conab objetivando, sobretudo, a capacitação da Companhia para os novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, conseqüentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a auxiliar na promoção do bem-estar social e do desenvolvimento do País.

Os projetos em desenvolvimento são os seguintes: a) implantação de Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia; b) modernização da Tecnologia da Informação da Conab (PMTI); c)aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da Conab (GeoSafras); d)estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais oriundos da Agricultura Familiar e do Agroextrativismo, em Bases Econômica Social e Ambientalmente Sustentáveis; e e) promoção da Eficiência das Cadeias de Produção de Pescados provenientes da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar.

As ações do projeto, em 2011 e 2012, foram executadas com recursos próprios da Conab, da Secretaria de Produção e Agroenergia – MAPA/FUNCAFÉ e Coordenação Geral de Orçamento e Finanças/MAPA e os recursos repassados estão assim demonstrados:

Descrição	Exercícios	
	2012	2011
Repasso – Recursos Próprios	4.369	2.420
Repasso – Recursos FUNCAFÉ/MAPA	1.243	798
Repasso – Coord.-Geral de Orç. Fin. /MAPA	472	0
Total de Repasses	6.084	3.218

Em R\$ mil



b) Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

A Companhia, por força dos “Termos de Cooperação Técnica” mantidos com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento Agrário – MDA, atendeu 1.180 municípios e 128.804 mil produtores/famílias, sendo adquiridas 297 mil toneladas de produtos.

Os recursos transferidos foram aplicados na aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e formação de estoques estratégicos. Esse programa foi instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02/07/2003, e regulamentado pelos Decretos nº 6.447, de 07/05/2008 e nº 6.959, de 15/09/2009. O programa envolveu recursos na ordem de R\$666.083 mil no ano de 2012.

Brasília – DF, 31 de dezembro de 2012.

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

ANEXO II - Parecer da Auditoria Independente

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**AOS
DIRETORES E CONSELHEIROS
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB
Brasília - DF**

Examinamos as demonstrações contábeis da **Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB**; que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações de resultado do exercício, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira **Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB** em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação, mesmo não sendo obrigatória, foi realizada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 apresentados para fins de comparação foram anteriormente auditados por outros auditores independentes com relatório o relatório dos auditores emitido em 14 de maio de 2012, apresentando as ressalvas a seguir sintetizadas: "a Companhia não efetuou a análise detalhada dos impactos das alterações referentes às Leis 11.638/07 e 11.941/09 sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em 31/12/11, (Medida Provisória 449/08)" e que "até a data deste parecer não havia recebido as informações requeridas através de procedimentos de circularização dos assessores jurídicos acerca das contingências existentes".

Brasília, 18 de abril de 2013.



SOMA – AUDITORIA, MÉTODOS ORGANIZA-
CIONAIS E SISTEMAS
CRC-DF nº 000378/O